

REVISTA DA ASSEMBLEIA

Ano 2020

Teletrabalho

VENCENDO DESAFIOS,
SUPERANDO RESULTADOS

Produtividade

NÚMEROS COMPROVAM

Nova era

REALIDADE ANUNCIADA

Avanço

PRATA DA CASA AGORA
É SELEÇÃO





ALBERT DICKSON



ALLYSON BEZERRA



CORONEL AZEVEDO



CRISTIANE DANTAS



DR. BERNARDO



EUDIANE MACEDO



EZEQUIEL FERREIRA



FRANCISCO DO PT



GALENO TORQUATO



GEORGE SOARES



GETÚLIO RÊGO



GUSTAVO CARVALHO



HERMANO MORAIS



ISOLDA DANTAS



JOSÉ DIAS



KELPS LIMA



KLEBER RODRIGUES



NELTER QUEIROZ



RAIMUNDO FERNANDES



SANDRO PIMENTEL



SOUZA



TOMBA FARIAS



UBALDO FERNANDES



VIVALDO COSTA



UM ANO DESAFIADOR E DE SUPERAÇÃO

Percorremos o ano de 2020, o 185º da história da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte sobre o perigo, sombra e ameaça de um vírus mortal para a humanidade: o novo coronavírus causador da Covid-19. Foi difícil. Desafiador em diversas circunstâncias, mas não relutamos em agir. Nesta 6ª edição da revista de prestação de contas do Poder Legislativo Estadual, os leitores podem acompanhar um recorte do trabalho dos 24 deputados e deputadas da 62ª Legislatura, que não mediram esforços para manter suas atividades, representar o povo potiguar, fazer a diferença no amparo aos mais necessitados e mudar para melhor a assistência de quem carece do suporte do Estado.

O exemplo começou no Legislativo. Fomos o primeiro poder constituído a suspender as atividades presenciais, a adotar medidas restritivas, sem deixar de manter o foco no enfrentamento à Covid-19. Superamos o distanciamento com auxílio eficiente da tecnologia. Tudo, absolutamente tudo, com suporte, criatividade e conhecimento dos servidores da nossa Casa Legislativa. Das salas para encontros e atividades virtuais, aos controles de processos, ao gerenciamento, planejamento e andamento das atividades parlamentares de modo remoto à implementação do plenário de modo híbrido. Tudo funcionou e chamou a atenção de outras casas legislativas do País. Nosso trabalho feito com a prata da casa foi expor-

tado. Motivo de orgulho para todos que aqui trabalham. Motivo de agradecimento permanente, de todos os 24 deputados e deputadas que tiveram, com agilidade, rapidez, eficácia e eficiência, o suporte necessário para manter a atividade parlamentar mesmo diante de uma pandemia.

Como já percebemos, não voltaremos mais ao que éramos. O mundo mudou. A sociedade mudou. O Legislativo Potiguar também mudou. Ganhamos em velocidade para acompanhar as demandas gerenciais do Estado. Aprovamos leis importantes para que a saúde pública possa ofertar uma melhor assistência a quem precisa; fiscalizamos a aplicação dos recursos públicos a ponto de instalarmos duas CPIs para ampliar o detalhamento do que foi gasto e como foi gasto. Isso é zelo com a coisa pública. Quando necessário, o conjunto dos 24 parlamentares saberá julgar as ações demandadas em plenário.

Como se pode observar, o plenário não parou. Manteve-se produtivo. Atuante, pulsante e verdadeiramente plural e representativo de todas as camadas da população do nosso Estado. E cada região teve atividades do Legislativo via projeto de lei, requerimento, acompanhamento das ações, obras e programas governamentais. Repassamos verbas para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para profissionais de linha de frente nas áreas da saúde e segurança pública quando o Governo do Estado mais

necessitou. Também transferimos recursos para a manutenção de leitos de UTI no Hospital da Polícia Militar para oferecer suporte aos pacientes SUS quando foi preciso. Emendas parlamentares foram totalmente destinadas para o enfrentamento da Covid-19. Essa união fortaleceu o combate à doença e tem destacado o Rio Grande do Norte como um Estado fora da curva neste enfrentamento diante do controle e redução do agravamento dos casos.

Mas a vida segue seu curso, e nosso trabalho foi além da Covid-19. Um estudo do ParlAmericas, com experiências de trabalho dos Poderes Legislativos das Américas e do Caribe (Abril, 2020) mostrou que praticamente não havia a implementação de mecanismos de trabalho remoto aplicados ao debate legislativo e, menos ainda, no caso de votação de leis.

Mas a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, com recursos próprios e equipe de servidores preparada, tinha seu sistema de deliberação remota. E fez uso dele enfrentando a pandemia do coronavírus e superando um desafio sem precedentes para os parlamentos e governos: tomar decisões em tempos de crise de maneira eficiente, eficaz e oportuna.

Referendamos, em tempo recorde, medidas da calamidade pública para os municípios potiguares, aprovamos remanejamento de recursos do Executivo, reformamos a previdência do Estado, demos andamento à Lei de Diretrizes Orçamentária e aprimora-

mos a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, um marco para mais de 200 mil empreendedores destes setores no Rio Grande do Norte. E, quando os índices de violência doméstica subiram em nosso Estado, foi o Poder Legislativo quem fez uma forte e massiva campanha educativa para chamar a atenção da sociedade e dar um basta nisso.

Nesse contexto, é correto afirmar que fortalecemos o papel do Poder Legislativo do Rio Grande do Norte. Nos adaptamos a essa nova realidade apresentada pela pandemia e vamos continuar exercendo nossas funções de representação, legislação e controle político. Tais funções são essenciais na atual situação de crise econômica, social e na saúde, para que a tomada de decisões de políticas públicas seja baseada em evidências e responda às necessidades cidadãs.

Garantir processos transparentes de tomada de decisão é o desafio que a Assembleia Legislativa enfrenta e tem superado com o esforço e muito trabalho de cada um dos seus servidores dentro do documento “Horizonte 2023”, focado em ações de governança e gestão que contempla um plano estratégico de visão de futuro dos macrodesafios (objetivos estratégicos), que nortearão as ações da Casa nos próximos anos. Novos desafios estão postos. Mas o Legislativo potiguar tem total condição de superar todos eles. Vamos ao trabalho.

EZEQUIEL FERREIRA DE SOUZA
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

SUMÁRIO



08



06



22



32



18



24



12



20



10

3 PALAVRA DO PRESIDENTE

6 CORONAVÍRUS

ENFRENTANDO A ADVERSIDADE

8 A POSTOS

QUEBRANDO ROTINAS

10 TELETRABALHO

VENCENDO DESAFIOS,
SUPERANDO RESULTADOS

12 TRABALHO REMOTO

SEM PERDER O RITMO

14 PRODUTIVIDADE

NÚMEROS COMPROVAM

16 NOVA ERA

REALIDADE ANUNCIADA

18 SANITIZAÇÃO

PREVENÇÃO É A PALAVRA DE ORDEM

20 PROTEÇÃO INDIVIDUAL

PRESERVANDO VIDAS

22 SESSÃO HÍBRIDA

DA SALA AO PLENÁRIO

24 AVANÇO

PRATA DA CASA AGORA É SELEÇÃO

26 GESTÃO DE PESSOAS

ALINHADA AO NOVO NORMAL

28 PREVENÇÃO

DE VOLTA PRA CASA

30 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

UMA CAUSA DE TODOS

32 PREVIDÊNCIA

PONTO DE EQUILÍBRIO

34 REGIMENTO INTERNO

REGRA QUE CONDUZ

36 COMISSÕES TEMÁTICAS

DISCUTIR, APRECIAR E VOTAR

38 PROJETO SERIDÓ

SEGURANÇA HÍDRICA PARA O RN

40 FRENTE PARLAMENTAR

FORTELECENDO SETORES E SEGMENTOS

42 HORIZONTE 2023

EXCELÊNCIA COMO META

44 CLIMA ORGANIZACIONAL

AMBIENTE FAVORÁVEL

46 AGORA É LEI

EM FAVOR DA SOCIEDADE

48 ESCOLA DA ASSEMBLEIA

QUALIFICAÇÃO E OPORTUNIDADE

50 PETROBRAS

PERDAS X GANHOS

52 TV ASSEMBLEIA

EM NOVA SINTONIA

54 PATRIMÔNIO

POTIGUARES

56 SETEMBRO CIDADÃO

DIREITOS E DEVERES

58 ATUALIZAÇÃO

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

60 UNALE

HONRA AO MÉRITO

62 CARTILHA ELEITORAL

FORTELECENDO A DEMOCRACIA

64 AUTISMO

PROTEÇÃO DOS DIREITOS

66 PRODUÇÃO LEGISLATIVA

67 SERVIÇOS LEGISLATIVOS

68 LINHA DO TEMPO

72 ELES FAZEM A ASSEMBLEIA

74 PERFIL DOS DEPUTADOS

REVISTA DA ASSEMBLEIA



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

**DIRETORA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL**
MARÍLIA ROCHA

**DIRETOR DE REPRESENTAÇÃO
INSTITUCIONAL**
RODRIGO RAFAEL

Edição
ALEXANDRE MULATINHO
CAMILLO TORQUATO
GERLANE LIMA

TEXTOS
ALDEMAR ALMEIDA, ANA RAFAELA
CATUNDA, ANNA KARLLA FONTES,
CÍNTIA BRAGA, DENISE SANTOS,
GABRIELA FREIRE, JULIANA CELLI,
JÚLIO PINHEIRO, THAISA GALVÃO
E MATHEUS FERNANDES.

FOTOS
EDUARDO MAIA
JOÃO GILBERTO

REVISÃO
PROF. JOÃO MARIA DE LIMA

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
ART&C COMUNICAÇÃO INTEGRADA



CAPA

FOTO
JOÃO GILBERTO

**PROJETO GRÁFICO
ART&C
COMUNICAÇÃO
INTEGRADA**

Enfrentando A ADVERSIDADE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA CRIA COMISSÃO ESPECÍFICA PARA DEBATER PANDEMIA E TEM PAPEL FUNDAMENTAL NO COMBATE À COVID-19 NO ESTADO

Além do direcionamento de verbas, a Assembleia propôs e aprovou ações educativas, preventivas, de apoio à população e ainda regulatórias, auxiliando o Estado a encarar a crise

Em um momento de pandemia todas os olhos estão voltados aos cuidados do Poder Público com a saúde da população, seja na viabilização de meios para minimizar a quantidade de contaminados, seja na atuação para a garantia de atendimento adequado aos doentes. No Rio Grande do Norte, a Assembleia Legislativa teve e tem papel fundamental no combate à Covid-19, atuando de maneira eficaz, célere e ampla no cumprimento do papel do Poder Legislativo. A Casa tem sido um local de discussão constante sobre a pandemia do novo coronavírus, com a criação de uma comissão específica para o assunto, e também na elaboração de propostas que colaboram com o bem-estar dos potiguaras. Além disso, o Legislativo também tem contribuído com recursos oriundos de emendas e equipamentos adquiridos com verba do Legislativo.

Por iniciativa da Mesa Diretora da Casa, com a anuência de todos os parlamentares, a Assembleia Legislativa fez a doação de milhares de

equipamentos de proteção individual (EPI) para profissionais das áreas de Segurança e Saúde do Estado, assim como também fez a doação de milhares de litros de álcool 70% para colaborar com a higienização no trabalho dos profissionais que atuam na linha de frente da pandemia da Covid-19. Com a redução de gastos com o custeio do Parlamento, o Legislativo efetuou a doação de mais de R\$ 2,1 milhões para viabilização de leitos de UTI no Hospital da Polícia Militar e compra de EPIs. Além desses recursos, cada deputado destinou R\$ 200 mil em emendas obrigatórias para o enfrentamento à pandemia.

“São ações possíveis graças à anuência de todos os deputados, que entendem a necessidade de contribuir, fazendo o possível pela Casa e pelo Rio Grande do Norte. Os recursos do Legislativo puderam ser encaminhados em razão da redução das despesas alcançada em consonância com o nosso planejamento estratégico”, destaca o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ezequiel

Ferreira (PSDB).

Se no direcionamento de verbas a atuação foi destacada, também foi reconhecida a ação legislativa propriamente dita por parte dos deputados estaduais. A Assembleia Legislativa aprovou a calamidade pública no Rio Grande do Norte e em dezenas de municípios, assim como propôs e aprovou ações educativas, preventivas, de apoio à população e ainda regulatórias, auxiliando o Estado a enfrentar a crise.

Os deputados propuseram concessão de pacotes de dados de internet a estudantes da rede pública para o acompanhamento de aulas remotas durante a pandemia; a suspensão dos cortes de água e energia elétrica, assim como de débitos bancários, durante o período de restrições às atividades econômicas. Também foi pauta dos deputados a proposta para isenções fiscais a EPIs e produtos utilizados para a fabricação desses equipamentos e a obrigatoriedade de transparência nos gastos com o enfrentamento à pandemia, entre



outras propostas.

Além dos projetos de lei, os deputados estaduais apresentaram centenas de requerimentos pontuais relacionados à pandemia. Foram solicitações específicas para unidades de saúde no interior do estado, liberação de EPIs para profissionais que atuam na linha de frente e até realização de campanhas publicitárias para a conscientização da população do Rio Grande do Norte.

O Legislativo potiguar também assinou convênio para viabilizar aulas para mais de 1 milhão de estudantes da rede pública de ensino – que tiveram as suas atividades paralisadas com o avanço da pandemia – através do sinal da TV Assembleia.

Ezequiel Ferreira apresentou ainda, mediante requerimento ao presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), desembargador João Rebouças, sugestão para realização de processo de adoção por

videoconferência, em virtude da pandemia do novo coronavírus. “É sabido que estamos vivendo momentos difíceis e inimagináveis, em virtude da Covid-19, contudo, as necessidades e objetivos pessoais da população se mantêm, dentre eles, o desejo de muitos em aumentar a família, isto é, adotar um filho”, justificou o presidente Ezequiel Ferreira, salientando que a espera para que se tornem pais não deve ser postergada, sobretudo em tempos de pandemia.

COMISSÃO

Para ter um núcleo de acompanhamento constante da pandemia, os deputados formaram a Comissão de Acompanhamento das Ações de Enfrentamento à Covid-19. Com debates constantes, os parlamentares ouviram, através de sessões remotas, diversas autoridades e especialistas em áreas-chaves para o combate à proliferação do novo coronavírus.



A utilização de medicamentos, a forma de realizar a testagem da população, medidas de retorno às aulas e os reflexos da pandemia na economia potiguar foram alguns dos temas discutidos. Contudo, a fiscalização sobre o uso de recursos públicos no enfrentamento também teve destaque.

Um dos principais assuntos levantados na comissão foi o gasto de recursos públicos por parte do Rio Grande do Norte na compra de respiradores através do Consórcio

Nordeste, com valor de quase R\$ 5 milhões, mas sem que os equipamentos fossem repassados ao Estado. Representantes do Governo do Estado e do Tribunal de Contas do Estado participaram de audiências promovidas pela comissão, que recomendou a suspensão dos repasses do Estado ao Consórcio para evitar mais prejuízos. Além disso, os deputados também cobraram providências para a recuperação dos recursos públicos já destinados.

Quebrando rotinas

ATENTA À CRISE NA SAÚDE, CASA LEGISLATIVA TRABALHA INTEGRALMENTE, ABRINDO MÃO DO RECESSO PARLAMENTAR PARA ATENDER DEMANDAS DECORRENTES DA PANDEMIA

A decisão foi tomada com base no entendimento de que, caso o Governo necessitasse de medidas urgentes no período, a Assembleia teria que estar preparada para servir

A pandemia e o isolamento social não impediram o desempenho das funções da Assembleia Legislativa do RN. Com o Sistema de Deliberação Remota funcionando de maneira exemplar, as sessões plenárias transcorreram dentro da programação e os deputados não tiveram folga no período do auge da pandemia. Devido à importância de atuação, os deputados, de maneira inédita, suspenderam integralmente o recesso parlamentar previsto para a segunda quinzena de julho. A decisão foi tomada com base no entendimento de que, caso o Governo necessitasse de medidas urgentes no período, a Assembleia teria que estar preparada para servir.

A suspensão do recesso parlamentar, que é previsto no regimento interno da Casa, foi solicitado pelo deputado Gustavo Carvalho (PSDB), através de requerimento. A medida teve o apoio de todos

os colegas parlamentares, que entenderam haver a necessidade de continuidade dos trabalhos ininterruptamente.

“Parabenizo o colega Gustavo Carvalho pela iniciativa, que foi acordada por todos os deputados, para que possamos continuar os trabalhos num momento como esse, em que a população mais precisa”, afirmou na ocasião o presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB).

Em condições normais, o recesso parlamentar da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte segue padrão regimental do Congresso Nacional. Para este ano, era previsto ocorrer no período de 18 a 31 de julho. Com a suspensão do recesso, no entanto, as sessões plenárias, reuniões e atividades das comissões parlamentares continuaram normalmente de forma remota. Nesse período, os deputados deram andamento a importantes matérias e mantiveram o amplo

funcionamento das atividades legislativas durante o auge da pandemia.

“A iniciativa de suspender o recesso se tornou coletiva, uma vez que tivemos unanimidade e apoio, a partir da Presidência, bem como dos colegas parlamentares. É justo dividir com cada um essa ação, pois a Casa dá ao Rio Grande do Norte e ao Brasil um exemplo de responsabilidade e espírito público diante de um cenário que nos exige vigilância completa e absoluta”, afirmou Gustavo Carvalho na oportunidade.

Em condições normais, o recesso parlamentar é importante para que os parlamentares possam desenvolver seus trabalhos em suas bases, buscando subsídios para sua atuação nas respectivas Casas Legislativas. Contudo, diante do atual cenário de pandemia, as rotinas foram alteradas e adaptadas ao modo remoto.



VENCENDO DESAFIOS, SUPERANDO RESULTADOS

LEGISLATIVO SE ADAPTA ÀS MUDANÇAS LABORAIS IMPOSTAS PELA PANDEMIA E ATINGE METAS ESTRATÉGICAS



Diante de todas as adaptações do Legislativo, a Diretoria de Gestão Tecnológica teve papel fundamental para promover as mudanças que possibilitaram o trabalho remoto na Casa

Um ano atípico. Essa poderia ser a definição sumária de 2020, após a declaração da pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Um ano aonde a palavra reinvenção, assim como tantas outras palavras e formas de viver e de se relacionar se ressignificaram. Se o ano letivo foi atípico, as eleições municipais também o foram. Dois exemplos que em muito afetam a coletividade. E o que dizer das atividades laborais? Na iniciativa privada e no serviço público, tanto um como o outro não fugiram à regra, foi imperioso se reinventar - como o dinamismo da vida requer.

Logo no recém-iniciado primeiro semestre de atividades da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, a sua rotina, tanto na parte administrativa quanto na legislativa, foi modificada para cumprir as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e das demais autoridades com relação aos cuidados sanitários, bem como para proporcionar um bom aproveitamento das responsabilidades no ambiente de trabalho para o bom andamento das atividades.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, a gestão do Poder Legislativo estadual se adaptou, reinventou formas de cumprir tarefas e fez de 2020 um ano igualmente produtivo. De forma pioneira, os deputados passaram a realizar sessões pelo Sistema de Deliberação Remota (SDR). Assim, foi possível, dentre outras coisas, a discussão e votação de matérias, projetos de lei e requerimentos em tramitação, especialmente os que impactavam diretamente as ações públicas do Estado relacionadas ao enfrentamento da Covid-19.

A votação da PEC da Reforma da Previdência dos servidores do RN esteve entre as votações mais importantes do período e aconteceu já no sistema híbrido, no segundo semestre, quando a maioria dos parlamentares já tinha retornado às sessões plenárias presenciais e somente alguns se mantiveram no sistema de deliberação remota por serem do grupo de risco para o novo coronavírus.

Mas não apenas o plenário se adaptou aos “novos tempos”. Toda a equipe por trás das atividades, ou seja,

os servidores e parlamentares pertencentes aos diversos setores que fazem a Assembleia Legislativa funcionar, participaram dessa reorganização da rotina. No início ainda remotamente. Depois no sistema híbrido. E tanto num como noutro formato, fizeram 2020 acontecer.

“Tudo isso foi possível pela implantação de um planejamento estratégico novo, moderno e ágil baseado em pilares de gestão com objetivos pré-fixados. A Assembleia não parou um dia sequer e cumpriu seus deveres constitucionais melhorando a cada dia. Demos assistência aos servidores que contraíram coronavírus e, sobretudo, aprontamos, em tempo recorde, o suporte para as sessões virtuais, o que fez com que não houvesse interrupção nos trabalhos legislativos”, destaca o diretor-geral da ALRN, Augusto Carlos Viveiros.

A Diretoria Administrativa e Financeira também atestou a proatividade dos servidores do legislativo estadual nesse primeiro semestre de 2020. “Continuamos com nossas metas e cumprimento do planejamento

estratégico. As diretorias Geral e a Administrativa instalaram diretrizes em que verificamos a possibilidade que todos os setores desenvolvessem suas funções como se todos estivessem presencialmente cumprindo suas atividades”, norteou Dulcinea Brandão, diretora Administrativa e Financeira da Assembleia Legislativa, ressaltando que a experiência demonstrou que os servidores do Poder Legislativo mantêm-se motivados e criativos para superar os obstáculos.

Outro exemplo foram as Comissões Temáticas Permanentes da ALRN, que são compostas por grupos de deputados da Casa e assessores parlamentares que analisam técnica e legalmente quase todas as proposições apresentadas não só pelos próprios parlamentares, mas também pelo Executivo, Judiciário, Tribunal de Contas e até mesmo por populares, para identificar se atendem as condições necessárias para se tornarem leis.

De acordo com o procurador legislativo, Washington Fontes, as comissões cumpriram o seu papel, sobretudo, quando, logo no início da pandemia, contribuíram com a apreciação de projetos para o combate ao coronavírus. “Estamos muito satisfeitos com a produtividade alcançada. Para se ter uma ideia, até o final de outubro, somente na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, foram pautados para deliberação 537 processos, sendo efetivamente deliberados 391 projetos. Os demais processos (146), ou aguardavam o cumprimento de diligências ou com pedido de vista de algum deputado, ou o momento próprio para deliberação”, pontuou o procurador.

Segundo ele, as demais Comissões, dada sua natureza temática, não apresentaram números tão robustos, mas não se eximiram de suas atribuições. Mesmo as Comissões Especiais, como a constituída para acompanhamento das medidas adotadas no enfrentamento da pandemia. “É fato que a pandemia trouxe consigo uma enorme crise sanitária e econômica, mas, por outro lado, permitiu avanços consideráveis em determinadas áreas, à frente as atividades desempenhadas

remotamente. No âmbito das Comissões e da Procuradoria Legislativa, esses avanços, felizmente, são visíveis”, afirmou.

A Procuradoria Geral, de igual modo, de acordo com o procurador-geral, Sérgio Freire, foi um dos setores mais exigidos e participativos nesse período, principalmente para regulamentar um fator extraordinário oriundo da pandemia. “Não havia a normatização dos atos administrativos, por exemplo, e tivemos que nos adaptar. Paralelo a isso, não paramos. Foi um desafio, mas tivemos um resultado satisfatório”, falou Freire.

A Diretoria Legislativa também precisou de mudanças para desempenhar as tarefas do setor neste período e se adaptou. “A produtividade da Diretoria Legislativa durante a pandemia foi intensa e é o resultado de uma evolução tecnológica garantida pelo presidente Ezequiel Ferreira, que não tem poupado esforços para assegurar o pleno funcionamento do trabalho legislativo”, afirmou a diretora Tatiana Mendes Cunha.

Com o suporte da Diretoria de Gestão Tecnológica, foi possível a realização de novas ações contributivas à evolução do eLegis, sistema eletrônico que gerencia a atividade legislativa de forma digital. Embora se tratasse de um período totalmente atípico, a Diretoria Legislativa se aperfeiçoou para que as deliberações encontrassem o apoio logístico indispensável ao andamento das funções legislativa e fiscalizatória do parlamento potiguar. Neste caso, alguns servidores foram reposicionados para atender o elevado número de documentos que exigiam elaboração e a consequente remessa aos interessados.

Na Escola da Assembleia, passado o primeiro impacto da pandemia, principalmente nos meses de março e abril, a gestão retomou as atividades e a prioridade foi dada aos cursos de pós-graduação, como explica o diretor, professor João Maria Lima. “Nossas prioridades foram as pós-graduações, tínhamos três em andamento e elas tinham um prazo pra serem concluídas, então solicitamos ao Conselho Estadual de Educação autorização para



desenvolvê-las à distância”, explicou.

No período em que a Casa limitou o acesso e proibiu eventos com aglomeração, a autorização para o ensino remoto não prejudicou o calendário acadêmico. Em paralelo, a Escola intensificou os cursos remotos de qualificação dos servidores, tanto em preparação ao período pandêmico, quanto para o pós-pandemia. “Além disso, realizamos cursos de saúde mental, cursos que lidassem com essa nova problemática, foram muitos cursos ofertados e os limitamos para os servidores da Casa, razão maior da Escola”, afirma o diretor. Na parte administrativa a Escola da Assembleia funcionou no sistema de rodízio, cumprindo todas as normas estabelecidas pelos atos de mesa e decretos publicados no período.

A Coordenadoria de Gestão de Pessoas também rapidamente se ajustou para garantir a continuidade das atividades, mas, da mesma forma, aproveitou todas as ferramentas disponíveis e fez as atividades acontecerem. “A ALRN não parou e avaliamos de forma positiva a introdução do teletrabalho. Avançamos tanto nas atividades administrativas quanto nas legislativas. Tivemos que nos adaptar e com o empenho de todos, demos continuidade ao trabalho em prol dos objetivos estratégicos voltados para resultados”, afirma o coordenador Thyago Cortez.

A Gestão de Pessoas disponibilizou a ferramenta WhatsApp para que os servidores pudessem estar em contato permanente e resolver todas as suas demandas, como tirar dúvidas

sobre situação funcional ou prestação de contas do auxílio saúde, por exemplo. Também produziu duas cartilhas, uma delas sobre a Covid-19 e a saúde mental e a outra sobre prevenção a acidentes de trabalho.

TECNOLOGIA A FAVOR

Nesse período de grandes mudanças na rotina provocada pela pandemia, a ALRN buscou alternativas de adaptação e a Casa alcançou um novo degrau de eficiência. Esse patamar só foi possível graças à tecnologia, com os sistemas desenvolvidos ou adaptados pelos servidores da Diretoria de Gestão Tecnológica. Diante de todas as adaptações, o setor teve papel fundamental para promover as mudanças que possibilitaram o trabalho remoto em outros setores e para fazer acontecer um ano produtivo a todos.

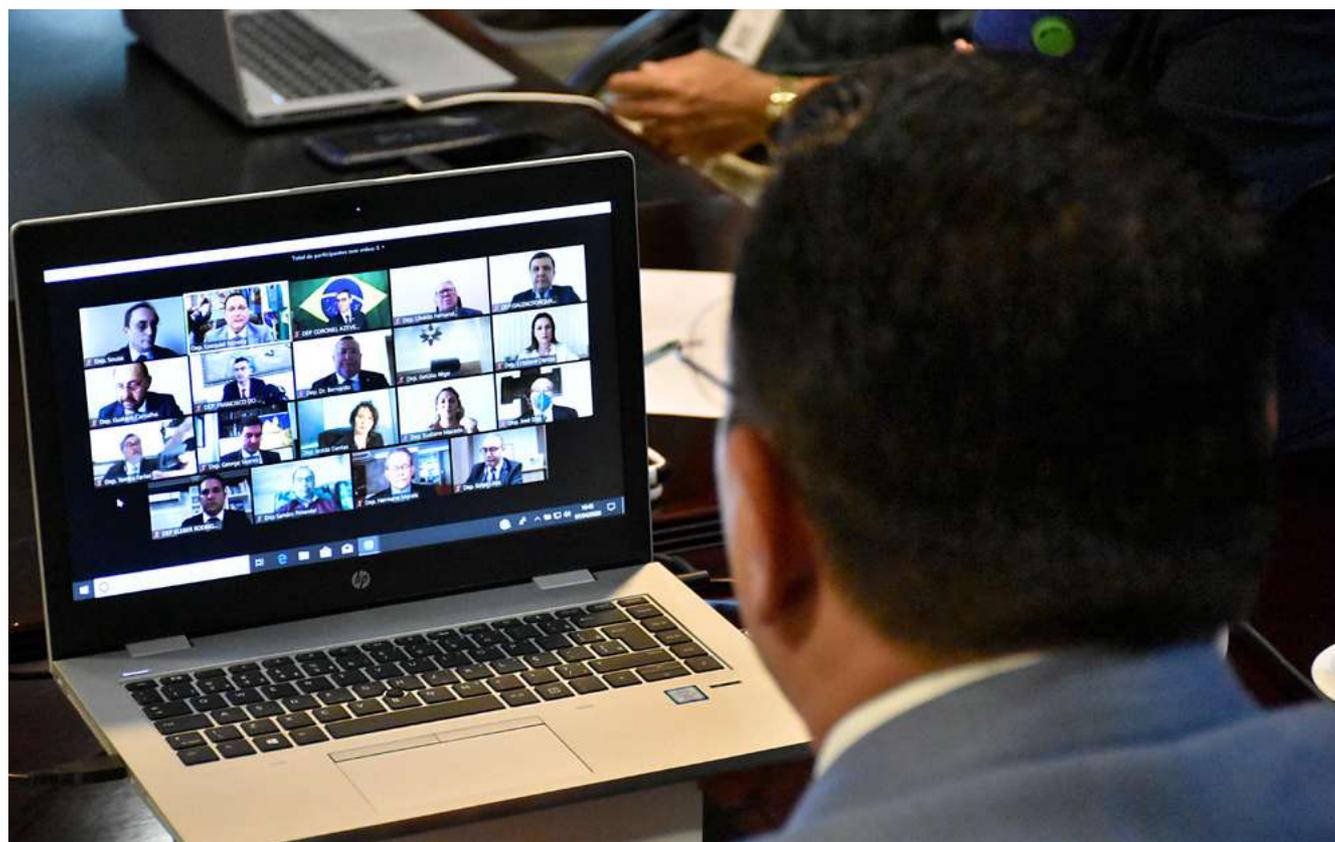
O diretor de Gestão Tecnológica, Mário Sérgio, explicou que a Diretoria permitiu o acesso aos dois principais sistemas da Casa: do processo legislativo e o de recursos humanos. “Hoje, praticamente todo mundo que lida com os processos legislativos consegue trabalhar de casa com esse sistema”.

Internamente, a diretoria se refere ao conjunto de atividades como “Home Legis”. Entre eles se destacam o Legis RH, com Sistema de Recursos Humanos e Folha de Pagamento, o Sistema Orçamentário Financeiro e Protocolo e Patrimônio, que mesmo sendo sistemas de terceiros, a diretoria criou, internamente, a possibilidade de acesso e processamento a eles externamente.

SEM PERDER O *ritmo*

TECNOLOGIA ASSEGURA REALIZAÇÃO DE PLENÁRIAS, VOTAÇÕES E TRAMITAÇÃO DE PROJETOS DE LEI PROPOSTOS PELOS DEPUTADOS ESTADUAIS DURANTE A PANDEMIA

Primeira sessão plenária remota da Assembleia do RN aconteceu no dia 7 de abril. Na ocasião, apenas o presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira, estava na sede do Legislativo. Os demais parlamentares participaram direto de suas residências

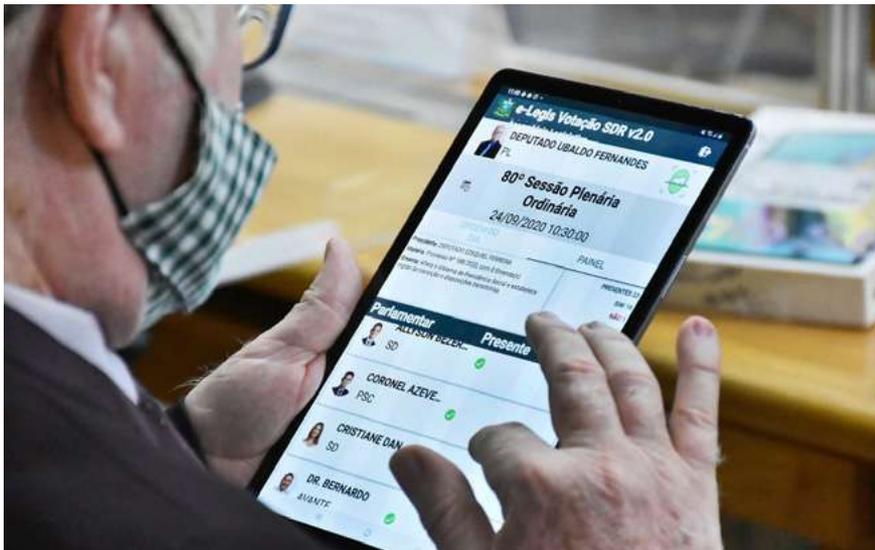


O Rio Grande do Norte é reconhecido pelo pioneirismo em diversas áreas. Do voto feminino à participação das mulheres na política, o Estado potiguar está sempre na dianteira. E não foi diferente na retomada dos trabalhos quando as atividades legislativas e administrativas tiveram que ser suspensas por causa do

novo coronavírus (Covid-19), em 18 de março deste ano. Porém, em menos de 20 dias, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte retomou os trabalhos realizando, pela primeira vez na história do Parlamento Estadual, uma sessão plenária remota por videoconferência.

A medida, segundo o presidente

da Casa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), ofereceu todas as condições ao Parlamento para debater e aprovar projetos importantes que auxiliaram nas ações de combate à pandemia durante o período de isolamento social. “A inovação assegurou a tramitação de projetos de lei desenvolvidos pelos deputados estaduais e as medidas



adotadas pelo Legislativo no Rio Grande do Norte, preservando a saúde dos parlamentares, servidores e da população, minimizando os riscos das sessões presenciais, que posteriormente, com os devidos cuidados, foram retomadas de modo híbrido”, observa Ezequiel Ferreira.

A primeira sessão plenária remota da Assembleia do RN aconteceu no dia 7 de abril. Na ocasião, apenas o presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira, estava na sede do Legislativo estadual. Os demais parlamentares participaram direto

de suas residências. Nove dias depois, no dia 22 de abril, ocorreu a primeira sessão utilizando o Sistema de Deliberação Remota (SDR) para atividades no parlamento potiguar, quando os deputados, em suas casas, puderam deliberar, discutir e votar projetos.

A Assembleia do RN seguiu o exemplo de outras Casas Legislativas pelo País ao fazer votação remota em seu Parlamento, assim como o próprio Congresso Nacional. As Assembleias Legislativas do Espírito Santo, Florianópolis, Alagoas, Mato

Grosso, São Paulo, Amapá, Paraná, Amazonas, Bahia, Santa Catarina, Ceará, Goiás são alguns dos exemplos que seguiram a mesma iniciativa. O Parlamento do Brasil é o primeiro no mundo a promover votação remota.

Para que isso fosse possível, o serviço de tecnologia da ALRN garantiu a realização de sessões remotas da Casa, assim como a continuidade dos serviços das diretorias, departamentos e seções administrativas. Junto a isso, a Assembleia oficializou o SDR para atividades no parlamento potiguar. No SDR são admitidos pronunciamentos pelo prazo improrrogável de cinco minutos, de acordo com o Regimento Interno. O sistema permite também a votação com os mesmos itens da escolha presencial, permitindo ao parlamentar o posicionamento oficial e acompanhamento da votação.

Os 24 deputados da Casa podem participar das sessões plenárias remotas através de qualquer dispositivo digital, sejam eles desktops, notebooks, tablets ou mesmo smartphones. E a população tem acesso às reuniões através da TV Assembleia, acessível no canal aberto 10, no site da ALRN e nas redes sociais @assembleiarn.

MODERNIDADE

O diretor de Gestão Tecnológica, Mário Sérgio Gurgel, explica que desde agosto de 2019 a Casa havia implementado a primeira etapa do sistema de processo eletrônico, ou processo legislativo eletrônico. “A proposta era acabar com o uso de papel nos gabinetes. Com isso, a rotina legislativa passava a ser digital. Mas o processo legislativo é maior. Sai do gabinete e tem outros caminhos”, pondera. Em razão disso, a partir daquele período, o setor de tecnologia passou a desenvolver a segunda etapa do projeto de modernização do processo legislativo.

Em fevereiro de 2020, no retorno dos trabalhos legislativo pós-recesso parlamentar, essa segunda etapa já estava praticamente concluída. “Cerca de 70%, foi quando fomos pegos de surpresa pela pandemia”, pontua Mário Sérgio. Graças ao

trabalho que vinha sendo realizado pelo setor de tecnologia, com o apoio e incentivo da presidência, nenhum setor da Assembleia do RN deixou de trabalhar no processo legislativo nesse período. “Todo ele estava com segurança da informação e disponível para ser acessado de fora da Casa. Foi concebido para isso”, destaca.

TREINAMENTO

O trabalho da Diretoria de Gestão Tecnológica da Assembleia potiguar começou bem antes, e continuou depois, do dia 7 de abril – quando aconteceu a primeira sessão remota. Para que tudo funcionasse conforme planejado, os deputados estaduais passaram por treinamento online e cadastramento do equipamento para instalar o aplicativo desenvolvido internamente pelo setor de tecnologia da Casa – aprovado de acordo com as regras do Senado Federal.

“A Assembleia Legislativa conseguiu, durante a pandemia, adaptar-se muito bem ao momento. Rapidamente fomos inseridos ao modo remoto de legislar e o cidadão potiguar não teve prejuízos, já que o trabalho continuou dentro de um novo formato. Assim, seguimos debatendo e discutindo os problemas da nossa gente. Parabenizo a presidência da Casa e toda a equipe do Legislativo que nos trouxe, com segurança, uma eficiência imensa pela tecnologia”, destaca o deputado estadual Vivaldo Costa (PSD), um dos parlamentares mais experientes da Casa e que, aos 80 anos, não sentiu dificuldades em adaptar-se ao novo formato de trabalho.

Além do SDR, a Diretoria de Gestão Tecnológica desenvolveu um aplicativo com senhas criptografadas e reconhecimento facial, elevando a segurança cibernética e jurídica ao processo legislativo de votação. De acordo com Mário Sérgio Gurgel, a plataforma tem segurança na tecnologia da informação e garante o uso virtual de todos os parlamentares ao mesmo tempo.

OS NÚMEROS COMPROVAM

AO LONGO DO ANO LEGISLATIVO, FORAM APRESENTADAS MAIS DE 1.750 PROPOSIÇÕES, COM DESTAQUE AOS PROJETOS DE LEI, REQUERIMENTOS E DECRETOS DE CALAMIDADE PÚBLICA



A votação da Proposta de Emenda Constitucional da Reforma da Previdência e dos Decretos de Calamidade Pública foram alguns dos destaques

A pandemia provocada pelo novo coronavírus fez a sociedade desacelerar. Apesar disso, e com todas as barreiras que precisou enfrentar, o Poder Legislativo potiguar se reinventou. A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte adaptou as ferramentas e condições de trabalho, implantou os sistemas necessários para a realização do teletrabalho e das sessões por deliberação remota e, com isso, não parou de produzir. Pelo contrário, já que teve um papel crucial nas determinações do Estado nesse período. De março até dezembro de 2020 foram apresentadas mais de 1.750 proposições na Casa, com destaque

aos projetos de lei, requerimentos e decretos de calamidade pública diretamente ligados à pandemia.

A votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Reforma da Previdência, a votação dos Decretos de Calamidade Pública e de inúmeras proposições voltadas ao combate do Coronavírus, bem como a votação de orçamentos emergenciais foram algumas das matérias apreciadas pelo parlamento no período, mas não foram as únicas. Diversos outros assuntos importantes foram discutidos pelo legislativo potiguar nesse tempo, até mesmo a constituição de duas Comissões

Parlamentares de Inquérito (CPIs).

De início, foi necessário reorganizar a rotina e planejar as tarefas, em consideração às medidas de profilaxia adotadas pela Casa Legislativa. Assim que os primeiros casos de Covid-19 chegaram ao Rio Grande do Norte, a Assembleia Legislativa se viu na obrigação de elaborar determinações que garantissem a saúde dos parlamentares, servidores e frequentadores dos ambientes legislativos.

Assim, foram determinadas: a redução de pessoal na sede (aproximadamente em 95%); a execução das atividades em



formato domiciliar por parte dos servidores; a realização de novas ações contributivas à evolução do eLegis, em desenvolvimento pela Coordenadoria de Gestão de Projetos e Desenvolvimento de Sistemas; a inovação na remessa de expedientes aos entes, Poderes e órgãos da Administração Pública; e adaptação das informações via e-mail institucional, de modo mais célere.

Com isso, aparentava que existiriam barreiras ao pleno

funcionamento das atividades, tanto legislativas quanto administrativas, mas isso não aconteceu. De acordo com a Diretoria Legislativa da ALRN, de março a dezembro de 2020, foram apresentadas mais de 1.750 proposições, entre elas, 226 Projetos de Lei, desses, alguns foram de iniciativa do Governo do Estado e do Ministério Público Estadual, os demais, iniciativas parlamentares; 6 Projetos de Lei Complementar; 4 Projetos de Resolução; cerca de 1.280

requerimentos e a constituição de duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI). A Diretoria também conta que mais de 160 ofícios de interesse legislativo foram lidos em plenário e houve a aprovação de cerca de 130 Decretos de Calamidade Pública.

“Não obstante se tratar de um período totalmente atípico, a Assembleia Legislativa se aperfeiçoou para que as deliberações encontrassem o apoio logístico indispensável ao

andamento das funções legislativa e fiscalizatória do Parlamento Potiguar. Hoje, o mundo digital é uma realidade e a Assembleia Legislativa do RN, portanto, está acompanhando essa evolução e se modernizando, com apoio da Mesa Diretora, na pessoa do presidente Ezequiel Ferreira. Podemos considerar esses avanços como um marco na gestão do processo legislativo do nosso Estado”, destaca a diretora legislativa da Casa, Tatiana Mendes Cunha.

Realidade *anunciada*

PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO LEGISLATIVO ESTADUAL FOI ESTRUTURADO COMO META DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DESDE 2015

Gestão do presidente Ezequiel Ferreira pagina a história do Legislativo Potiguar instaurando nova era, em que a transparência e a comunicação têm papel fundamental

Quando a modernização da estrutura da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, seguindo um modelo alinhado aos padrões atuais de informatização e sustentabilidade, foi apresentada em 2015 como preocupação dos então novos gestores da Casa, ninguém jamais imaginaria o grau de acerto dessa estratégia. Claro que todos sabiam o quão válido é investir em tecnologia.

Para o diretor-geral da ALRN, Augusto Carlos Viveiros, o sistema de teletrabalho desenhado desde 2015 e adotado pela Casa Legislativa em razão da pandemia do novo coronavírus tem tido resultados positivos em razão da produção satisfatória na atividade laboral. “O sistema de teletrabalho já é uma realidade no Legislativo Estadual. O resultado está sendo espetacular. Da Diretoria Legislativa ao acompanhamento das Comissões está perfeito. A Assembleia foi ágil, pois como já vinha investindo nessa área há um tempo, rapidamente se adaptou”, avalia.

O processo foi estruturado como



meta do Planejamento Estratégico desde 2015. “No início da gestão do presidente Ezequiel Ferreira, em fevereiro de 2015, atuamos na implantação do sistema moderno de trabalho, mas precisávamos antes avançar com sistemas digitais que garantissem a produtividade e comprovassem a eficácia do

formato de trabalho. Aos poucos, sempre em busca de uma gestão moderna, a Assembleia Legislativa implantou novos formatos de atuação laboral, reafirmados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2017 como modelo estrutural. Na época, entendemos que ainda não tínhamos condição de supervisionar os



números e que ainda não era a hora, por uma série de motivos. E hoje, três anos depois, estamos vivenciando a experiência exitosa do modelo aplicado no teletrabalho”, explica Augusto Carlos Viveiros.

Historicamente, no serviço público brasileiro, a partir da criação do processo eletrônico judicial, iniciou-se a modernização do trabalho, permitindo o trato dos procedimentos à distância, com carga horária e índices alterados, correlacionados com eficiência. “Por isso, legislativos de todo o País adotam modelos de teletrabalho em áreas consideradas possíveis de atuação remota, sem obrigatoriedade de atividade presencial”, destaca o coordenador de Gestão de Pessoas da ALRN, Thyago Cortez. O avanço dos sistemas digitais e a ampliação do acompanhamento da atividade legislativa - através do processo eletrônico - atestam o bom rendimento do teletrabalho.

A modalidade é uma realidade na iniciativa privada e em esferas do Poder Público. No Brasil, o teletrabalho

tem desempenho comprovado no Legislativo dos estados de Mato Grosso, Espírito Santo, Ceará, Amazonas, Rio Grande do Norte, Goiás, entre outros. O teletrabalho visa aumentar a produtividade e incentivar a ampliação das atividades desempenhadas pelos servidores; além de motivar o comprometimento nas atividades laborais e contribuir para a redução do consumo de água, esgoto, energia elétrica, papel e de outros bens e serviços. “O aprimoramento da gestão de pessoas é um dos macrodesafios desta Casa, desenhado pelo Planejamento Estratégico desde 2015, com novas metas e ações para os servidores”, comenta a diretora administrativa, Dulcinea Brandão.

O FUTURO

Especialistas em Gestão Pública apontam a instituição do teletrabalho como propício na administração pública com resultados diretos e indiretos durante consolidação do trabalho. “Nos gabinetes parlamentares, as atividades desenvolvidas por servidores da

área jurídica, de comunicação e assessoramento parlamentar (a maioria) são virtuais, como o ingresso em requerimentos e projetos de lei na plataforma do eLegis; produção de releases e pronunciamentos listados nos relatórios de comunicação apresentados à chefia de gabinete ou chefia imediata”, argumenta o coordenador de Gestão de Pessoas, Thyago Cortez. Na área administrativa, setores como: Financeiro; Ouvidoria; Diretoria Legislativa, por exemplo, também se enquadram.

A modalidade de trabalho remoto tem fatores positivos como a economicidade; redução de gastos; incremento da produtividade e qualidade dos serviços prestados, visto que há uma maior concentração dos servidores nas tarefas laborais a ele atribuídas. Um dos exemplos exitosos são os Tribunais de Justiça de todo o País, que elevaram suas produções após adotarem o sistema de trabalho virtual.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o

Judiciário acumula mais de 4 milhões de decisões proferidas em julgamentos virtuais. “O formato do teletrabalho se enquadra no novo mundo, pós-pandemia do coronavírus, em que novos valores, hábitos e resultados irão ditar o novo ciclo”, argumenta, Thyago Cortez.

De acordo com Augusto Carlos Viveiros, o resultado destes quase 10 meses de teletrabalho é a concretização dos novos tempos. “O avanço tecnológico faz parte do futuro, que hoje já é nosso presente. Tecnicamente, o aprimoramento de mecanismos como esse, do teletrabalho, torna mais eficiente o Poder Público, inclusive, na produtividade como atestam, há décadas, o Judiciário e Executivo em todo o País. No mundo, especialistas em Gestão Pública apontam há décadas que a otimização do trabalho e tempo na modalidade remota gera bons resultados”, detalha o diretor-geral. “A Assembleia não parou um dia sequer. Vem cumprindo deveres constitucionais e melhorando a cada dia”, pontua.

Prevenção é a palavra de ordem

INSTALAÇÕES DO LEGISLATIVO POTIGUAR PASSAM POR DESINFECÇÃO PARA PREVENIR CONTAMINAÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS



Trinta técnicos das Forças Armadas da Marinha, Exército e Aeronáutica realizaram um processo de sanitização das instalações do Legislativo com ações de higienização e eliminação do novo coronavírus

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte mantém, desde o início da pandemia do novo coronavírus, a realização da maior parte das atividades de maneira remota, garantindo a segurança dos servidores. Contudo, apesar do menor movimento no Palácio José Augusto, o Legislativo tomou todos os cuidados com a higienização, realizando também uma desinfecção ampla e complexa com auxílio das Forças Armadas.

No auge da pandemia, trinta técnicos das Forças Armadas da Marinha, Exército e Aeronáutica realizaram um processo de desinfecção das instalações do Legislativo Potiguar. O processo de sanitização contemplou ações de higienização e eliminação do novo coronavírus. Os militares não deixaram nenhum local sem a desinfecção. A sanitização foi realizada na descontaminação de ambientes, material e pessoal, principalmente nas superfícies,

paredes, teto, pisos e mobiliário de uso comum, como preconizam as autoridades em vigilância sanitária e saúde.

A meta foi higienizar superfícies e áreas comuns onde ocorre circulação de pessoas, impedindo contaminações e eliminando a proliferação do novo coronavírus. O procedimento aplicado na Casa é de caráter corretivo, uma vez que o ambiente já poderia ter tido contato com o vírus, e o objetivo, desta forma,



passa ser a sua eliminação. A ação, entretanto, necessita da atenção de todos para a manutenção da higienização.

A intervenção foi iniciada no espaço do Plenário legislativo, no Palácio José Augusto, área de circulação de deputados estaduais, servidores e população que acompanha o legislativo nas galerias. As áreas comuns como elevadores, corredores e de grande fluxo de pessoas como o auditório Cortez Pereira, onde ocorrem as audiências públicas, também passaram pela desinfecção.

O Memorial do Legislativo Potiguar, as salas de reunião, o

Salão Nobre, o espaço destinado à imprensa e a área das Comissões, que estavam em obras, também passaram por igual processo. Sob coordenação de equipes do Legislativo, os técnicos militares também fizeram a desinfecção dos 24 gabinetes parlamentares.

“A atuação dos militares foi fundamental para garantirmos a maior segurança dos servidores e deputados que precisaram trabalhar presencialmente. A Assembleia Legislativa não poupou esforços para garantir a segurança de todos e, mesmo com as grandes dimensões da Casa, foi possível fazer a sanitização

completa”, explica o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB).

A sede da Assembleia possui quatro andares, compostos por garagem com estacionamento, térreo onde estão os gabinetes parlamentares, um primeiro andar de uso do público externo, como Salão Nobre e auditório, salas da administração e também com uso parlamentar, como o Plenário. O segundo andar contempla salas também ocupadas por servidores da Casa, como o Memorial do Legislativo e a área das Comissões, e espaços para receber a população, como restaurante,

lanchonete, entre outros.

Seguindo as regras sanitárias preconizadas pelas autoridades de saúde em todo o mundo, foi vedada a circulação de pessoas nas áreas de desinfecção em razão da aplicação dos produtos químicos. O processo contou com militares das Forças Armadas, habilitados para a descontaminação de ambientes, material e pessoal, em estágios de capacitação ministrados pela Equipe de Resposta Nuclear, Biológica, Química e Radiológica (NBQR) do Comando do 3º Distrito Naval.

PRESERVANDO vidas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DOA 141 MIL LITROS DE ÁLCOOL 70% E 25 MIL MÁSCARAS CIRÚRGICAS A MUNICÍPIOS POTIGUARES DURANTE PANDEMIA



Além dos hospitais referenciados para o tratamento da Covid-19 em todo o Estado, a Casa estendeu a doação aos Batalhões da Polícia Militar; às delegacias e às unidades do Corpo de Bombeiros

Desde março, o uso de álcool para assepsia das mãos e dos objetos cotidianamente utilizados se tornou imprescindível para a mitigação do contágio do novo coronavírus. A máscara é hoje um item considerado indispensável para proteção individual e coletiva. Entretanto, esses itens não são adquiridos por significativa parcela da população potiguar, além disso, as dificuldades enfrentadas pelas administrações municipais, a burocracia e a falta desses produtos transformaram-se em obstáculos reais na luta para combater a pandemia.

Preocupada com esse contexto e com a escassez desses itens nos

hospitais da rede pública de Saúde do Estado, a Assembleia Legislativa providenciou a aquisição de milhares de litros de álcool e de máscaras para distribuí-los gratuitamente beneficiando a população e os profissionais da Saúde e Segurança de todas as regiões. No total, foram entregues 141 mil litros de álcool 70% e 25 mil máscaras cirúrgicas.

“A ação do Legislativo Estadual é uma das contribuições no enfrentamento à pandemia no Rio Grande do Norte nas redes públicas de Saúde e Segurança do Estado. Sabemos dos desafios que os profissionais das pastas vêm enfrentando - além de lutar pela

saúde e pela vida - também precisam trabalhar. Queremos dizer, com esse gesto, que estamos ao lado dos nossos guerreiros que protegem e salvam a vida das pessoas”, destaca o presidente da Assembleia, Ezequiel Ferreira (PSDB).

Em todas as unidades de saúde beneficiadas, as doações foram celebradas, principalmente, pelos profissionais de saúde. Em algumas, como no Hospital Sara Kubitschek, em Areia Branca e no Hospital Regional Dr. Deoclécio Marques de Lucena (HRDML), em Parnamirim, no momento da chegada da doação, o estoque de álcool estava vazio. “O nosso estoque de álcool 70% estava

zerado e estávamos com dificuldade de comprar devido à burocracia. Sem dúvidas uma grande contribuição que a Assembleia Legislativa traz para a população e para os profissionais de saúde de Parnamirim”, comemorou na ocasião a diretora do hospital Dr. Deoclécio Marques, Maria José Pontes.

O mesmo sentimento foi compartilhado pela enfermeira e diretora do Hospital Regional Josefa Alves Godeiro, de João Câmara. “Com essa doação, a Assembleia

Legislativa demonstra cuidado com os profissionais de saúde e se integra aos esforços de todos nessa luta contra o novo coronavírus”, ressaltou Layane Graziela.

Para a diretora administrativa e financeira da Casa, Dulcinea Brandão, a qualidade dos produtos foi algo preponderante. “Prezamos pelo melhor resultado na equação custo-benefício dos materiais e licitude de todo o processo, que contou com a transparência nos atos de contratação. Acreditamos que o material chegou em um momento

crucial e ajudou a salvar vidas de milhares de potiguares, diminuindo a contaminação do coronavírus, tanto para os servidores da saúde e segurança, quanto para a população potiguar”, comentou.

Além dos hospitais referenciados para o tratamento da Covid-19 em todo o Estado, a Assembleia estendeu a doação aos Batalhões da Polícia Militar; às delegacias e às unidades do Corpo de Bombeiros, beneficiando os policiais que atuam ostensivamente no combate ao crime. De acordo com a Secretaria

de Segurança Pública do RN, essa foi a maior doação, em quantidade, já recebida de uma única vez pelo Sistema de Segurança Pública Estadual no período de pandemia.

A Assembleia também garantiu doação de R\$ 2,1 milhões para custeio do funcionamento de leitos de UTI do Hospital da Polícia Militar. O aporte financeiro do Poder Legislativo - feito de imediato - foi possível mediante redução de despesas e suspensão de projetos do Legislativo, em consonância com o cenário na luta pela vida.



Da sala ao PLENÁRIO

CONEXÃO DO SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA COM ELEGIS PERMITE TRATAMENTO IGUALITÁRIO ENTRE PARLAMENTARES QUE ESTÃO PRESENTES OU ONLINE



Legislativo potiguar protagoniza experiência exitosa desde que passou a funcionar por sistema remoto, servindo de exemplo e compartilhando a tecnologia com outros estados

No dia 8 de setembro de 2020, depois de cinco meses em funcionamento remoto, os deputados da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte retomaram as sessões ordinárias no Plenário da Casa em modo híbrido, isto é, com deputados participando diretamente do Plenário e outros remotamente. Isso é possível devido à integração do Sistema de Deliberação Remota (SDR) com o eLegis (Sistema do Processo Legislativo Eletrônico), ambos desenvolvidos pela Diretoria de Gestão Tecnológica da Casa.

“Vamos inovar fazendo as sessões com participação presen-

cial e remota, com estimativa da presença de 20 a 22 deputados e os demais de forma online. Todos dispõem do mesmo tempo e o regimento das sessões tem o tratamento igualitário tanto aos que estarão presentes, quanto aos que estarão online, em suas casas”, afirmou na ocasião o presidente do Legislativo potiguar, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB).

Com a implementação dessa novidade, se tornou possível controlar, a partir de um único sistema, a presença e votação dos parlamentares que se encontram no plenário, bem como dos que estão fora da sede. As pautas das sessões também ficam

disponíveis no sistema, já que o painel funciona agora em total integração com o eLegis.

Além da modernização, a integração ainda gera economia, como explica o diretor de Gestão Tecnológica da Assembleia RN, Mário Sérgio Gurgel. “Antes nós só tínhamos o painel eletrônico, contratado de uma empresa de Minas Gerais e sem integração com o processo legislativo. A partir do desenvolvimento interno do sistema, é importante frisar a economia que isso vai nos trazer, porque não precisaremos mais licitar o equipamento. Além disso, eu acredito que nós seremos o Legislativo bra-



sileiro com um dos painéis mais modernos e eficientes para plenário”, destaca.

Desde que passou a funcionar por sistema remoto, o Legislativo potiguar protagoniza uma experiência exitosa, sem prejuízo de nenhuma atividade legislativa ou administrativa. Os estados do Amazonas, Alagoas e Ceará são alguns exemplos dos que já adotaram o mesmo sistema, enquanto São Paulo, Paraíba e Pará retornaram à atividade presencial.

Plenário, Comissões, Audiências Públicas. A atividade legislativa não foi interrompida e nesse período de teletrabalho, iniciado ao final de março devido à pandemia do novo coronavírus, a ALRN contabiliza centenas de novas proposições, entre leis ordinárias, complementares,

resoluções e decretos. Os setores administrativos seguiram as metas de cumprimento do planejamento estratégico. “Só conseguimos tudo isso graças ao esforço conjunto e participação efetiva de todas equipes, como a Diretoria Legislativa, a Procuradoria, as Comissões, todos os gabinetes e, claro, o apoio do presidente Ezequiel e da Diretoria Geral”, reconhece o diretor de Gestão Tecnológica.

Ainda de acordo com Mário Sérgio, futuras implementações estão em desenvolvimento. A consolidação da tecnologia no ambiente legislativo foi fator preponderante para que as atividades não fossem prejudicadas e o teletrabalho fosse ampliado também para todos os setores e gabinetes do Parlamento Norte-rio-grandense.



Prata da Casa agora é seleção

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA ASSEMBLEIA PROMOVE INOVAÇÕES E SE DESTACA NACIONAL E INTERNACIONALMENTE



Uma das evidências dos avanços do setor de TI da Casa é a integração do Sistema de Deliberação Remota com o eLegis, que possibilita as chamadas “sessões híbridas”

A pandemia do novo Coronavírus não intimidou os deputados e servidores da Assembleia Legislativa do RN a continuarem exercendo seu trabalho com profissionalismo e dedicação. Prova disso foram as inovações implementadas pela Diretoria de Gestão Tecnológica da Casa, mesmo durante o período de isolamento social.

Um desses avanços foi a integração do Sistema de Deliberação Remota (SDR) com o eLegis (Sistema do Processo Legislativo Eletrônico), ambos desenvolvidos pela Diretoria de Gestão Tecnológica da Casa. Essa conexão entre os sistemas possibilitou as chamadas “sessões híbridas”, a partir de 8 de setembro deste ano. Elas ocorrem de forma mista, isto é, com deputados participando diretamente do

Plenário e outros remotamente.

Com a novidade, agora é possível controlar, a partir de um único sistema, a presença e votação dos parlamentares que se encontram no Plenário, bem como dos que estão fora da sede. Estão disponíveis também as pautas das sessões, já que o painel funciona agora em total integração com o eLegis.

Para o diretor de Gestão Tecnológica da Casa, Mário Sérgio Gurgel, uma das grandes inovações do novo painel eletrônico é o seu desenvolvimento interno. “Antes nós tínhamos apenas o painel eletrônico, contratado de uma empresa de Minas Gerais e sem integração com o processo legislativo. A partir do desenvolvimento interno do sistema, conseguiremos economizar bastante, porque não

precisaremos mais licitar o equipamento. Além disso, certamente nós seremos o Legislativo brasileiro com um dos painéis mais modernos e eficientes para Plenário”, destaca.

Além da parte visual do Plenário, também foram feitas inovações no áudio, já que foi feita a troca da tecnologia do sistema analógico para o digital, o que resulta em mais qualidade e confiabilidade no serviço de som das sessões.

O resultado da inovação no Plenário do Legislativo Potiguar foi tão positivo que a equipe da Diretoria de Gestão Tecnológica foi convidada a apresentar a integração entre os sistemas para 20 Parlamentos de diferentes países e 21 Casas Legislativas brasileiras. Isso aconteceu durante a Semana



Internacional da Democracia, em evento digital denominado “Legistech pela democracia – unindo Legislativos e ideias inovadoras”, no dia 18 de setembro.

O evento objetivou apresentar experiências de Casas Legislativas do Brasil e do mundo que implementaram projetos de deliberação remota para manter o funcionamento do Poder Legislativo durante a pandemia da Covid-19.

O diretor de Gestão Tecnológica da Assembleia Legislativa do RN, Mário Sérgio Gurgel, destacou a importância de relatar a experiência de transformação digital da Casa num evento de porte internacional. “Além do nosso, apenas dois Legislativos Estaduais foram convidados, Rio de Janeiro e São Paulo. Isso mostra a nossa relevância dentro do cenário nacional, nesse contexto de inovação parlamentar”, enfatizou.

O Sistema de Deliberação Remota (SDR) da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte foi apresentado a representantes das assembleias de Santa Catarina e São Paulo. As duas casas legislativas entraram em contato com o Parlamento potiguar em busca de mais informações sobre a ferramenta, considerada pioneira no

país. Além da integração entre o Sistema de Deliberação Remota e o Sistema do Processo Legislativo Eletrônico, a população do Rio Grande do Norte já havia recebido outra ferramenta para acompanhar os trabalhos do Legislativo Potiguar. Foi o “Legis Vídeos”, também desenvolvido pela equipe de Tecnologia da Informação da Casa. O sistema entrou no ar em junho, disponibilizando todos os vídeos de sessões, audiências, pronunciamentos e demais atividades realizadas no Parlamento, com o objetivo de proporcionar ainda mais transparência ao trabalho desenvolvido pelos deputados estaduais.

“A administração pública voltada para o cidadão é caracterizada pela busca constante de ferramentas de excelência que ampliem a proximidade entre os dois. Na Assembleia, o Legis Vídeos ajuda o Parlamento a prestar contas com o povo sobre o seu trabalho, viabilizando, de forma simples e rápida, o acompanhamento por parte da população das atividades do Legislativo”, explicou o presidente da Assembleia Legislativa do RN, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB).

A ferramenta conta ainda com

um recurso de edição, que permite ao internauta separar e fazer o download somente do trecho que tiver interesse. Além disso, a busca também é facilitada e intuitiva, sendo de fácil acesso a qualquer usuário. Para utilizá-la, basta acessar o site oficial do Legislativo Potiguar (al.rn.leg.br) e clicar no ícone disponibilizado para ser direcionado ao Legis Vídeos.

Por fim, outro recurso digital criado pela Assembleia Legislativa que se destacou nacionalmente foi o aplicativo Legis RH. O projeto venceu o 1º prêmio Assembleia Cidadã, da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), na categoria “Gestão”, realizado em novembro de 2019.

Após o reconhecimento nacional, a Casa Potiguar foi procurada pela Assembleia Legislativa de São Paulo, com o intuito de receber o sistema criado internamente pelos Norte-rio-grandenses. E assim foi feito, em setembro deste ano. Através da assinatura de Termo de Cooperação Técnica, o presidente da Assembleia Legislativa do RN (ALRN), Ezequiel Ferreira, oficializou a disponibilização e implantação do sistema de Legis RH para a Assembleia

Legislativa de São Paulo (Alesp).

A cooperação entre os legislativos representou uma economia de aproximadamente R\$ 20 milhões para a Casa paulista, de acordo com o seu presidente, Cauê Macris (PSDB).

Na ocasião, Cauê Macris agradeceu a disponibilidade dos potiguares. “Esse é um passo histórico de cooperação entre os legislativos estaduais. Hoje o RN fornece a tecnologia da gestão de RH para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Por isso, a ALRN está de parabéns”, destacou.

O presidente Ezequiel Ferreira falou da satisfação em contribuir com a Alesp. “As Assembleias Legislativas precisam estar irmanadas com o que têm de melhor, para buscar a eficiência tão necessária na administração pública, que é também o que busco à frente da ALRN”, afirmou.

O sistema Legis RH estava contemplado no “Planejamento Estratégico” da ALRN (2015) e terá novas etapas no “Horizonte 2023”, com macrodesafios (objetivos estratégicos) que nortearão as ações da Assembleia Legislativa do RN no próximo quadriênio.

A alinhada ao novo normal

COORDENADORIA AVANÇA COM ESTRATÉGIAS BASEADAS NAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA E GESTÃO

Rotina administrativa se soma às ações para preservação da saúde e da vida dos colaboradores, mantendo o ritmo de atividades com foco no “Horizonte 2023 da ALRN”

Trabalhar a motivação, ofertar treinamento e capacitação profissional, proporcionar qualidade de vida no trabalho, auxiliar no gerenciamento de mudanças, zelar por um ambiente saudável, positivo e motivador. E mais: cuidar do clima organizacional e garantir que todos estejam trabalhando de acordo com a legislação. A esses desafios que compõem o dia a dia de quem lida com os servidores – que no caso da Assembleia Legislativa é a Coordenadoria de Gestão de Pessoas (Cogep) – se somaram tantos outros durante o ano atípico de pandemia.

“A Coordenadoria de Gestão de Pessoas passou a conviver com os desafios que envolvem a adaptabilidade dos servidores, a comunicação interna, o medo e a insegurança. Passamos por um processo de modificação para nos adaptarmos à realidade dos protocolos de biossegurança, numa medida da gestão para evitar a proliferação do contágio. O vírus alterou nossa vida, nossos hábitos e comportamentos. Passamos a utilizar a máscara e realizar a higienização constantemente, sendo necessário o isolamento social”, afirma o coordenador do setor, Thyago Cortez.

De acordo com ele, assim como a maioria das unidades do Legislativo do RN, o setor precisou se reinventar, apostando em novas formas de atendimento e comunicação, fortalecendo o atendimento via WhatsApp e e-mail para que todas as demandas tivessem resolução por essas formas alternativas de funcionar.

Logo no início da pandemia, preocupados com a saúde física e mental dos servidores, a coordenadoria e o Programa de Qualidade de Vida e Saúde elaboraram juntos uma cartilha explicativa destacando pontos importantes do documento oficial da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a Covid-19 com foco na saúde mental. O material foi disponibilizado pelas redes sociais, incluindo os grupos das unidades setoriais da ALRN e enviado por e-mail, um canal cada vez mais utilizado para resolver as demandas.

Outra ação, com os trabalhos presenciais já suspensos, redirecionou a campanha Abril Verde, que chama a atenção da sociedade para a adoção de uma cultura permanente de prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, sendo readaptada

para o novo cenário, a fim de prevenir também os acidentes domésticos não só para os servidores, mas também os seus familiares. “ Fizemos adaptações com o objetivo de contribuir com a segurança das famílias e propusemos medidas e orientações de ergonomia e de prevenção aos acidentes domésticos, que poderiam acontecer com mais frequência devido ao maior tempo em que as pessoas estão em casa”, explicou.

INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS

Sempre à procura de conhecer as experiências exitosas dos outros Legislativos, nesse período o coordenador participou de reunião promovida pela Associação Nacional dos Servidores de Recursos Humanos do Legislativo (ANSREHL), com o apoio da Escola da Assembleia do RN. Através de videoconferência, os gestores discutiram sobre as experiências mútuas de trabalho nesse período de isolamento social.

Thyago Cortez explica que um dos pontos da pauta da reunião foi o teletrabalho, que com o desenvolvimento das tecnologias da informação e a urgência que a pandemia trouxe, trans-



formou as relações laborais. “A adoção do teletrabalho pelas Assembleias foi unânime e teve a finalidade de restringir o contato social em meio à crise pandêmica para preservação da saúde e da vida dos colaboradores, mantendo o ritmo de atividades”, afirmou.

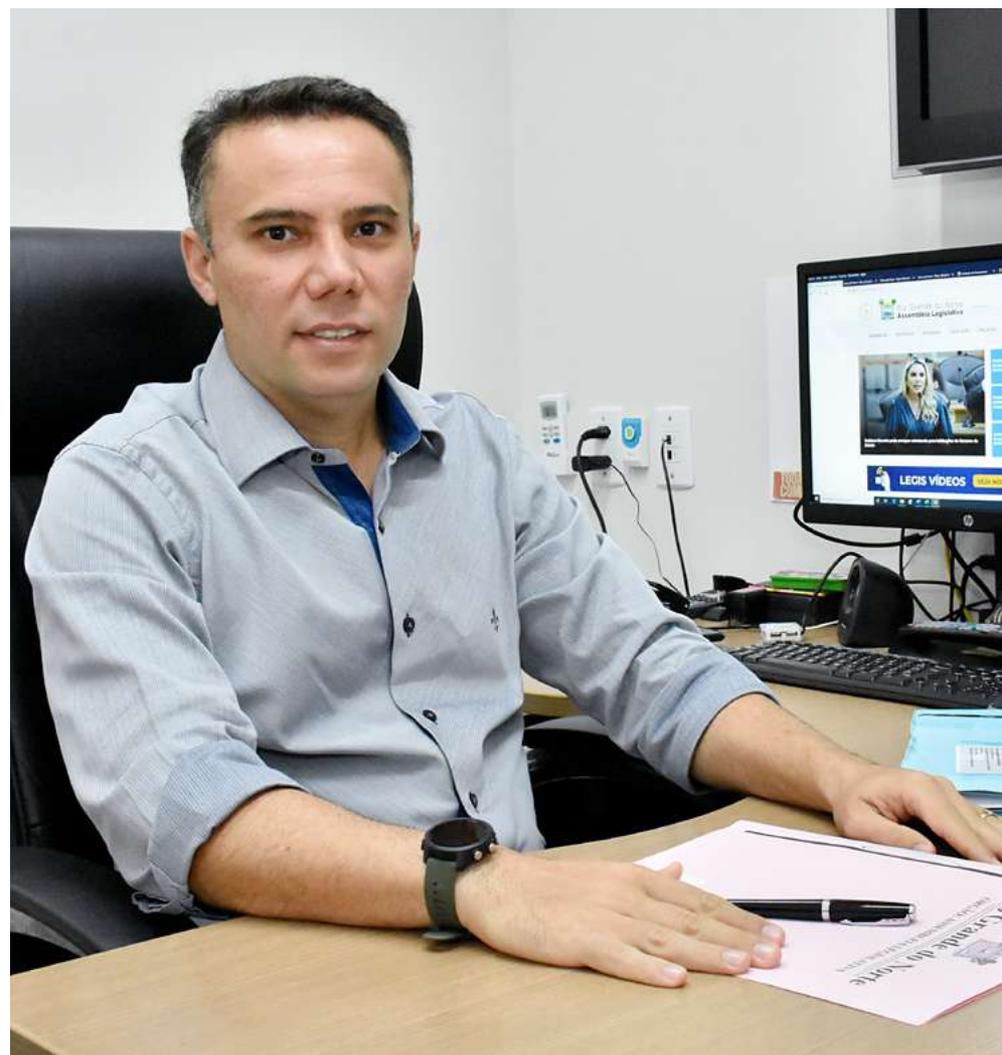
O cenário criou novas tendências e pensando nesse novo normal a Coordenadoria organizou o curso voltado para os gestores da Casa Legislativa: “Novas Estratégias de Liderança no período pós-pandêmico”. O curso foi ministrado pelo professor Flávio Emílio, que falou sobre novas táticas de liderança, novo espaço de trabalho, mudanças nas relações, como motivar os liderados e como lidar com a ansiedade e as incertezas.

Em outra ação, o dia em comemoração ao servidor público foi marcado com a entrega de máscaras de proteção facial aos colaboradores, visando garantir a saúde do trabalhador no ambiente da Casa. “Idealizando

um cenário em que o novo normal é também uma aposta para o pós-pandemia, organizamos a oficina sobre o Planejamento Estratégico de Pessoas, que será o norteador dos programas e ações voltadas para os colaboradores da Assembleia Legislativa”, explica.

Nas oficinas, de forma integrada, são discutidos sistematicamente os pontos de melhorias levantados e sugeridos para a implementação da gestão estratégica de pessoas baseada em boas práticas de governança e gestão. “Estamos acessando um novo formato de condução administrativa, incorporando as boas práticas da governança e gestão a fim de melhorar cada vez mais a prestação dos serviços”, afirmou.

A oficina abriu agendas para um momento destinado à construção de um plano de atuação estratégica de pessoas, cujo objetivo é a discussão daquilo que se quer alcançar e atingir com base no “Horizonte 2023”.



De volta pra CASA

ATUAÇÃO DESTACADA DO COMITÊ DE SERVIDORES GARANTIU RETORNO AO TRABALHO PRESENCIAL SOB RIGOROSOS CUIDADOS E PROTOCOLOS DAS AUTORIDADES DE SAÚDE



Para Ricardo Fonseca, todas as diretorias, coordenadorias, divisões e setores, cada um desempenhando o seu papel, teve fundamental importância para o êxito do trabalho

Instituído pelo Ato da Mesa 455, de 27 de maio, o Comitê de Servidores para Prevenção e Combate à Covid-19 teve papel fundamental para a retomada segura dos trabalhos presenciais no Legislativo, que seguiu etapas conforme sua recomendação. Sob o controle da Diretoria Geral e coordenado pela Diretoria de Políticas Complementares de Saúde e Bem-Estar, o Comitê realizou um trabalho minucioso envolvendo um grupo de 20 servidores representando todas as diretorias, coordenadorias, divisões, controladoria e o Gabi-

nete de Segurança Institucional da Casa.

“Seguimos todas as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), Ministério da Saúde (MS) e Secretaria Estadual de Saúde (Sesap), criando as medidas preventivas, solicitando os equipamentos necessários e elaborando um vasto e completo plano de retomada que foi seguido à risca para um retorno seguro”, destaca o diretor de Políticas Complementares, Ricardo Fonseca.

A portaria designando os seus membros foi publicada na

edição do Diário Oficial Legislativo de 10 de junho. Contudo, um mês antes da comissão ser constituída, numa reunião prévia com servidores, coordenadores, diretores e chefes de núcleo, os médicos e enfermeiros da Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-Estar fizeram longa explanação sobre a Covid-19, alertando sobre as formas de contágio e riscos, com informações detalhadas em gráficos e estatísticas, evidenciando a gravidade do vírus. O momento foi o primeiro passo para a criação do Comitê. A partir da



sua oficialização, o trabalho foi avançando através de reuniões por videoconferência, detalhando as etapas do plano de reabertura.

“A cada semana adiantamos o plano de reabertura e a retomada gradual do trabalho aconteceu com número reduzido de servidores e horários, mantendo parte das atividades de forma remota”, explica Ricardo Fonseca.

De acordo com ele, todos os setores envolvidos desempenharam papel fundamental para o êxito das atividades. “Foi um trabalho sintonizado. Não adiantaria, por exemplo, o pessoal da Saúde ter indicado os equipamentos necessários se o setor de Compras falhasse. Eles fizeram um trabalho minucioso com levantamento, especificações e tomada de preço com celeridade e seguindo o trâmite das licitações”, observou o diretor.

Outros setores destacados por ele foram o Gabinete de Segurança Institucional, responsável, dentre outras funções, pelo controle de acessos presenciais ao prédio legislativo; a Divisão de Serviços Gerais, “com a tarefa importantíssima nesse processo, seguindo à risca os protocolos e a Comunicação informando cada medida do Comitê aos servidores. A Controladoria também, porque não podíamos ficar preocupados apenas com a

sede, mas com os anexos, ver os problemas e demandas. Enfim, todos foram peças fundamentais”, afirmou.

A primeira fase aconteceu com o retorno de 20% dos servidores, em agosto. A segunda, com 50%, em setembro. Antes disso, foi preciso reorganizar a infraestrutura, seguindo o plano com os protocolos de higiene, segurança e logística, de acordo com o funcionamento dos setores tanto da sede da Assembleia Legislativa, quanto dos seus anexos. Na segurança, por exemplo, foi necessário definir o acesso dos servidores por uma única porta, para controle de entrada e saída. Na vigilância, a fiscalização constante do uso da máscara nas instalações da Casa e o monitoramento para inspecionar e combater possíveis aglomerações nas áreas comuns.

Em se tratando de medidas relativas à higiene, entre outros procedimentos, foram instalados dispensadores de álcool gel em lugares de fácil acesso e visualização; a limpeza dos aparelhos de ar-condicionado em intervalos menores, intensificando os serviços de manutenção preventiva; a desinfecção dos elevadores, reforçando a higienização no intervalo de 1h, a depender do fluxo de pessoas, entre outras ações.

Questionários foram aplicados com todos os servidores para identificar aqueles per-

tencentes aos grupos de risco, mantendo essa parcela de servidores em teletrabalho. O Comitê elaborou as normas com os novos horários de trabalho a serem cumpridos em escalas e rodízios de acordo com as cheias imediatas. Nesse período, o Comitê publicou três boletins epidemiológicos, espécie de “raios-x” da situação geral dos servidores, verificando a ocorrência de casos suspeitos e confirmados. “Também acompanhamos todos os casos da doença entre servidores na ativa, aposentados e terceirizados”, explica o coordenador de Gestão de Pessoas, Thyago Cortez.

Para o diretor-geral da ALRN, Augusto Carlos Viveiros, o Comitê teve importante papel na transição por etapas do trabalho em home office para o presencial. “Indicou as medidas preventivas para evitar a disseminação do novo coronavírus, sugerindo regras e procedimentos. Foi um excelente trabalho em equipe, onde todos se uniram no combate ao novo coronavírus”, afirmou.

Ainda como medida de prevenção ao novo coronavírus, o prédio da Assembleia Legislativa passou por desinfecção no final do primeiro semestre. Trinta técnicos das Forças Armadas que atuam no Rio Grande do Norte e na Paraíba fizeram a desinfecção do Legislativo Potiguar. O proces-

so de sanitização contemplou ações de higienização e eliminação do vírus, responsável pela pandemia da Covid-19.

Além do trabalho do Comitê e da desinfecção, a Coordenação de Gestão de Pessoas elaborou cartilha com orientações aos servidores, sobre como minimizar os impactos do isolamento social. E como suporte nesse momento de pandemia, junto com a Divisão de Saúde, oferece serviço por telefone para os que necessitarem de esclarecimentos.

A Divisão de saúde também se movimentou para assegurar a saúde física e saúde mental dos servidores, disponibilizando atendimentos virtuais para pacientes em tratamento, como é o caso da terapia feita por psicólogos e, ainda, a telemedicina, feita por profissionais de saúde da Casa. Diariamente, os servidores do setor de saúde atuam no monitoramento do quadro clínico dos colaboradores que estão trabalhando presencialmente para garantir que não houve alteração no sistema imunológico.

Buscando a conscientização e disseminação do conhecimento à sociedade acerca da pandemia, a TV Assembleia produziu e iniciou a veiculação de material jornalístico detalhando dicas de prevenção ao novo coronavírus em território potiguar.

Uma causa de **TODOS**

CAMPANHA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROMOVEU AMPLA DISCUSSÃO SOBRE O TEMA JUSTAMENTE NUM PERÍODO EM QUE OS ÍNDICES DO CRIME REGISTRARAM ALTA DE MAIS DE 258% NO RN

**VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA.
PRECISAMOS
DAR UM
BASTA NISSO.**



A campanha contra a violência doméstica ganhou destaque com o pioneirismo em ambiente virtual e pelo recorde de produções legislativas geradas pelo tema

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte vem se destacando nacionalmente com campanhas institucionais nos últimos anos. E em 2020 não poderia ser diferente. A campanha contra a violência doméstica, realizada em plena pandemia do novo coronavírus, ganhou destaque em muitos aspectos, no cenário nacional. Um deles foi o seu pioneirismo em ambiente virtual; outro, foi o recorde de produções le-

gislativas geradas pelo tema.

“Violência Doméstica: precisamos dar um basta nisso” aconteceu de forma inovadora em várias questões: desde a concepção das peças divulgadas nas emissoras de televisão, rádio e meios eletrônicos de comunicação, com o uso do QR Code; até o seu próprio lançamento, em audiência pública sob o formato de “live”, com transmissão simultânea pela TV Assembleia e redes sociais

da Casa, a fim de promover engajamento e acesso a todos.

Com mais essa iniciativa voltada para a conscientização e responsabilidade social, a Casa Legislativa do RN promoveu ampla discussão em torno do tema, justamente num período em que os índices do crime registravam alta de mais de 258% no Estado.

“A campanha da Assembleia Legislativa ganhou os quatro cantos do



Rio Grande do Norte e levantou a discussão nas rodas de conversa e em casa, na mesa do jantar, entre as famílias. Ou seja, cumprimos o nosso papel social de conscientizar a população sobre esse crime que afeta pessoas de todas as idades e classes sociais”, observa o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), que recebeu o apoio de instituições e dos Poderes para a continuidade da campanha.

A Prefeitura do Natal também reforçou o apoio. Ao lado de secretários municipais, o prefeito Álvaro Dias (PSDB) se reuniu com Ezequiel Ferreira e colocou os serviços já oferecidos pela capital potiguar à disposição da iniciativa capitaneada pelo Legislativo. Na oportunidade, Álvaro Dias destacou algumas iniciativas do Executivo natalense voltadas para atender a mulher vítima da violência doméstica, como a Casa Abrigo, o Centro de Referência da Mulher e a Patrulha Maria da Penha.

Além de levar o tema da violência doméstica para dentro da casa das pessoas, a campanha ainda estimulou uma produção recorde sobre o assunto na Assembleia Legislativa. Foram mais de 50 iniciativas parlamentares, entre projetos de lei,

requerimentos e reuniões virtuais. Algumas já em pleno funcionamento, outras ainda em tramitação, as medidas vão desde o aumento da divulgação dos canais para denúncia até projetos sociais de apoio e acolhimento às vítimas.

Um desses projetos é o da deputada Cristiane Dantas (SDD) solicitando que, durante a campanha, fossem distribuídos folders informativos sobre a Lei Maria da Penha e os serviços dos órgãos de segurança para denúncias de violência doméstica contra a mulher, junto aos kits de merenda escolar enviados aos alunos. Com relação à assistência social, a parlamentar liderou a criação do Fundo Estadual de Amparo às Mulheres Vítimas de Violência; sugeriu a reativação do portal www.mulherpotiguar.rn.gov.br; e propôs a campanha “Sinal Vermelho para a violência doméstica”.

Já a deputada Eudiane Macedo (Republicanos) encaminhou projeto que dispõe sobre a reserva de vagas para mulheres em situação de violência doméstica no Programa Pró-Moradia/Viver Melhor, bem como nos demais programas de habitação de interesse social, instituídos pelo Governo do RN.

A parlamentar Isolda Dantas (PT) requereu a implementação

de uma Casa Abrigo na cidade de Mossoró, a fim de promover acolhimento, atendimento e proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar ou em situação de ameaça à sua integridade física. Para o mesmo município, Isolda solicitou que fosse incluída, nos trajetos da Polícia Militar, a passagem das viaturas nas proximidades das residências de mulheres que registraram denúncia de violência.

Outra ação institucional da Assembleia Legislativa do RN relacionada ao tema foi a oferta gratuita e remota de atendimento psicológico não somente às vítimas, mas também aos agressores, beneficiando mais de 30 pessoas. “Essa foi uma ação muito importante, pois supriu uma lacuna encontrada pela população atingida pela violência doméstica. No atendimento remoto, um grupo de psicólogos oferecia atenção, cuidado e escuta especializada, o que para essas pessoas foi um divisor de águas”, destacou a psicóloga e chefe do Núcleo Biopsicossocial da Assembleia Legislativa, Helga Torquato.

A campanha que também foi pensada pela diretoria de Comunicação da Casa teve destaque nas TVs e rádios locais e nas redes

sociais. A frase de efeito “Precisamos dar um basta nisso!”, foi usada para empoderar a campanha. “Os temas são sempre acompanhados de iniciativas parlamentares em favor da causa e integram as ações institucionais fortalecidas com veiculação dos materiais na Intranet, nas mídias sociais, TV e Rádio da Casa Legislativa”, disse Marília Rocha, diretora de Comunicação.

A exemplo de outras ações, as campanhas publicitárias educativas e de interesse sociais, como a de adoção, doação de órgãos, autismo, a campanha contra o abuso infantil e a de alerta para violência contra os idosos chamam a atenção da sociedade para que o assunto seja debatido.

Marília Rocha lembra que a Comunicação também tem esse papel de aproximar a sociedade dos assuntos mais sérios. “Precisamos sempre lembrar a população da importância de estar atenta a temas como prevenção, respeito aos direitos das mulheres, crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais, entre muitos outros assuntos”, finalizou.

RECONHECIMENTO

O alcance social da campanha da Assembleia Legislativa foi positivo e o reconhecimento das autoridades envolvidas com o tema, unânime. A promotora de Justiça da Vara de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher, Érica Canuto, parabenizou a iniciativa ALRN por contribuir com a divulgação do problema e com a diminuição da subnotificação de casos. “A violência é subnotificada. Não sabemos o seu tamanho, mas as mulheres estão confiando mais. Então, parabéns à Assembleia Legislativa. Os canais de acesso facilitados por projetos, como a Delegacia Virtual, são ações que se constituem em políticas públicas, contribuindo para o aumento dos registros e a consciência de que é melhor denunciar e pedir a proteção da Lei Maria da Penha”, ressaltou a promotora.

PONTO DE *equilíbrio*

APROVAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA NA CASA TEVE COMO PRINCIPAIS PONTOS O AUMENTO DA FAIXA DE ISENÇÃO E A NOVA FAIXA DE CONTRIBUIÇÃO, ALÉM DE OUTRAS EMENDAS CONSENSUAIS, NOTADAMENTE A QUE DIZ RESPEITO À APOSENTADORIA ESPECIAL DOS PROFESSORES



Encaminhada em fevereiro deste ano à Casa Legislativa, a Assembleia formou uma Comissão Especial para analisar o conteúdo da matéria. Servidores públicos foram ouvidos e os próprios deputados analisaram o texto à exaustão

Um dos principais temas em discussão entre o funcionalismo público do Rio Grande do Norte durante o ano de 2020 foi a reforma da previdência do Estado. O projeto foi amplamente debatido na Assembleia Legislativa, que ouviu os representantes dos servidores, o Governo do Estado e especialistas no assunto para aperfeiçoar a proposta, que foi aprovada e sancionada.

Deficitária há anos, a Previdência do Rio Grande do Norte precisa de um aporte financeiro mensal de R\$ 130 milhões dos cofres públicos, o que tem gerado

grande preocupação sobre o futuro dos servidores inativos, pensionistas e os trabalhadores que irão se aposentar nos próximos anos. Com a reforma realizada no âmbito federal, os estados precisaram também adequar as fórmulas – e a Assembleia atuou de maneira efetiva na discussão do tema.

Encaminhada em fevereiro deste ano à Casa Legislativa, a Assembleia montou Comissão Especial para analisar o conteúdo da matéria. Servidores públicos foram ouvidos e os próprios deputados analisaram o texto à exaustão. A Casa utilizou todo



o prazo dado para que a matéria fosse discutida e pudesse receber a contribuição de todos os servidores e também do Executivo. Assim, foi possível chegar a um acordo garantindo uma proposta que tivesse impacto menor sobre os servidores que têm remunerações mais baixas.

Através de emendas apresentadas e encartadas pelos deputados, a faixa de isentos foi ampliada tanto para ativos quanto inativos. Os aposentados e pensionistas, que são 55.276 beneficiários, ficaram isentos até a faixa dos R\$ 3,5 mil, valor superior ao proposto inicialmente, de R\$ 2,5 mil. Acima desse valor, os percentuais de contribuições ficaram definidos em 14% para quem recebe até R\$ 6,1 mil, 15% para quem recebe até R\$ 15 mil, 16% para quem recebe até R\$ 30 mil, e 18% para quem recebe acima desse valor. A única diferença para os ativos é que os servidores que recebem até R\$ 3,5 mil permaneceram com alí-

quota de 11%.

Além dessa emenda, outras alterações consensuais foram encartadas, como a aposentadoria especial dos professores. Com a mudança aprovada pelos deputados, houve a redução da idade mínima, que no caso das mulheres caiu de 55 para 53 anos, e de 60 para 58 anos aos homens.

“Não votamos em uma proposta para partidos e sim em prol do Rio Grande do Norte. Essa matéria foi discutida há muito tempo, mas somente agora foi possível chegar a um acordo entre Executivo, bancadas de situação e oposição de um projeto importantíssimo para o Estado”, explicou o relator da matéria, deputado Raimundo Fernandes (PSDB).

A comissão foi composta ainda pelos deputados George Soares (PL), que a presidiu, Dr. Bernardo (Avante), vice-presidente, além de Souza (PSB). Durante os trabalhos da Comissão Espe-



cial, os parlamentares chegaram a apresentar 13 emendas ao projeto original, mas somente quatro foram acatadas pelo relator, que apresentou as devidas justificativas.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Previdência dos servidores estaduais do RN foi aprovada em primeiro turno no dia 24 de setembro por maioria dos 23 deputados presentes na sessão híbrida da Casa. No dia 29

do mesmo mês, os parlamentares aprovaram a PEC em segundo turno. Em votação híbrida, 21 deputados votaram a favor da proposta, 2 contra e uma ausência foi registrada.

A aprovação ocorreu um dia antes do prazo para que a governadora Fátima Bezerra (PT) sancionasse a emenda e o Estado se adequasse às novas regras do regime geral.

REGRA *que* conduz

RESOLUÇÃO ATUALIZA NORMAS E PRINCÍPIOS QUE FUNDAMENTAM AS FUNÇÕES LEGISLATIVAS, ADMINISTRATIVAS E FISCALIZADORAS DO PARLAMENTO ESTADUAL

Comissão de Constituição e Justiça aprova Projeto de Resolução que institui o novo Regimento Interno, com atualização, inovações e modernização

O fortalecimento da atuação do Legislativo junto à sociedade tem sido uma busca constante da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, que não mede esforços em abrir espaços para que, cada vez mais, a sociedade participe do processo legislativo por meio dos vários canais de comunicação.

Seguindo essa linha, a Casa está em processo de atualização e modernização do seu Regimento Interno, que constitui as normas e princípios que fundamentam as funções legislativas, administrativas e fiscalizadoras do parlamento estadual. O Projeto de Resolução 02/2020, encaminhado pela Mesa Diretora, foi apreciado e aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ).

“As mudanças propostas no novo documento são muito importantes, porque têm o

objetivo de adequar o Regimento Interno ao momento que estamos vivenciando, tanto na Assembleia Legislativa quanto do ponto de vista de novas legislações que foram criadas no Brasil. Além disso, as modificações se adequam também à realidade vigente em outros parlamentos, inclusive no Congresso Nacional”, pontua o relator da matéria na CCJ, deputado Francisco do PT.

Entre outras medidas adotadas no texto, está a redução de comissões permanentes que foram reduzidas de 8 para 5. A atuação nas comissões técnicas e frentes parlamentares é um dos temas em discussão. O novo documento tem 374 artigos. A norma trata desde a apreciação de matérias nas comissões e análise de projetos, até normas administrativas, formatos de audiências, solenidades e sessões para apreciação dos mais diversos projetos. Uma das

emendas aprovadas foi a que inclui a Segurança na Comissão de Administração.

De acordo com o novo Regimento, permanecerão as Comissões de Administração, Serviços Públicos, Trabalho, Saúde e Segurança Pública; de Constituição, Justiça e Redação; de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Cidadania; de Educação, Ciências e Tecnologia, Desenvolvimento Socioeconômico, Meio Ambiente e Turismo; e de Finanças e Fiscalização.

O parlamentar vislumbra que as modificações e inovações em relação ao Regimento atual vão fortalecer o trabalho do Legislativo, notadamente das Comissões Permanentes, onde serão incluídos temas que não eram contemplados no quadro atual, a exemplo do Turismo. Nessa mesma linha, outras adaptações são



previstas, como a transferência de temas de uma comissão para outra, como por exemplo, a Saúde, que poderá se fundir à Comissão de Administração, Serviços Públicos e Trabalho.

A proposta de criação da Procuradoria Especial da Mulher é outra novidade prevista. O colegiado constitui órgão independente, formado por procuradoras deputadas, e contará com o suporte técnico de toda a estrutura da Assembleia. A comissão será constituída por uma procuradora especial e até duas procuradoras adjuntas, designadas

pelo presidente da Casa e eleitas pela bancada feminina, a cada dois anos, no início da sessão legislativa. As procuradoras adjuntas terão a designação de Primeira e Segunda e, nessa ordem, substituirão a Procuradora Especial da Mulher em seus impedimentos e colaborarão no cumprimento das atribuições da procuradoria.

Caberá ao colegiado zelar pela defesa dos direitos da mulher; incentivar a participação das parlamentares em suas ações e participações nos trabalhos legislativos e na administração da Casa; receber, examinar

e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de violência e discriminação contra a mulher; sugerir, fiscalizar e acompanhar a execução de programas do governo estadual que visem à promoção da igualdade de gênero, assim como a implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias de âmbito regional.

A atualização do regimento interno também deve contemplar a criação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, mais especificamente no que tange à forma de escolha dos membros do

Conselho. Neste caso, a escolha feita pelo Presidente da Casa quanto aos membros titulares e suplentes do Conselho deve observar, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participem da Casa, assim como ocorre com o método adotado no âmbito das Comissões e da Mesa Diretora. N e s s a mesma linha de raciocínio, a escolha do presidente e do vice-presidente do Conselho deverá ocorrer por meio de reunião de eleição dos membros e não por escolha do presidente da Casa.

DISCUTIR, apreciar e votar

COLEGIADOS ATUAM COMO ESTRUTURAS AUXILIARES ENCARGADOS DE INSTRUIR E EXAMINAR AS PROPOSIÇÕES QUE TRAMITAM NO LEGISLATIVO

Destaca-se esse ano o papel desempenhado pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Social, atuando como mediadora no impasse em torno do retorno das aulas presenciais na rede de ensino do Rio Grande do Norte

A pandemia que o mundo enfrenta impôs à sociedade a necessidade de uma série de transformações. No Legislativo potiguar, essa nova realidade não foi diferente, mas por se tratar de uma Casa que há muito vem investindo em modernização, a cultura do trabalho remoto foi rapidamente implementada e absorvida pelos deputados e servidores da Assembleia Legislativa. Exemplo disso são as Comissões Temáticas Permanentes, que mesmo diante do cenário de pandemia, deu continuidade às suas reuniões, possibilitando que o trabalho legislativo seguisse sem prejuízos.

Responsáveis por analisar as matérias que tramitam na Casa Legislativa, as Comissões são colegiados formados por um grupo de deputados cuja função, além de apreciar e votar projetos de lei, é também a de fiscalizar e promover discussões e consultas aos representantes da sociedade civil organizada, como forma de aperfeiçoar as decisões que resultem em eficiência e eficácia para a população potiguar. Nessa linha, destaca-se esse ano o papel desempenhado pela Comissão

de Educação, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Social, atuando como mediadora no impasse em torno do retorno das aulas presenciais na rede de ensino do Rio Grande do Norte.

A queda da transmissibilidade do coronavírus no Estado, por volta do mês de agosto, gerou um conflito sobre a questão. De um lado, as escolas particulares defendendo o retorno do sistema presencial, alegando a incapacidade financeira de manter seus professores e funcionários. Do outro, o setor público, mantendo a prorrogação do retorno presencial por falta de estrutura adequada para garantir a volta dos estudantes às salas de aula. A partir desse momento, foi fundamental o trabalho da Comissão de Educação em busca de soluções para o impasse.

“A Comissão buscou o tempo todo a mediação do debate sobre a volta segura às aulas, ouvindo especialistas na área da saúde e representantes das escolas particulares, do movimento estudantil, da rede pública de ensino e da União Nacional dos Dirigentes

Municipais de Educação. As discussões foram fundamentais para subsidiar a tomada de decisões posteriores, com a maior quantidade possível de informações, contribuindo com o debate sobre o retorno do ensino presencial”, avalia o presidente da Comissão, deputado Francisco do PT.

Após as deliberações, a Prefeitura do Natal e Governo do Estado decidiram pelo retorno das aulas presenciais na rede particular de ensino, desde que observadas as devidas medidas de prevenção exigidas pela pandemia. Em se tratando da rede pública, as aulas presenciais permanecem suspensas, com previsão para retorno em 2021.

A apreciação de decretos de calamidade pública no Estado e municípios potiguares, em razão da crise de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19, é outro exemplo de destaque. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Assembleia Legislativa habilmente deliberou sobre as matérias, permitindo que fossem posteriormente votadas e aprovadas durante sessão plenária remota. A celeridade na atuação da



CCJ foi fundamental para que os municípios Norte-rio-grandenses adotassem as medidas necessárias para o enfrentamento da pandemia.

À exemplo das comissões de Educação e de Justiça, outros temas foram debatidos ao longo do ano pelas demais Comissões Temáticas da Assembleia, principalmente no tocante aos setores relacionados à pandemia do novo coronavírus, como saúde, segurança, administração, finanças, assistência social, defesa do consumidor, entre outros.

Além disso, a Casa instituiu uma comissão especial, a Comissão Legislativa de Enfrentamento ao Coronavírus, responsável por

acompanhar e fiscalizar as medidas referentes ao estado de calamidade pública decretado em março no Rio Grande do Norte. O colegiado contou com a participação dos deputados Getúlio Rêgo (DEM), Tomba Farias (PSDB), Francisco do PT, Sandro Pimentel (PSOL), Dr. Bernardo (AVANTE) e Cristiane Dantas (SDD).

NOVA ESTRUTURA

Em qualquer atividade produtiva existe uma relação muito estreita entre ambiente de trabalho adequado e produtividade. Nesse relacionamento, uma das principais ferramentas responsáveis pelo sucesso do resultado da equipe é o espaço físico. Isso faz

Com isso, o espaço físico foi ampliado e atualizado, recebendo os equipamentos necessários para a transmissão ao vivo pela TV Assembleia, resultando em um ambiente adequado e confortável.

“A nova estrutura passa a contribuir para a produtividade dos assessores e técnicos que ali trabalham no assessoramento aos deputados que integram os grupos de trabalho permanentes e temporários. Com certeza, o novo ambiente, com condições dignas de trabalho, irá otimizar o desempenho de todos que ali atuam com muita dedicação”, avalia o deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), presidente da Assembleia Legislativa.

A ampliação e modernização da ala das Comissões fizeram-se necessárias não apenas face à sua estrutura física defasada, mas também em razão do aumento, cada vez mais crescente, no volume de trabalho desses grupos. “O investimento feito trouxe reflexos positivos para as atividades parlamentares. O novo plenário das Comissões é moderno e ideal para o relevante trabalho nele desenvolvido, com a discussão e votação de matérias. Como presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, percebo o quanto a medida influenciou na realização das reuniões semanais. Parlamentares, assessores, imprensa e equipe técnica trabalham agora em um ambiente agradável para o exercício de suas atividades”, comemora o deputado Kleber Rodrigues (PL).

com que todos se envolvam com motivação para a resolução das tarefas. É muito importante um ambiente confortável, que dê condições dignas de trabalho e uma visão positiva de organização, essencial para se criar uma imagem positiva do local, resultando em confiabilidade dos serviços ali executados.

Contar com profissionais motivados e engajados no trabalho técnico de assessoramento, como nas Comissões Temáticas Permanentes e Provisórias da ALRN, tem um peso muito grande nos resultados. Atenta a essa necessidade, a presidência da Assembleia Legislativa autorizou a reforma, na sede do Legislativo, da ala destinada ao funcionamento das Comissões da Casa.

De acordo com o Procurador Legislativo, Washington Fontes, a nova estrutura da ala das Comissões, foi planejada e executada com os devidos cuidados na distribuição espacial das atividades, ergonomia, economia de energia, conforto térmico e acústico. O procurador ressalta o papel das Comissões na atividade legislativa. “Elas são preparatórias, na maioria das vezes, às decisões do Plenário da Assembleia, oferecendo consultoria, assessoramento e assistência técnico-jurídica, aproximando a ideia em discussão e o sistema jurídico positivo. A realização dessas atividades legislativas exige uma arquitetura amigável, adequada”, explica.

SEGURANÇA HÍDRICA para o RN

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, DEPUTADO EZEQUIEL FERREIRA PARTICIPOU DO LANÇAMENTO DA LICITAÇÃO DO SISTEMA QUE PREVÊ ABASTECER CERCA DE 280 MIL PESSOAS EM 24 MUNICÍPIOS POTIGUARES

O Governo Federal deve investir cerca de R\$ 280,6 milhões para a construção de mais de 330 quilômetros de canais adutores, estações de bombeamento, de tratamento e de pontos de captação de água

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) lançou, no final de novembro (26), a licitação do projeto Sistema Seridó, que vai interligar as bacias hidrográficas da região do Seridó potiguar. O ato ocorreu em Brasília, em evento liderado pelo ministro Rogério Marinho e que teve a presença do presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB). O deputado Gustavo Carvalho (PSDB) também participou do ato.

A licitação será feita pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). O órgão vai contratar empresa para elaborar o projeto executivo e de estudos complementares para a execução do Sistema Seridó. A abertura da licitação é o primeiro passo para a execução das obras do sistema, que vai abastecer cerca de 280 mil pessoas em 24 municípios potiguares.

“Esta é talvez a obra mais importante para a segurança hídrica da população seridoense. É uma luta antiga e que agora finalmente começa a se transformar em realidade.

Momento de agradecer ao ministro Rogério Marinho e ao Governo Federal pela sensibilidade em rapidamente viabilizar esta licitação. Essa obra será uma das mais importantes”, disse Ezequiel Ferreira.

A estimativa é de que o Governo Federal invista cerca de R\$ 280,6 milhões para a construção de mais de 330 quilômetros de canais adutores, estações de bombeamento, de tratamento e de pontos de captação de água. Serão 14 estações de bombeamento de água.

O projeto será executado em duas etapas e contém 10 trechos. O Governo do Estado cedeu os estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental e o projeto básico dos sistemas adutores.

Ainda durante a solenidade, o ministro Rogério Marinho apresentou um balanço das ações realizadas pelo MDR este ano no Rio Grande do Norte nas áreas de habitação, segurança hídrica, saneamento, desenvolvimento regional e urbano, mobilidade urbana e defesa civil.

“Com essa adutora, que é um sistema complexo e inteligente que vai funcionar por meio de uma

compensação de bacias naquela região, atenderemos cerca de 280 mil pessoas que hoje vivem com o apoio de carros-pipa. Essas pessoas terão segurança hídrica, ao mesmo tempo em que será possível reduzir os gastos do Estado e do Governo Federal nessas operações”, explicou o presidente da Codevasf, Marcelo Moreira.

CAPTAÇÃO DE ÁGUA

O Sistema Seridó Norte vai captar água no Reservatório Armando Ribeiro Gonçalves, em Jucurutu, e inclui cerca de 190 quilômetros de adutoras de água, implantação e/ou ampliação de oito estações de bombeamento de água, implantação de um booster e ampliação da estação de tratamento de água de Jucurutu. O aporte federal nesta fase será de R\$ 177,6 milhões.

Já o Sistema Seridó Sul levará as águas do Rio São Francisco, a partir do Reservatório Oiticica, para a região com a construção de 140 quilômetros de canais adutores, além da implantação de três pontos de captação de água bruta em sistema fluante em Oiticica e nas Barragens



Carnaúba e Esguicho.

Também há a previsão de investimentos para implantação de seis estações de bombeamento de água e de um booster, além da construção da ETA Ouro Branco e da ampliação da ETA Passagem das Traíras. O valor estimado para desembolso do MDR é de R\$ 102,9 milhões.

O Sistema Seridó deve beneficiar as seguintes cidades: Acari, Bodó, Cerro Corá, Carnaúba dos Dantas, Caicó, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, São Fernando, São Vicente, São João do Sabugi, São José do Seridó, Santana do Seridó, Serra Negra do Norte, Timbaúba dos Batistas e Tenente Laurentino Cruz.

EM 2020, 111 MUNICÍPIOS DO RN DEPENDERAM DO CARRO-PIPA

Até novembro deste ano, mais de 152 mil habitantes da zona rural de 111 municípios dependeram

do abastecimento de água via carro-pipa. A Operação Pipa, comandada pelo Exército Brasileiro, já enviou 372 carros-pipa ao interior do Estado e deve se manter até 31 de dezembro deste ano. Em 2019, 467 mil pessoas de 114 municípios dependeram da operação, com envio de 428 carros-pipa ao semiárido. Por ano, a operação custa em torno de R\$ 51 milhões,

No RN, são duas operações com carros-pipa que abastecem localidades do interior do RN ainda sem água encanada: a Operação Pipa, do Exército Brasileiro, que atende à zona rural, e a Operação Vertente, comandada pela Defesa Civil estadual, que atende os centros urbanos. Na Operação Vertente, deve ser investido R\$ 1,98 milhão para levar água à área urbana de dois municípios em situação de colapso, São Miguel e Paraná, com atendimento a 16 mil pessoas. O colapso é anunciado pela Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern), em boletins mensais

enviados à Defesa Civil Estadual. Em São Miguel, a Caern já trabalha para retomar o abastecimento.

Apesar da melhoria na situação do abastecimento de vários municípios do Rio Grande do Norte em relação ao ano de 2019, 18 municípios ainda estão em situação de emergência por seca, de acordo com decreto estadual publicado no dia 8 de setembro deste ano. O número anterior era de 132 cidades. A redução deve-se aos atuais índices pluviométricos, à recarga dos reservatórios hídricos e da produção agrícola. O novo decreto será válido por 180 dias.

Permanecem em situação de emergência os seguintes municípios: Apodi, Água Nova, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano Melo, Encanto, Equador, Francisco Dantas, Luís Gomes, Paraná, Pau dos Ferros, Rafael Fernandes, Rodolfo Fernandes, Riacho de Santana, São Miguel, São Francisco do Oeste, Severiano Melo, Taboleiro Grande e Venha Ver.

No RN, de acordo o Monitor das Secas, sistema da Agência Nacional das Águas (ANA) a precipitação em outubro foi baixa, e as chuvas observadas ficaram em torno da média normal. Isto fez com que houvesse um agravamento dos indicadores de seca, principalmente por conta das altas temperaturas deste período. Assim, a seca fraca avançou por quase todo o Estado, excetuando a região extremo leste, que permaneceu sem seca. Também houve um pequeno avanço da seca moderada na fronteira com a Paraíba. Predominantemente os impactos observados da seca são de curto prazo, excetuando algumas pequenas áreas do sul e sudoeste, onde tem-se impactos de curto e de longo prazos.

FORTALECENDO setores e segmentos

COLEGIADOS TÊM A MISSÃO DE PROMOVER APRIMORAMENTO DA LEGISLAÇÃO E DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESTADO, COM FOCO EM UM DETERMINADO SETOR

Recentemente criada, a Frente Parlamentar de Apoio às Micro e Pequenas Empresas foi proposta pelo presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira. O objetivo do parlamentar é apoiar o segmento considerado o maior gerador de emprego e renda do Estado

As frentes parlamentares instituídas pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte são responsáveis por pautar debates de grande importância para a sociedade potiguar. O colegiado reúne deputados e tem caráter suprapartidário, com o objetivo de promover, em conjunto com representantes da sociedade civil e de órgãos públicos afins, a discussão e o aprimoramento da legislação e de políticas públicas para o Estado, com foco em um determinado setor.

Recentemente criada, a Frente Parlamentar de Apoio às Micro e Pequenas Empresas foi proposta pelo presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB). O objetivo do parlamentar é apoiar o segmento considerado o maior gerador de emprego e renda do Estado. “Estão reunidos parlamentares de diversos partidos comprometidos com

o ideal de acompanhar os processos legislativos e outras atividades que apresentem relação, direta ou indireta, com a questão das microempresas, empresas de pequeno porte, e com microempreendedores individuais”, justifica o presidente.

Dados do Sebrae mostram que as micro e pequenas empresas correspondem a 98% das empresas brasileiras, representando 22% do PIB nacional e gerando 60% dos empregos formais. Porém, mesmo amparadas pela Lei Complementar Federal nº 123/06, que favorece as microempresas e empresas de pequeno porte, estes empresários ainda enfrentam ‘graves entraves’ no que se refere a financiamentos e acesso a compras governamentais.

Para compor a Frente de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, foram indicados os nomes dos deputados Kleber Rodrigues (PL),

escolhido presidente do colegiado; Gustavo Carvalho (PSDB); Galeno Torquato (PSD); Francisco do PT e Hermano Morais (PSB). Entre os principais projetos abordados por ela esse ano, destaca-se a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, debatida e aprovada na Casa. “Este é um tema para o nosso Estado, porque o segmento é um grande empregador não somente no Rio Grande do Norte, mas em todo o País e estamos vivendo esse momento atípico de fechamento de muitas empresas”, disse o presidente do grupo.

A Lei Geral tem como objetivo regulamentar, em âmbito estadual, o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado a ser dispensado às microempresas (ME), às empresas de pequeno porte (EPP), aos microempreendedores individuais (MEI) e a outras modalidades a elas equiparadas.

FRENTE DAS ÁGUAS



A seca é outro tema debatido constantemente pela Assembleia Legislativa, o que motivou a instalação da Frente Parlamentar das Águas. Entre as ações de destaque da atual temporada, está a visita feita pelo presidente do colegiado, Francisco do PT, ao reservatório de Jati, ramal do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), localizado no Estado do Ceará.

“A Frente Parlamentar das Águas foi conferir o andamento dessa obra e buscar respostas sobre quando essa água chegará ao Rio Grande do Norte, porque a nossa maior missão é lutar para garantir segurança hídrica para o Estado”, disse Francisco. Na oportunidade, engenheiros do Ministério do Desenvolvimento Regional informaram ao representante potiguar que as águas do São Francisco chegarão ao RN até junho de 2021.

A Frente Parlamentar das Águas é formada pelos deputados Francisco do PT, Isolda Dantas (PT), Eudiane Macedo (Republicanos), Galeno Torquato (PSD) e Souza (PSB).

OUTRAS FRENTES

A Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, em parceria com Conselho Municipal da Pessoa Idosa do Natal e outras

entidades, organizou em julho de 2020 a Jornada Online em Defesa da Vida de Pessoas Idosas, que aconteceu por meio de plataforma virtual devido a pandemia e serviu para discutir as causas relacionadas aos idosos. A ocasião também foi oportuna para divulgação do lançamento da Rede de Proteção e Valorização à Pessoa Idosa do Rio Grande do Norte.

De acordo com o presidente do colegiado, deputado Ubaldo Fernandes (PL), a intenção do encontro virtual foi traçar metas e discutir a atual realidade dos idosos, principalmente em momento de isolamento social. “O RN tem se destacado negativamente como um dos estados que mais desrespeita o direito do idoso nesse período de pandemia. Conforme dados do Disque 100, de março a maio deste ano, o número de denúncias de violência contra o idoso aumentou significativamente. É algo que precisa ser seriamente refletido. O governo tem um papel muito importante na execução de políticas públicas de combate a essa realidade”, alerta o parlamentar.

Este ano também foi criada a Frente Parlamentar em Defesa dos Refugiados, Apátridas e Migrantes na Assembleia Legislativa do RN, sendo composta pelos deputados Souza (PSB), Isolda Dantas (PT)

e Francisco do PT. De acordo com Souza, o colegiado surgiu com o papel de acompanhar, prestar apoio e defender os interesses dos refugiados, apátridas e migrantes que residem no Rio Grande do Norte. No Estado, a governadora Fátima Bezerra (PT) criou, através do Decreto nº 29.418 de 2019, o Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados. A finalidade desse Comitê é viabilizar e auxiliar a implementação da fiscalização de políticas públicas voltadas aos direitos desse público em todas as esferas da administração.

“Todos sabem que, com o aprofundamento da crise na Venezuela, aumentou e se espalhou em todo o Brasil, especialmente no Rio Grande do Norte, a presença de venezuelanos, mas não temos só venezuelanos, temos egípcios, sírios, cubanos e outros, sendo, portanto, um Estado que passa a entrar na agenda global de atendimento e acompanhamento dessas populações. Nessa linha, instituímos também na Casa Legislativa um colegiado de discussão de políticas públicas para articular, junto ao Estado e aos municípios, ações visando acolher essas pessoas”, explica Souza.

A pandemia também não impediu a Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente de promover uma

live durante o mês de maio desse ano para marcar o Dia Nacional da Adoção. Sob o comando da vice-presidente do colegiado, Cristiane Dantas (SDD), o grupo debateu os principais pontos relacionados ao tema. O bate-papo online detalhou o processo de adoção, explicando também o projeto “Atitude Legal”, realizado pela 2ª Vara da Infância e da Juventude de Natal, que consiste na entrega legal da criança para adoção.

“Na live esclarecemos muitos aspectos do processo de adoção e falamos sobre a situação de mulheres que têm filhos, mas não têm condições de criá-los ou não desejam assumi-los. Nesses casos, é possível entregá-los para adoção, de forma legal, garantindo um futuro melhor para as crianças, que podem ganhar uma nova família”, reforçou Cristiane.

Em sua maioria, as Frentes Parlamentares defendem temas com amplo interesse popular, como economia, saúde, segurança e educação, por exemplo. Mas temas específicos como defesa dos direitos dos animais, engenharia, apoio às cooperativas, municipalismo, entre outros, também são assuntos discutidos em colegiados instituídos na Casa Legislativa do RN.

EXCELÊNCIA como *meta*

PLANO ESTRATÉGICO DA CASA CONTEMPLA A DEFINIÇÃO DA VISÃO DE FUTURO ATÉ 2023 E DOS MACRODESAFIOS QUE NORTEARÃO AS AÇÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA NO PERÍODO

O trabalho em conjunto com a equipe de coordenadores, chefes de divisões, núcleos e demais servidores irá garantir maior eficácia no resultado

Em meio a pandemia do novo coronavírus e de uma grave crise econômica, retornar o debate em torno do Planejamento Estratégico e avançar, mesmo que de modo virtual, foram desafios ainda mais essenciais para a equipe da Assessoria de Planejamento Estratégico da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Com isso, foi montada de modo coletivo a Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos da ALRN, tendo validado junto aos setores todas as atividades dos macroprocessos e subprocessos em conformidade com a iniciativa estratégica constante no documento “Horizonte 2023 da ALRN”.

“Nesta etapa, cada área de gestão revisou se efetivamente estão corretas as práticas estabelecidas, se é essencialmente o trabalho realizado e se as conexões com outras unidades de gestão estão compatíveis com o que é realizado no cotidiano do setor”, explica Luciana Cardoso, presidente da Comissão

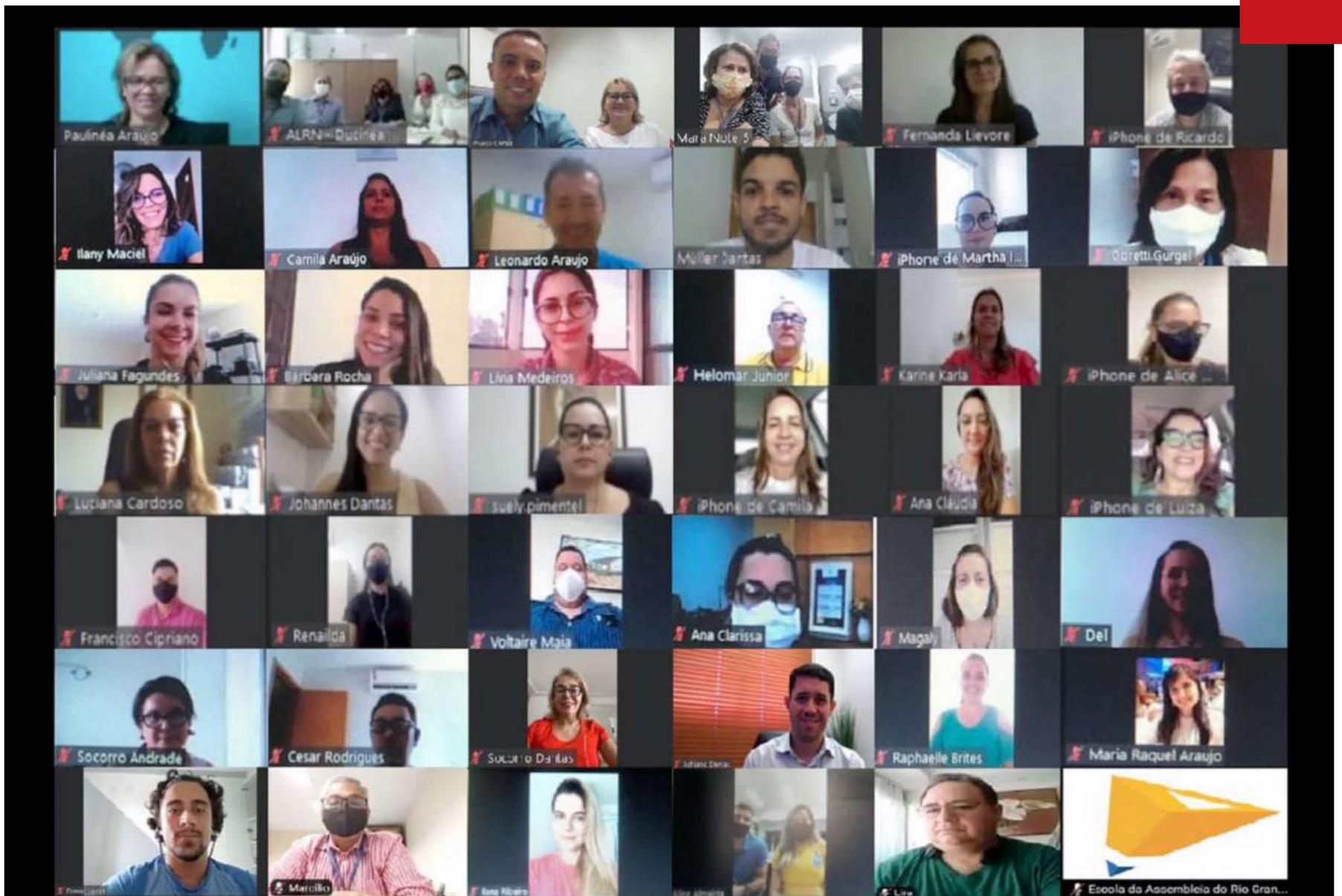
de Elaboração e Acompanhamento do Planejamento Estratégico da Casa. Segundo ela, o trabalho em conjunto com a equipe de coordenadores, chefes de divisões, núcleos e demais servidores irá garantir maior eficácia no resultado.

Para o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), a iniciativa busca conduzir a Casa a um modelo de excelência de governança e gestão no âmbito do Poder Legislativo. “Que nosso modelo, em breve, seja replicado em outras instituições pelo País, a exemplo das ferramentas ‘Legis RH’ e ‘eLegis’, ambas desenvolvidas por nossos servidores e que atingiram destaque nacional. A primeira delas ao conquistar premiação da Unale na categoria ‘Gestão’. A segunda ao despertar o interesse de outras casas legislativas do Brasil, como São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e Mato Grosso. Aqui no RN, também disponibilizamos nossos sistemas para a Prefeitura

Municipal do Natal e para as Câmaras Municipais, a começar pela capital do Estado”, destaca Ezequiel.

Através da Escola da Assembleia foram ministrados cursos de capacitação das equipes, mesmo no período de pandemia, com foco na concretização do Planejamento Estratégico do Legislativo Potiguar. O primeiro deles, “Implantando a Gestão Estratégica na ALRN”, desenvolvido por webconferência, buscou alinhar conhecimentos, rotinas e linhas de ação para o cumprimento da execução do projeto “Horizonte 2023 da ALRN”. Nesse período foram compartilhados temas como: monitoramento de metas da execução do Plano Estratégico, práticas de gestão de processos, fluxogramas dos processos do Plano Estratégico e validação de manual de boas práticas em gestão de processos.

Para a diretora administrativa e financeira da ALRN, Dulcinea Brandão, urge mapear as ações de



governança e gestão na Casa Legislativa. Para tanto, cada gestor das unidades será um multiplicador das ferramentas e metodologias apreendidas durante os cursos visando a execução do “Horizonte 2023 da ALRN”. O plano estratégico contempla a definição da visão de futuro até 2023 e dos macrodesafios que nortearão as ações da Assembleia Legislativa no período.

O plano elaborado teve como base o levantamento dos cenários interno e externo e a definição dos principais problemas identificados ao longo da elaboração do documento, com metas para serem alcançadas nos próximos anos. Compõem o documento 68 iniciativas estratégicas, 28 indicadores e metas, 18 iniciativas específicas e 1 Projeto Institucional.

O curso por videoconferência “Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos da ALRN”, buscou capacitar os servidores a identificarem os processos de negócio

da organização e suas interações, bem como sua contribuição para o atendimento dos objetivos estratégicos do Legislativo Potiguar. Além disso, foi elaborado o projeto “Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos da ALRN”, em conformidade com a iniciativa estratégica constante no documento “Horizonte 2023”.

A Coordenadoria de Gestão de Pessoas e a Escola da Assembleia também realizaram uma pesquisa sobre a existência de lacunas de competência na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, com o fim de subsidiar o planejamento das ações de capacitação para o ano de 2021. A equipe de planejamento também ministrou oficina voltada para o Planejamento Estratégico de Pessoas visando fortalecer o capital humano, assegurando o bem-estar dos colaboradores e buscando alcançar a eficiência e a eficácia no cumprimento dos objetivos institucionais.

Sob liderança da consultora Paulinéa Araújo, servidora da Justiça Eleitoral, os 40 participantes aprenderam e praticaram, em 24 horas de curso, os seguintes assuntos: Noções sobre Gestão de Processos e Cadeia de Valor; Fundamentos de Gestão de Processos e Cadeia de Valor; Classificação de Macroprocessos; Atividade institucional de levantamento de processos; Construção da Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos e Apresentação do produto final e encerramento do projeto.

“A gente sabe que as próximas etapas desse processo não serão simples. É uma tarefa árdua e que requer a participação de todos os níveis. Por isso eu fico muito feliz com o comprometimento de todos. É claro que a Assessoria de Planejamento ainda tem um longo caminho a percorrer, com muitos desafios, mas é assim mesmo. É com muito trabalho e dedicação que se executa um Pla-

nejamento Estratégico adequado, a fim de prestar um atendimento de excelência à sociedade”, concluiu Paulinéa, parabenizando a equipe da Assessoria de Planejamento Estratégico pelo empenho e trabalho realizado.

Para Dulcinea Brandão, as oficinas foram oportunidades de aquisição e compartilhamento de conhecimentos que servirão de base para a realização do Plano Estratégico “Horizonte 2023”. “Tenho certeza de que todos nós iremos nos debruçar sobre os objetivos. Temos muito a fazer ainda, nós sabemos, mas a Cadeia de Valores e Arquitetura de Processos já é uma realidade dentro do nosso Legislativo. Vamos absorvê-la e executá-la da melhor maneira possível, afinal, aprendemos que uma boa gestão se faz com planejamento e definição de estratégias e metas a serem cumpridas”, avalia a diretora administrativa e financeira da Casa.

Ambiente favorável

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO SERVIDOR DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA APROXIMA-SE DOS 90%



Núcleo de Treinamento, Capacitação e Avaliação de Desempenho desenvolveu pesquisa de clima organizacional, envolvendo todos os setores da ALRN, que aponta para uma média de 86,2% de satisfação dos servidores legislativos

Buscando compor o Planejamento Estratégico da Assembleia Legislativa, documento que contempla os desafios que nortearão as ações da Casa com visão de futuro até 2023, o Núcleo de Treinamento, Capacitação e Avaliação de Desempenho desenvolveu pesquisa de clima organizacional, envolvendo todos os setores da ALRN, que aponta para uma média de 86,2% de satisfação dos servidores legislativos. O levantamento oferece diagnóstico, análises e sugestões; aumento de produtividade; e adoção de políticas internas num ambiente plenamente

favorável e com engajamento dos servidores.

“Que possamos tirar o melhor proveito desta ferramenta objetiva, segura e imparcial que busca a resolutividade de conflitos reais na gestão de recursos humanos. Um trabalho de excelência promovido pelo Núcleo de Treinamento, Capacitação e Avaliação de Desempenho”, avalia o presidente da Casa Legislativa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB).

Os resultados do trabalho foram apresentados aos diretores e coordenadores da Assembleia no último

mês de novembro, por videoconferência, em razão da pandemia. Na oportunidade, o diretor-geral, Augusto Carlos Viveiros, ratificou o pensamento do presidente Ezequiel, ressaltando o processo de entendimento de cada servidor do legislativo. A diretora administrativa financeira, Dulcinea Brandão, reforçou a importância do Planejamento Estratégico iniciado em 2015, numa primeira etapa que teve 85% executado, a segunda etapa no início de 2019 e a terceira etapa, em andamento, que planeja o Legislativo Potiguar até 2023 (“Horizonte 2023”).



Segundo Thyago Cortez, coordenador de Gestão de Pessoas (CO-GEP), a aplicação da pesquisa de clima organizacional é uma tendência e vem evoluindo com o diagnóstico. “Por meio dela vai ser possível estabelecer ações para uma melhor comunicação com os colaboradores, entender como eles enxergam a Assembleia Legislativa e seus propósitos”, explica Cortez.

A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2019 junto à 482 servidores da área administrativa com o objetivo de ouvir a opinião de cada um em diversas dimensões, registrando os seguintes resultados de

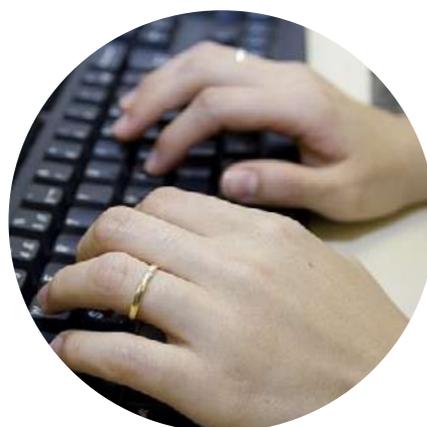
satisfação: Desenvolvimento Profissional 82,1%; Comunicação no Ambiente de Trabalho 84,9%; Relacionamento Interpessoal 90,3%; Condições de Trabalho 84,3%; Identidade e Imagem Institucional 89,1%; Gestão e Planejamento do Trabalho 82,9%; Liderança 86,4%; e Compromisso com o Trabalho 89,5%.

A equipe de trabalho contou com os servidores Raphaela Brites, chefe do Núcleo; Ana Claudia Barros de Melo, técnica legislativa; Bárbara da Rocha, assistente; Daniel Araújo, assistente; e Luiz da Silva, assessor.



Em favor da **SOCIEDADE**

UMA DAS PRINCIPAIS FUNÇÕES DO LEGISLATIVO É CRIAR AS LEIS ESTADUAIS, DE ACORDO COM O QUE ESTÁ DEFINIDO NA CONSTITUIÇÃO



Entre as leis sancionadas estão as de combate à violência doméstica e a proteção das mulheres vítimas desse crime

Ao longo do ano de 2020 a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte debateu importantes projetos que, posteriormente, foram transformados em Lei por sanção do Executivo. Ao todo, até novembro, já constam aproximadamente 15 Leis Complementares e mais de 140 Leis Ordinárias aprovadas pelo Legislativo e já em vigor após serem sancionadas.

Entre alguns dos projetos que ganharam destaque durante o ano, estão a inclusão dos pescados na alimentação escolar, o Programa de Fomento à Radiodifusão, o combate à golpes financeiros contra idosos e a Lei que autoriza os condomínios residenciais comunicarem aos órgãos de segurança pública sobre qualquer ocorrência ou indícios de violência doméstica, entre outros.

De autoria do deputado Souza (PSB), a lei que inclui pescados no cardápio escolar das instituições públicas de ensino do Estado, tem como objetivo estimular a alimentação saudável. Leva em consideração os termos estabelecidos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a priorização para a aquisição do pescado do agricultor familiar do município onde está localizada a unidade escolar. Caso a oferta para atender a demanda local seja insuficiente, o pescado poderá ser adquirido de outros municípios ou estados com a mesma priorização.

“Como presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Pesqueiro e Aquícola e por enten-

der que este setor é estratégico para a economia do RN, envolvendo vários agricultores em todo o Estado, especialmente na região litorânea, além de entender a importância da inclusão do pescado nas políticas, destaco o alto valor nutricional do alimento, contribuindo para o desenvolvimento físico e mental dos estudantes inseridos no ambiente educacional”, justifica o deputado Souza.

De acordo com a lei, os cardápios da alimentação escolar deverão respeitar as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade ou região. O pescado poderá constar do cardápio escolar, preferencialmente, duas vezes por semana, por se tratar de alimento saudável, com alto valor nutricional, contribuindo no

processo de aprendizagem.

Sobre o projeto de fomento às rádios comunitárias, ficou definido que estas poderão contar com novos incentivos. “Nosso objetivo é fortalecer a comunicação comunitária no Estado através da radiodifusão, promovendo a difusão do jornalismo, da cultura local e das atividades esportivas, em interatividade com as comunidades atendidas. Queremos que este segmento cresça e se desenvolva de forma a democratizar ainda mais a comunicação, especialmente nas cidades do interior”, explica o deputado Ubaldo Fernandes (PL), autor do projeto.

O parlamentar desenvolveu a proposta atendendo o apelo da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias - Seção RN (ABRACO), para que esta política fosse implementada no Rio Grande do Norte, sem ferir a legislação nacional.

Também é de Ubaldo o projeto de lei de proteção ao idoso contra golpes financeiros. Esta campanha prevê o desenvolvimento de ações educativas para prevenir e reprimir os crimes de estelionato contra o idoso, bem como proteger e auxiliar as vítimas desses golpes no Estado. “Segundo dados de estimativa do IBGE de 2018, a população idosa do Rio Grande do Norte representa 12,4% da população total do Estado. Precisamos proteger esse público. Tem sido comum o registro de golpes contra os idosos, em geral, praticados dentro da própria família”, destaca o parlamentar.

Os tipos de golpes mais comuns praticados são a apropriação indébita de recursos financeiros ou bens, administração fraudulenta de cartão de benefícios previdenciários, contratação de empréstimos financeiros sem o conhecimento do próprio idoso, enfim, uma série de práticas que prejudicam muito a vida dessas pessoas.

Conforme dados mais recentes do canal Disque 100, os casos de violência patrimonial contra a pessoa idosa tiveram aumento de 19% em 2019. Para 2020, com o isolamento imposto pela pandemia da

Covid-19, acredita-se que a situação se tornou mais crítica. Vale salientar que qualquer tipo de violência contra idosos deve ser comunicado imediatamente ao Conselho Municipal do Idoso, Defensoria Pública, Polícia Civil ou Ministério Público.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Vários projetos apresentados, neste ano de 2020, na Assembleia Legislativa foram voltados para o combate à violência doméstica e proteção das mulheres vítimas desse mal. Entre as propostas aprovadas pelo Legislativo e sancionadas pelo Executivo está a que cria a Delegacia Virtual em Defesa da Mulher, da deputada Isolda Dantas (PT). A iniciativa cria um novo canal virtual de atendimento e registros de denúncias para ampliar o combate à violência doméstica contra as mulheres potiguares.

Com a criação de um canal de comunicação via WhatsApp, o dispositivo assegurará o recebimento de denúncias, registros de ocorrências, envio de fotos e documentos relativos aos crimes e situações de violência doméstica. “Diante do agravamento desta situação, é importante que sejam adotadas medidas urgentes com vistas à mitigação destes efeitos com a criação de mecanismos institucionais destinados ao atendimento das mulheres submetidas a risco iminente de violência. Isso permitirá a celeridade exigida diante da gravidade do tema”, explica a parlamentar. Antes da lei, os delitos decorrentes de violência doméstica e familiar não eram permitidos ao registro online.

Dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança colocam o Rio Grande do Norte entre os estados com maior número de feminicídios neste período de distanciamento social, principal medida para conter a contaminação do novo coronavírus (Covid-19). Durante a pandemia, houve um aumento do número de registros de violência doméstica e de pedidos de medidas protetivas. Segundo o Observatório da Violência no RN, no período de

12 de março a 18 de maio, houve redução na violência geral, mas os casos de violência doméstica, nesse mesmo período, aumentaram em 258%.

O deputado Kelps Lima (SDD) é autor do projeto que dispõe sobre a comunicação, por parte dos condomínios residenciais, aos órgãos de segurança pública sobre a ocorrência ou indício de violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente ou idoso em seu interior. Segundo a legislação, o vizinho que presenciar qualquer fato do tipo deve comunicar de imediato ao síndico do condomínio, para que este leve às autoridades competentes. “Levando em consideração a realidade de violência doméstica exposta, notadamente o aumento de casos no período de isolamento social, propomos medida destinada a proteger e salvaguardar a saúde e a vida dessas pessoas de forma mais eficaz”, justifica Kelps.

Um outro projeto aprovado pela ALRN e já em vigor no Estado é o que determina a obrigatoriedade de afixação de cartazes, em órgãos públicos e privados, informando sobre a lei que pune atos de discriminação em virtude de orientação sexual e identidade de gênero. O objetivo da matéria, de autoria do deputado Sandro Pimentel (PSOL), é dar publicidade a Lei Estadual nº 9.036/2007.

“É inaceitável conviver com qualquer ato de discriminação. Quando se trata de discriminação pela orientação sexual e identidade de gênero, parece que essa coisa se agrava ainda mais. Felizmente nosso Estado já tem uma lei que trata dessa situação, mas muita gente não tem conhecimento. Por isso precisamos garantir a publicidade de uma legislação que está em vigor desde 2007”, destaca o autor da proposta. Os cartazes devem ser afixados em locais de visualização nítida, de fácil leitura e que permitam aos usuários dos estabelecimentos a compreensão do seu significado.

O Governo do Estado também

já sancionou o projeto da deputada Eudiane Macedo (Republicanos), que prevê a obrigatoriedade de afixação de cartaz contendo informações para prevenção e combate ao crime de importunação sexual. Ainda conforme o texto normativo, o cartaz deverá ser afixado em local de fácil visualização, contendo os seguintes dizeres: “O transporte é coletivo. O Corpo da mulher, não”. Sobre o assunto, a parlamentar enfatiza que “importunação sexual no transporte coletivo é crime e a mulher que tiver seu corpo tocado inapropriadamente por desconhecidos deve denunciar”, alerta Eudiane.

A Lei também prevê que as empresas de transporte público intermunicipais deverão, em parcerias com o setor público ou instituições não governamentais de defesa dos direitos das mulheres, realizar capacitação e treinamento dos funcionários para orientá-las sobre como agir em casos de importunação sexual no interior dos veículos.

Agora também está vedada a nomeação de qualquer pessoa condenada na Lei Maria da Penha, para ocupar cargos comissionados na administração estadual. De autoria do deputado estadual Sandro Pimentel (PSOL), a lei veda a nomeação no âmbito da administração pública direta e indireta, bem como em todos os poderes do Rio Grande do Norte.

Além dessa lei, o Executivo também sancionou a proposta de criação do Fundo Estadual de Amparo às Mulheres Vítimas de Violência no Rio Grande do Norte, que será destinado ao financiamento de treinamentos profissionais e reinserção no mercado de trabalho de mulheres vítimas de violência doméstica, assim como a implementação, manutenção e apoio ao Projeto Casa Abrigo no estado. A iniciativa é da deputada estadual Cristiane Dantas (SDD), que é presidente da Frente Parlamentar da Mulher, da Assembleia Legislativa.

Qualificação e OPORTUNIDADE

INSTITUIÇÃO É INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO PARA CIDADÃOS E SERVIDORES PÚBLICOS;
E A PRIMEIRA DO PAÍS A OFERECER CURSO DE MESTRADO

O projeto Conexão Enem é uma das referências da instituição que oferece aulas gratuitas para estudantes em preparação para as provas do Exame

Uma ação consciente e organizada do Parlamento para capacitar e qualificar a atuação dos diferentes agentes envolvidos no processo de representação e participação democrática, sendo um grande diferencial na qualidade do serviço público. É assim que o professor João Maria de Lima define a Escola da Assembleia, instituição criada pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, para colocar em prática a ‘educação legislativa’, e assim capacitar servidores da Casa e de outros órgãos do Executivo e Legislativos municipais.

“Foi Miguel de Unamuno, escritor e filósofo espanhol, que disse: ‘O conhecimento está ao serviço da necessidade de viver, e, primariamente, ao serviço do instinto de conservação pessoal. E essa necessidade e esse instinto criaram, no homem, os órgãos do conhecimento, dando-lhes o alcance que possuem’, resume João Maria, afirmando que no Rio Grande do Norte “a Escola consegue ir além, pois, por determinação da presidência da ALRN, está engajada em

oferecer capacitação e educação legislativa por toda esta terra de Câmara Cascudo. Isso significa qualificação do serviço público e da sociedade em uma conexão com os municípios, por meio das Câmaras”.

Mestre em Letras, apreciador da Cultura Popular, membro do Conselho Estadual de Educação, João Maria de Lima avalia a Escola da Assembleia como uma grande oferta à sociedade de algo muito valioso: oportunidade de qualificação. “É isso não é pouco. Em um País com tantos déficits educacionais, quando uma instituição oferece gratuitamente diversos cursos de capacitação, nas modalidades remota e presencial, pós-graduação lato e stricto sensu (em parceria com a UFRN), e está aberta a toda sociedade, significa que há um comprometimento do Parlamento Estadual com essa sociedade a que ela serve”, explica o diretor que se aproximou da Escola quando coordenou, na Assembleia, o projeto Conexão Enem – que oferece aulas gratuitas para estudantes em preparação para

as provas do Exame Nacional do Ensino Médio.

O projeto, referência para outras casas legislativas, aprovou 30 alunos em universidades do Nordeste através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 2019. E para não perder o ritmo, neste ano atípico de 2020, e se adaptar à pandemia, o Conexão Enem exibiu as aulas através do YouTube, no canal da TV Assembleia e também pelo sinal aberto, no canal digital 10 (Natal e região metropolitana).

Além disso, buscando ajudar os estudantes que se preparam para o Enem, a Escola da Assembleia decidiu divulgar, em todas as suas plataformas, o material de estudo específico para a redação do Enem, feito e disponibilizado gratuitamente pelo próprio Ministério da Educação (MEC). O material consiste em cadernos explicativos das competências utilizadas para a avaliação dos alunos na redação do exame, além de dicas para não zerar a prova.

O Conexão Enem foi destaque ainda no II Seminário



virtual de Escolas de Governo, quando a Escola da Assembleia exibiu projetos de sua autoria em evento de nível nacional, promovido pela Rede de Escolas de Formação de Agentes Públicos de Minas Gerais. O trabalho Norte-rio-grandense inscrito no seminário foi o “Conectando Saberes”, desenvolvido pelos servidores João Maria de Lima, Kássia Kamilla e Leonardo Araújo. Ele relata a experiência da Assembleia Legislativa do RN, por meio da sua Escola, com os projetos Conexão Cidadã, Conexão Parlamento e Conexão Enem.

“Internamente, estamos sempre à procura da evolução, qualificando nossos servidores – razão maior da Escola – e nos preparando para esse cenário novo que se aproxima pós-pandemia. Já havíamos lançado nosso aplicativo, continuamos as nossas aulas das pós-graduações de forma remota, iremos implantar nosso laboratório de Informática e de inovação e retomar a publicação de nossa revista”, afirma o gestor da Escola, ciente de que todas as ações são fruto de um esforço coletivo de todos os diretores da Assembleia e dos servidores e colaboradores da Escola.

“Diz um ditado africano que ‘Se quer ir rápido, vá sozinho. Se quer ir longe, vá em equipe’. Somos a certeza de que o talento

vence jogos, mas só o trabalho em equipe ganha campeonatos. O caminho ainda é longo e temos muito a percorrer. Mas, assim como uma nação renasce em cada instante de sua história, sabemos que a educação é um percurso inacabado. Inextinguível”, define o professor. Ao citar Cervantes, diz que “na vida de uma nação, a estrada é sempre melhor do que a estalagem”, referindo-se ao processo de aprendizagem que nunca termina.

O que a Escola da Assembleia já pode ter conseguido mudar na vida de quem passou pelas suas aulas? Para o professor, em países como o Brasil, onde a experiência democrática ainda se encontra em processo de consolidação, o Poder Legislativo tem um papel e um interesse estratégicos, tendo em vista, por um lado, a sua posição central no sistema democrático, e por outro, o constante desinteresse que as pessoas têm pela política. “Acredito que a Escola valoriza muito o Legislativo, ao passo que transpõe os seus limites de atuação levando informação e conhecimento sobre formação política e capacitação pessoal e profissional a diversas regiões do Estado, promovendo ciclos de debates, palestras e cursos”, explica.

“Os nossos egressos – sejam eles da Casa Legislativa ou da

comunidade – têm um diferencial diante de outros profissionais em sua atuação profissional. Afinal, com o atual nível de competitividade, ter uma qualificação profissional é indispensável, não só para a entrada no mercado de trabalho, mas também para exercer funções específicas”, definiu João Maria. Ele entende que ter uma qualificação é também estar atualizado e preparado para diversas situações. Além disso, fazer um curso, seja ele de graduação, pós-graduação, ou até mesmo de capacitação profissional, é fundamental para que o currículo de qualquer profissional ganhe destaque na hora de uma seleção. É que muitas vezes, além da experiência, títulos e capacitações são de extrema importância para quem está contratando profissionais.

Um reconhecimento do esforço e da qualidade dos cursos e pós-graduações oferecidos pela Escola da Assembleia reconduz a instituição em destaque nacional, com validação dos diplomas em todo o Brasil. A aprovação é feita pelo Conselho Estadual de Educação e, este ano, ocorreu através de webconferência. “Destacamos o empenho de todos os servidores, em especial aos da Escola, os quais, mesmo neste período de pandemia, não mediram esforços para atingirmos esse objetivo, que nos diferencia

das demais escolas legislativas do Brasil”, comemora o diretor, João Maria de Lima, lembrando outros índices que colocam a Escola como destaque nacional como número de alunos atendidos; pioneirismo em sistema de aulas e consulta de notas; além de publicações didáticas de trabalho com autoria de potiguares formados na Escola.

Moderna para enfrentar a pandemia, com cursos permanentes de forma remota, a Escola da Assembleia se mostrou atualizada nos últimos meses do ano de 2020, em pleno processo eleitoral. Sob coordenação do professor da Escola e da UFRN, advogado Erick Pereira, a unidade de ensino lançou um curso online sobre “Abuso de Poder e Condutas Vedadas nas Eleições”, apresentando, a partir dos ensinamentos de especialistas, a legislação eleitoral atualizada para assessores e candidatos. Em outro momento do processo eleitoral, também promoveu um Ciclo de Palestras que contou com nomes como o do procurador-geral da Assembleia, Sérgio Freire, do diretor da Escola, João Maria de Lima, e do ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Perdas X GANHOS

NOVAS OPORTUNIDADES DO MERCADO DE PETRÓLEO E GÁS NO RIO GRANDE, COM A VENDA DOS ATIVOS DA PETROBRAS, GERAM DIFERENTES PONTOS DE VISTA



Enquanto parte dos parlamentares criticam saída da estatal do território potiguar, outros acreditam que a novidade pode oferecer uma nova oportunidade de crescimento para o RN

O anúncio feito pela Petrobras colocando à venda a totalidade dos seus ativos no Rio Grande do Norte pegou muitos de surpresa e dividiu opiniões na Assembleia Legislativa do Estado. Enquanto parte dos parlamentares criticam saída da estatal do território potiguar, outros acreditam que a novidade pode oferecer uma nova oportunidade de crescimento para o RN neste setor, considerado estagnado há alguns anos.

“A Petrobras administrada de forma caótica, passa da posição de excepcional para a de endividada”, disse o deputado José Dias (PSDB), justificando a necessidade da venda de ativos no Rio Grande do Norte. Segundo ele, o Brasil passou da ‘época áurea’ em que a Petrobras dava rendimentos, para uma fase menos atrativa, depois da queda do preço do petróleo. “A venda de ativos é absolutamente favorável para o Estado”, avalia o parla-

mentar, que prevê um resultado positivo muito em breve.

Ainda de acordo com ele, a privatização traz uma série de benefícios. “Não importa a cor do gato, o que importa é se ele pega o rato. E a privatização é que pega o rato”, comentou em alusão ao processo de venda. O parlamentar citou a privatização da mineradora Vale, da Embraer e da Cosern, como casos de sucesso. “O que pode e deve ocorrer é que ninguém vai comprar a



Petrobras para fechar, mas para ganhar dinheiro”, defende.

A possível transferência de administração da Petrobras no RN não deve ser vista com pessimismo, de acordo com o deputado Gustavo Carvalho (PSDB). “A Petrobras, no interior do RN, faz mais de quatro anos que está inerte. Nem investe e nem deixa ninguém da iniciativa privada, que é quem hoje tem mais expertise, chegar perto”, pondera Gustavo. “Não é a saída da Petrobras daqui que vai tirar nosso petróleo. O petróleo fica”, observa.

Já Hermano Moraes (PSB) lamenta o anúncio da venda dos ativos da empresa. “Não acredito que ninguém possa defender a saída da Petrobras do nosso

Estado. O ideal é que permaneça e que venha mais investimentos, inclusive do setor privado”, disse. O parlamentar citou o que chamou de “política de desinvestimento” dentro da empresa e chamou a atenção para os efeitos da venda. “Já perdemos muitos postos de trabalho e podemos perder mais, com repercussão direta e indireta na economia. O RN vem sofrendo retrocesso há algum tempo com seca, má gestão, recessão econômica e a agora, no meio de uma pandemia, a saída da Petrobras”, elencou.

Segundo Hermano, “o interesse de sair de forma definitiva do estado não se justifica. A Petrobras precisa continuar investindo no RN, não pode se ausentar em hora de dificulda-

de. Não podemos permitir”. De acordo com ele, o RN perderá R\$ 400 milhões por ano de receita, além dos empregos. “É só prejuízo para um estado que não tem mais o que perder, já está em insolvência, não tem nem capacidade de pagamento das suas obrigações”, finalizou.

O deputado Vivaldo Costa (PSD) também se posicionou sobre o tema. “Sou de uma época de gritar que o petróleo é nosso. A gente precisa primar pelas nossas riquezas, que a Petrobras continue gerando riqueza e trabalho para o Rio Grande do Norte. Não podemos abrir mão desse patrimônio que é do RN”, afirmou.

O tema também foi abordado pelo deputado Francisco do PT.

“Recebemos um presente de gringo, uma paulada na economia do estado, que é o anúncio da saída da Petrobras. Essa talvez seja a pior notícia que o RN recebeu nas últimas décadas”, comentou o petista.

O deputado Getúlio Rêgo (DEM) relata que conversou com proprietários de terras que recebem royalties da exploração de petróleo e que a expectativa deles é um aumento três vezes maior de ganho com a privatização dos poços. “A arrecadação de royalties vem caindo a cada ano e com a privatização, o estado vai crescer a sua remuneração, assim como ocorre com os proprietários de terra”, afirmou.

Em nova SINTONIA

EMISSORA LEGISLATIVA PASSA A SER TRANSMITIDA NO CANAL 10.3, ABRINDO ESPAÇOS PARA A DIVERSIDADE DA POPULAÇÃO

A coordenação da mudança nos canais é feita pela Rede Legislativa - que integra a Câmara Federal, Senado, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais - com objetivo de tornar as emissoras legislativas mais acessíveis

Um bom caminho que vem sendo percorrido em busca da democratização no Brasil, já defendido há algum tempo pelos especialistas no assunto, tem passagem pelo fortalecimento do sistema público de radiodifusão, que se constitui numa alternativa ao transmitir uma programação de qualidade, diferenciada do sistema privado. Nessa linha, a TV pública amplia os espaços no sentido de dar voz à população de uma cidade, de um estado e de um país, o que normalmente não é encontrado no sistema de comunicação privado.

A TV Assembleia, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, que recentemente passou a ser transmitida no canal aberto 10.3, tem trilhado cada vez mais esse caminho de democratizar a comunicação, abrindo espaços para a diversidade da população do Estado, que pode inclusive participar do processo legislativo. “Temos hoje um Legislativo transparente, atuante e com programação ao vivo, garantindo a acesso do cidadão ao rito legislativo e ainda levando informação de qualidade para a população. Com a modificação, estaremos próximos aos canais

de maior audiência da TV aberta”, destaca o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB).

A mudança foi possível pela atuação do ministro das Comunicações, o potiguar Fábio Faria, que garantiu a rápida alteração, possibilitando mais um legado de pioneirismo para a TV Assembleia do RN. “Os avanços em tecnologia permitem novas conquistas como a democratização da comunicação. E uma das nossas metas no Ministério das Comunicações é garantir o fortalecimento dos canais legislativos em todo o Brasil e, principalmente, no Nordeste e em especial, no Rio Grande do Norte. Isso oportuniza a livre escolha da população com acesso mais próximo aos canais de maior audiência, garantindo que também a notícia de qualidade produzida na TV Assembleia chegue a todos, com isonomia”, destaca o ministro.

A TV Assembleia é pioneira no Brasil como integrante da Rede Legislativa. Uma das primeiras a ser inaugurada no País, ainda em 2003, faz história até hoje também no Rio Grande do Norte. “Com o incentivo do mi-

nistro Fábio Faria, voltamos à posição de destaque no Brasil, exemplo quando o assunto é a linha editorial com prioridade para as coberturas de atividades legislativas, mas também diversificando a programação”, argumenta o diretor da TV Assembleia, Bruno Giovanni.

O crescimento da TV Assembleia nos últimos anos também foi comentado pelo diretor, destacando o maior tempo de grade com programação local, exibição gratuita e em canal aberto. Bruno registra ainda que a TV está presente em mais de 90% do território Norte-rio-grandense. “Essas conquistas foram possíveis graças às parcerias que construímos ao longo dos anos, agregando novos formatos, programas e apresentadores. Estamos próximos dos 18 anos de canal legislativo e vamos deixar um legado importante na comunicação do Estado”, acrescentou.

REDE LEGISLATIVA

A coordenação da mudança nos canais é feita pela Rede Legislativa - que integra a Câmara Federal, Senado, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais - com objetivo de tornar as



emissoras legislativas mais acessíveis aos telespectadores, onde se concentram outras emissoras de TV.

“O objetivo é popularizar as programações das TVs legislativas, aumentando a audiência das sessões plenárias; votações; reuniões; audiências públicas; debates; entrevistas e programas jornalísticos dentro e fora dos plenários”, frisa a coordenadora da Rede Legislativa da Câmara Federal e vice-presidente da Astral, Evelin Maciel.

A Rede Legislativa de TV, além de alterar a numeração dos canais no ar, continua sua expansão pelo Brasil e já tem sinal aberto de televisão em 59 cidades, com alcance de 250 municípios. Fazem parte da Rede, atualmente, 65 emissoras legislativas.

FOMENTO AO ENSINO

As televisões legislativas, que a maioria dos parlamentos no mundo instalou nas últimas décadas como estruturas de Comunicação Social para a cobertura de suas atividades, estão se fortalecendo cada vez mais como órgãos de fundamental importância na formação da cidadania, na construção da sociedade democrática e também na transparência das práticas políticas.

Essa também é a linha que segue a TV Assembleia. Desde 2003, a população pode acompanhar de forma mais comple-

ta o trabalho desenvolvido por seus representantes, pois bem informada tem a sua participação qualificada nos debates e no trabalho legislativo. Como um canal que não está vinculado a nenhum governo ou partido político, a TV Assembleia está sempre inovando a sua grade de programação, cumprindo o seu papel de veículo que dissemina a educação, a cultura, a prestação de serviços.

Recentemente, a Assembleia Legislativa, em meio às ações voltadas ao combate da Covid-19, assinou convênio com a Secretaria de Estado da Educação, Cultura, Esporte e Lazer (SEEC) e com a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), visando a veiculação, pela TV Assembleia, de aulas direcionados aos alunos do Ensino Básico e Fundamental da Rede Pública de Ensino, que tiveram as aulas presenciais suspensas por causa da pandemia.

“Esse convênio está permitindo que a TV Assembleia veicule aulas em sua programação direcionadas para mais de um milhão de estudantes da rede pública de ensino. A transmissão do ensinamento se dá em canal aberto, beneficiando todos os municípios do Rio Grande do Norte”, destacou o presidente Ezequiel Ferreira quando da assinatura do documento, na sede do Legislativo.

Na ocasião, o secretário de

Educação do RN, Getúlio Marques, destacou o empenho da ALRN em formalizar o acordo operacional, possibilitando a todos os alunos da rede pública de ensino a continuidade de seus estudos. “Essa parceria com a Assembleia Legislativa é um marco, visto que milhares de alunos permaneceram em casa, cumprindo isolamento social, contribuindo para a não disseminação do coronavírus, mas sem comprometimento de seus estudos”, enfatizou o secretário.

De acordo com o diretor da TV Assembleia, Bruno Giovanni, a produção do conteúdo, ou seja, das aulas, é de responsabilidade da SEEC, cabendo à TV Assembleia a sua veiculação. “Trabalhamos internamente seguindo todas as orientações das autoridades de saúde para que isso pudesse acontecer. Entendemos que esse é um serviço essencial que a Assembleia Legislativa está prestando à sociedade do Rio Grande do Norte por meio da TV Assembleia”, ressaltou Bruno.

Para o presidente da Undime, Alexandre Soares, o convênio vem permitindo que os professores da rede pública de ensino cheguem às residências dos alunos, mesmo com o distanciamento social. “Uma ação como essa do Legislativo potiguar permite que o ensino chegue onde os nossos alunos estão. A exibição dos aulões através da TV assegurou o andamento do ano letivo em todo o Estado”, reforçou.

Seguindo com o direcionamento de parceria, a TV Assembleia também passou a transmitir as coletivas de imprensa do Governo do Estado com informações atualizadas sobre o novo coronavírus no Rio Grande do Norte. A divulgação das informações é mais um serviço prestado à população Norte-rio-grandense que precisa estar bem informada sobre a realidade da pandemia no Estado.

ELEIÇÕES 2020: MARCHA DA APURAÇÃO

A TV Assembleia Transmitiu ao vivo o programa “Eleições 2020”. Uma cobertura dos principais acontecimentos relacionados ao pleito municipal deste ano. Com a apresentação de Cristiane Rodrigues e do gerente executivo, Gerson de Castro, o programa apresentou, ao longo do dia 15 de novembro, os perfis dos candidatos, divulgou boletins dos repórteres sobre o clima da votação, a partir do Tribunal Regional Eleitoral e abordou assuntos como abstenções e funcionamento das urnas eletrônicas, dentre outras informações.

A transmissão contou ainda com entrevistas ao vivo, através do aplicativo Zoom, com pesquisadores, especialistas em marketing, comunicadores digitais, cientistas políticos e autoridades eleitorais e da área de segurança, além de participações de correspondentes direto do interior do Estado.

Potiguares

PARLAMENTARES AMPLIAM AÇÕES DE APOIO E INCENTIVO À CULTURA ATRAVÉS DO FOMENTO À CADEIA PRODUTIVA DO ESTADO



A gastronomia, o artesanato, a fotografia, os eventos populares são alguns dos instrumentos que ajudam a compor este cenário

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte tem tido uma atuação significativa nos últimos anos nas áreas de arte e cultura, com proposições que, de alguma forma, estimulam e fomentam ações do Poder Público nessas áreas. O Poder Legislativo entende que arte e cultura são instrumentos de transformação social e de fortalecimento da identidade de um povo, por isso diversos ícones do estado foram transformados em patrimônio cultural e imaterial do RN. A gastronomia, o artesanato, a fotografia, os eventos populares são alguns dos instrumentos que ajudam a compor este cenário, e, por isso, estiveram presentes nas proposições legislativas.

A gastronomia, por exemplo, esteve presente nas iniciativas parlamentares. O pastel de Tangará, o caldo de cana de Ceará-Mirim, a gíngua com tapioca da Redinha, a

carne de sol e queijo de coalho de Caicó, por exemplo, se tornaram patrimônio imaterial do estado, graças a proposições dos deputados estaduais da Casa. Essas delícias são símbolos locais do Rio Grande do Norte e, em razão dessa representatividade, foram reconhecidas como patrimônio estadual.

Os eventos populares potiguares, que são verdadeiras manifestações culturais, especialmente os de cunho religioso, também tiveram reconhecimento do legislativo potiguar. A Festa da Beata Irmã Lindalva é um desses exemplos. O evento é realizado no município de Assu e concentra um enorme número de pessoas do município e região. “A Beata Irmã Lindalva está em processo de canonização pela Igreja Católica, esse projeto foi importante para contribuir com esse objetivo e será importante para fomentar o turismo religioso no Estado”, justi-

ficou o deputado estadual George Soares (PL), quando propôs o Projeto de Lei.

Na mesma linha, destaca-se a proposição do deputado Souza (PSB) de que a festa de Nossa Senhora dos Navegantes, que acontece no município de Areia Branca, Oeste potiguar, fosse reconhecida como patrimônio histórico e cultural do Rio Grande do Norte, também por causa da relevância do evento para a cidade.

O mesmo aconteceu com a Festa de Santana, que movimenta os municípios de Caicó, Currais Novos e Santana do Matos, todos os anos; e, ainda de cunho religioso, com o santuário do Monte do Galo, localizado no município de Carnaúba dos Dantas, região Seridó, que foi proposto como patrimônio histórico, cultural, paisagístico, turístico e religioso do RN. “Uma Iniciativa oportuna e importante para fomen-



to do turismo naquela região e que vem valorizar um dos mais tradicionais patrimônios histórico e religioso do Estado”, destacou o deputado Francisco do PT.

O artesanato Norte-rio-grandense também foi agraciado entre as matérias legislativas. Ele que também se faz presente por todos os cantos do RN e simboliza o povo potiguar, caracterizando-se pela influência da matéria prima inerente de suas localidades. Como por exemplo, as garrafinhas coloridas da Praia de Tibau, que são produzidas com areia retirada da própria região.

É difícil falar de identidade cultural e não pensar na história. Por isso que a história do Rio Grande do Norte também foi valorizada pela Assembleia Legislativa, dentre outras coisas, com a exposição

fotográfica sobre as mulheres que marcaram a história do RN. E, por falar em fotografia, as marcantes paisagens do Estado também foram registradas em fotos, na exposição “Brechando o Planeta”, do artista Flávio Rezende, e expostas com a parceria da Assembleia Legislativa.

“Todas essas atividades, ações e matérias que viraram lei são uma amostra de que a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte valoriza uma área que nem sempre é prioritária nas políticas públicas, mas que, quando lembradas, fazem uma diferença enorme na sociedade, na própria cultura, na economia, na educação e no turismo”, destaca o presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB).

Direitos e DEVERES

HÁ SETE ANOS O PROJETO TRANSFORMA O RIO GRANDE DO NORTE NA TERRA DA CIDADANIA

“Já faz alguns anos que o Legislativo Potiguar apoia esse projeto e isso vem contribuindo muito para a discussão e o aprimoramento da cidadania no nosso Estado”

O mês é da cidadania e a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN), como parceira do projeto desde a criação da Lei Estadual do Setembro Cidadão, promoveu - através da TV Assembleia - uma série de transmissões ao vivo em alusão ao Projeto “Setembro Cidadão”, idealizado pelo juiz Jarbas Bezerra e pela advogada Lígia Limeira. Denominado “Setembro Cidadão Entrevista”, o programa foi composto por três lives, com temas de cunho social, educativo e cultural.

“Já faz alguns anos que o Legislativo Potiguar apoia esse projeto e isso vem contribuindo muito para a discussão e o aprimoramento da cidadania no nosso Estado. Quanto mais os cidadãos forem bem formados e se sentirem engajados, maior é a possibilidade de termos uma efetiva cidadania. Por isso, nós da TV Assembleia nos sentimos honrados

por sermos transmissores e parceiros na produção desses eventos”, avalia o gerente executivo da TV Assembleia, Gerson de Castro.

A primeira das três lives, ocorrida no dia 14 de setembro, sob o tema “Educação em tempos de pandemia”, teve como convidados a professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e ex-secretária estadual de Educação, Betânia Ramalho, e o jornalista Aluísio Lacerda, chefe da Divisão do Memorial Legislativo, também membro do projeto “Setembro Cidadão Entrevista”.

Na ocasião, destacaram-se a importância de tal espaço na televisão para a formação de cidadãos mais conscientes; os efeitos da pandemia na Educação; a necessidade de se construir um novo cenário, aliado às tecnologias; os desafios do Brasil no pós-pandemia; e ainda as consequências do adiamento do ano letivo.

“É fato que houve um prejuízo irreversível. Mas isso é tão prejudicial quanto a realização de uma greve. O que precisamos entender é que estamos vivendo um cenário típico de guerra, portanto, o maior prejuízo são as perdas de vidas humanas”, ressaltou a professora Betânia Ramalho.

Sobre as soluções apontadas para os prejuízos, a educadora foi enfática. “O Estado tem uma ferramenta que está sendo mal utilizada, que é o SigEduc. Eu acredito que ainda estão procurando como viabilizá-la. Mas há uma cultura que precisa ser melhorada. É preciso trabalhar com metas, resultados e prazos para os docentes. Além disso, colocar o professor da rede pública no mesmo status do universitário, permitindo que ele tenha condições de viver para a educação”, acrescentou.

Participaram do segundo encontro, que teve como pauta “Cidada-



nia e Cultura”, a diretora de produção da Orquestra Sinfônica do Rio Grande do Norte, Tatiane Fernandes; a diretora legislativa da ALRN, Tatiana Mendes Cunha; a cineasta e produtora do Setembro Cidadão, Suerda Moraes; a jornalista e apresentadora da TV Assembleia, Cristiane Rodrigues; e o mediador Gerson de Castro.

Na conversa, foram discutidas as adaptações dos artistas, produtores culturais e jornalistas para continuar trabalhando a cultura do Estado na pandemia; abordaram-se as mudanças causadas pelo isolamento social na relação das pessoas com a cultura; destacaram-se os desafios para o pós-pandemia; e foi ressaltada a importância do Estado cumprir seu papel de incentivador cultural perante a população.

Tatiane Fernandes reforçou o papel das lives para o reconhecimento da arte no auxílio à saúde mental das pessoas. “Desde que há registro da humanidade, há expres-

são artística do homem. E, nessa pandemia, muitos de nós tivemos a nossa saúde mental mais equilibrada por causa da arte. Um lado positivo desse período ruim é que ele nos deixará um legado de valorização da arte e conseqüentemente da nossa essência”.

Com relação às dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores da Cultura no Rio Grande do Norte, Suerda Moraes frisou que “a batalha é diária e imensa. Aqui no RN a gente ainda luta muito para produzir, em todos os setores. Um exemplo disso é o Teatro Alberto Maranhão fechado. É preciso incentivar mais a cultura e implantar regras de incentivo e financiamento. Se os artistas, produtores e pessoal dos bastidores não tiverem essa receptividade, vai ficar muito difícil viver de arte”, alertou a cineasta.

A terceira e última live do Setembro Cidadão abordou a educação para a cidadania como uma prática permanente e iniciada desde

cedo na escola. Participaram dos debates a advogada e idealizadora do projeto, Lígia Limeira; o diretor da Escola da Assembleia Legislativa do RN, professor João Maria; a jornalista Gabriela Freire, da equipe de Comunicação da Casa Legislativa potiguar; e o mediador Gerson de Castro.

“No Brasil, é muito comum se dizer que o problema é a falta de educação, mas quando você não proporciona para crianças e adolescentes as noções de cidadania, acontece de vermos lá na frente nossos mestres e doutores jogando lixo na rua, estacionando em vaga de deficiente ou fraudando o imposto de renda para ter direito a uma restituição”, afirmou Lígia Limeira.

A pandemia e as questões alusivas à forma como as escolas estão conduzindo o processo também permearam o debate. O professor João Maria lamentou que as instituições de ensino não tenham se planejado nem consigam oferecer

soluções efetivas para lidar com a crise. “Ao longo dos anos, a área da Educação foi a que menos evoluiu. E eu afirmo isso com muita tristeza. Ela está no mesmo formato de quando nós éramos os alunos. As escolas não conseguiram avançar, não acompanharam a evolução da sociedade. E isso está muito claro agora, com essa pandemia”, destacou.

PROJETO

O Setembro Cidadão, idealizado pelo juiz Jarbas Bezerra e a advogada Lígia Limeira, é regulamentado pela Lei Complementar nº 494/2013, a qual, além de instituir o mês da cidadania (Setembro Cidadão), criou o 10 de Setembro como sendo o Dia Estadual da Educação Cidadã.

À época, o programa foi objeto de Proposta de Lei Complementar enviada ao Governo do Estado, tendo sido submetida e aprovada à unanimidade pela Assembleia Legislativa do RN.

CONSTITUIÇÃO estadual

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ATUALIZA CARTA MAGNA DO RN COM O OBJETIVO DE ADEQUAR O TEXTO ÀS MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A PEC também teve o objetivo de atualizar a Constituição do RN de acordo com decisões dos tribunais que criaram jurisprudências e interpretações de leis no País, sendo necessárias as alterações

A Constituição Estadual do Rio Grande do Norte atualizada está disponível no site da Assembleia Legislativa. O trabalho realizado ao longo do ano de 2019 pela “Comissão de Atualização da Constituição”, formada por servidores da Assembleia Legislativa, deixou o documento atual e moderno. Desde que foi promulgada, em outubro de 1989, a Constituição do Rio Grande do Norte já teve vários trechos declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e a atualização teve o propósito de resolver esse impasse.

“Parabenizo a todos que colaboraram para a atualização da Constituição Estadual, um trabalho de excelência que teve o deputado José Dias como relator, o

deputado Gustavo Carvalho como presidente e toda a brilhante equipe da Procuradoria Legislativa, tendo à frente o procurador-geral Sérgio Freire”, declarou o presidente da Assembleia, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB).

De acordo com o procurador-geral da ALRN, Sérgio Freire, coordenador do grupo de trabalho, para a atualização seguiu uma lista de regras e ritos. “A princípio elaboramos o esboço inicial com as mudanças a serem feitas e municiamos os deputados tecnicamente. A partir daí, os parlamentares discutiram as matérias dentro do trâmite legislativo e aprovaram as alterações”, explicou Sérgio Freire.

Todas as alterações na Carta Magna do RN foram aprovadas

através da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 003/2019, que revogou dispositivo de diversos artigos da Constituição com o objetivo de adequar o texto às mudanças decorrentes de atualizações na Constituição Federal e entendimentos jurídicos.

A PEC alterou, acresceu e revogou dispositivo dos artigos 8º, 19, 20, 29, 35, 49, 53, 64, 65, 71, 72, 74, 81, 90, 98, 108, 128, 140, 147 e 150; acresceu os artigos 147-A e 147-B; revogou o § 1º do artigo 55, os artigos 68 e 69 e o § 4º do artigo 111, da Constituição do Estado e alterou o art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Potiguar.

“A essência da PEC foi a compatibilização da Constituição Estadual com a Constituição Federal. Com as emendas que



promoveram as mudanças na lei federal, vários pontos do texto estadual também precisaram ser alterados para que ficassem de acordo com a Constituição Federal”, lembrou o procurador-geral.

Sérgio Freire lembra ainda que a PEC também teve o objetivo de atualizar a Constituição do RN de acordo com decisões dos tribunais que criaram jurisprudências e interpretações de leis no País, sendo necessárias as alterações. “Há artigos que foram considerados inconstitucionais, seja de maneira total ou parcial, então era preciso que a lei fosse atualizada, deixando o texto adequado a esses entendimentos”, ressalta Sérgio Freire.

A Proposta de Emenda Constitucional tramitou pelas Comissões Temáticas da Casa e foi votada em dois turnos em Plenário, no final do ano passado. Com a promulgação pelo Legislativo, a Constituição Estadual passou a vigor com o texto atualizado.



HONRA do mérito

O LEGIS RH VENCEU A 1ª EDIÇÃO DO PRÊMIO ASSEMBLEIA CIDADÃ, ORGANIZADO PELA UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVOS ESTADUAIS



O Legis RH é uma ferramenta que promove o processamento da folha de pagamento, além do controle do cadastro dos servidores e suas férias. O objetivo principal é facilitar a interação do servidor com a instituição

Reconhecimento. Essa é a palavra que define o prêmio concedido à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte por se dedicar a prestar serviços humanizados e de excelência à população do Rio Grande do Norte. A premiação aconteceu no final de 2019 e o troféu foi entregue oficialmente durante sessão solene, na sede da Casa, em fevereiro deste ano. Foi o troféu conquistado na 1ª edição do Prêmio Assembleia Cidadã, organizado pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), na categoria “Gestão”, com o projeto Legis RH.

A premiação nacional contemplou os projetos bem sucedidos que humanizaram os serviços prestados pelo Poder Legislativo, tendo sido entregue pelas presidências atual e anterior da Unale. Eleita pelos participantes da 23ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (CNLE), ocorrida em novembro de 2019, a Casa Legislativa do RN venceu com 246 votos.

“Para falar em gestão, é necessário voltar no tempo. Para o ano de 2015, quando assumimos a presidência da Assembleia

Legislativa do RN pela primeira vez e fizemos um planejamento estratégico, também pela primeira vez. Além de economicidade e transparência, precisávamos investir na autoestima dos servidores. Esses foram os nossos pilares. Montamos um time de excelência, que começa a colher os louros dessa dedicação e profissionalismo. Esse prêmio pertence a todos os deputados e servidores da Casa”, destacou, à época, o presidente Ezequiel Ferreira (PSDB).

O comprometimento e envolvimento com a gestão pública por parte dos administradores da



Assembleia do RN chamou a atenção do deputado estadual e ex-presidente da Unale, Kennedy Nunes (PSD-SC). “Assim como a transparência e preocupação com o cidadão”, acrescentou na oportunidade.

A atual presidente da Unale, deputada estadual Ivana Bastos (PSD-BA), ressaltou a relevância da premiação. “A nossa intenção com a criação do prêmio é compartilhar as boas ideias concretizadas em ações. E a Assembleia Legislativa do RN fez a diferença”, parabenizou.

O Legis RH é uma ferramenta, implementada em maio de 2017, que promove o processamento da folha de pagamento, além do

controle do cadastro dos servidores e suas férias. O objetivo principal é facilitar a interação do servidor com a instituição. A aplicação é utilizada no setor de Recursos Humanos e Folha de Pagamento da Casa, tendo gerado uma economia de mais de 75% em relação aos sistemas utilizados anteriormente, possibilitando o investimento em insumos e infraestrutura.

O sistema premiado despertou o interesse de outras Assembleias Legislativas do Brasil. Em setembro desse ano, o presidente Ezequiel Ferreira oficializou a disponibilização e implantação do Legis RH para a Assembleia Legislativa do Estado de São

Paulo (ALESP). A cooperação representa uma economia de aproximadamente R\$ 20 milhões para a Casa paulista. Os legislativos da Bahia, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Pernambuco e Mato Grosso também sinalizaram interesse na ferramenta desenvolvida pelos servidores potiguares.

A Assembleia Legislativa do RN também se destaca nacionalmente em termos de liderança. Isso porque o deputado Gustavo Carvalho (PSDB) foi empossado, também em fevereiro deste ano, para o cargo de secretário da região Nordeste da União Nacional dos Legisladores Estaduais (Unale). A solenidade

ocorreu na Câmara Legislativa do Distrito Federal, em Brasília.

Na ocasião, Gustavo Carvalho frisou a honra e a responsabilidade de compor a nova diretoria da Unale, para defender os interesses do Poder Legislativo do RN e dos potiguares. “Tive o prazer de ser empossado secretário, representando o Rio Grande do Norte. É importante ter essa presença na mesa diretora da Unale, porque isso dará voz à nossa Assembleia Legislativa. Temos muito trabalho e podemos contribuir muito mais com o crescimento da Casa, do Estado e, com certeza, do Brasil”, destacou o parlamentar.

FORTALECENDO *a democracia*

MATERIAL PRODUZIDO PELA PROCURADORIA-GERAL DA ALRN CONTÉM AS REGRAS ATUALIZADAS, PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO ELEITORAL E ADOTADAS PELO TSE

Nesse período de distanciamento social e isolamento, a cartilha é mais uma opção de leitura e informação

De acordo com a Constituição brasileira vigente, a soberania popular é exercida diretamente ou por meio de representantes eleitos, pelo voto direto e secreto. A cada dois anos, nosso País organiza o processo que escolhe integrantes dos Poderes Legislativo e Executivo para ocuparem cargos eletivos. Neste ano de 2020, os brasileiros votaram para eleger prefeitos e vereadores e, com o objetivo de contribuir com o Estado, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN) lançou a cartilha digital com orientações sobre o pleito eleitoral. O material foi publicado em março e está disponível no site da Casa Legislativa (www.al.rn.leg.br) para quem quiser acessar.

A cartilha contém as regras atualizadas, previstas na Legislação Eleitoral e adotadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O material serviu de orientação, especialmente para os candidatos, desde condutas que são proibidas até questões como domicílio eleitoral, prestação de contas, propaganda eleitoral, propaganda na internet, fake news e condutas aplicadas no dia da eleição. A publicação está dividida em capítulos, pontuando

situações destacadas pela Legislação Eleitoral e tem sido base para palestras e capacitações realizadas pela Escola da Assembleia.

Sobre as fakes news, assunto que tem tido bastante atenção nos últimos pleitos eleitorais, a cartilha indica que a veiculação de informação falsa poderá ensejar a responsabilização civil e penal ao candidato que lhe der causa, além de proporcionar o direito de resposta ao candidato prejudicado. Para as eleições deste ano, o Tribunal Superior Eleitoral desenvolveu o “Programa de Enfrentamento à Desinformação”, que pode ser acessado pelo endereço www.justicaeleitoral.jus.br/desinformacao, bem como promoveu a publicação de livro eletrônico resultado do “Seminário Internacional Fake News e Eleições”.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), considera a iniciativa da cartilha um valioso instrumento de cidadania. “O exercício da cidadania se faz também pelo acesso à informação. Ter conhecimento sobre as regras, calendário e atuação das instituições no processo eleitoral, através da cartilha, permite ao eleitor cumprir

o seu papel de cidadão e fortalecer a democracia. A cartilha digital tem objetivo de ser uma ferramenta para que todos fiquem por dentro das eleições”, explica.

Nesse período de distanciamento social e isolamento, a cartilha é mais uma opção de leitura e informação. A publicação com orientações eleitorais foi idealizada e construída pela equipe da Procuradoria Geral da Assembleia Legislativa e atende à demanda, de forma educativa, de gestores públicos e, também, cidadãos, com detalhes sobre o rito eleitoral.

De acordo com o procurador-geral da Assembleia, Sérgio Freire, a cartilha cumpriu, de forma educativa e didática, o objetivo de nortear a ação dos envolvidos no processo eleitoral deste ano. “Diante da situação que estamos vivendo em função da pandemia do novo coronavírus, decidimos lançá-la apenas digitalmente, mas o objetivo é o mesmo: informar o cidadão acerca dos principais temas eleitorais, especialmente aqueles adotados pelo TSE, abordados de forma resumida nessa publicação”, explica o procurador.



CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS

CARTILHA
ORIENTADORA
PARA OS MANDATÁRIOS
DO PODER
LEGISLATIVO ESTADUAL
NAS ELEIÇÕES



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

RIO GRANDE DO NORTE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PROCURADORIA-GERAL

ELEIÇÕES 2020

PROTEÇÃO dos direitos

DOCUMENTO COM VALIDADE EM TODO O PAÍS VAI GARANTIR PRIORIDADE DE ATENDIMENTO EM SERVIÇOS



Em 2018 o Legislativo do RN lançou expressiva campanha institucional com o tema “Autismo: entenda o ritmo de cada um”

Primeira Casa Legislativa do país a promover campanha institucional abordando o Autismo, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte acompanha de perto o assunto e comemorou a sanção, em janeiro, da Lei Federal que institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), de expedição gratuita,

com validade nacional. Com o documento, essa população passa a ter prioridade de atendimento em serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social. A norma recebeu o nome de “Lei Romeo Mion”, em referência ao filho do apresentador de televisão Marcos Mion que tem transtorno do espectro autista.

Em outubro de 2018, através

de uma audiência pública conduzida pelo presidente Ezequiel Ferreira de Souza (PSDB), o Legislativo do RN lançou expressiva campanha institucional com o tema “Autismo: entenda o ritmo de cada um”.

Em um universo particular, singular e desconhecido, o transtorno não tem cura e desafia a ciência, pois enquanto umas crianças não falam, outras de-

envolvem o intelecto acima da média. O atraso no diagnóstico prejudica o processo de aprendizagem e impede o desenvolvimento, já que os neurônios não são estimulados na fase certa e a criança perde a chance de aprender. Por isso, a importância de se começar o tratamento o mais cedo possível, sendo esse o objetivo maior da campanha feita pela Assembleia Legislativa, que abrangeu os principais meios de comunicação.

Definido como “uma condição geral para um grupo de desordens complexas do desenvolvimento do cérebro, antes, durante ou logo após o nascimento”, o autismo se caracteriza pela dificuldade na comunicação social e comportamentos repetitivos. Há 30 anos, o número de registros sobre o distúrbio era de 1 a cada 200 crianças. Mas o número de registros dobrou, chegando a 1 a cada 100 crianças nos quatro primeiros anos de vida, que é quando os neurônios

que coordenam a comunicação e os relacionamentos sociais deixam de formar as conexões necessárias.

De acordo com a Lei 13.977/20, a carteira será expedida pelos órgãos responsáveis pela execução da política de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, mediante requerimento, acompanhado de relatório médico, com indicação do código da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID).

A ideia é que, além de facilitar o acesso a direitos básicos e essenciais, permita o planejamento de políticas públicas. O documento é essencial porque o autismo não é facilmente identificável, o que pode atrapalhar em situações do dia a dia, como um atendimento preferencial ou uso de vaga exclusiva, por exemplo.



No Legislativo potiguar, tramita um projeto de lei que propõe a inserção do símbolo mundial do autismo nas placas que sinalizam atendimento prioritá-

rio em estabelecimentos públicos e privados do Rio Grande do Norte.

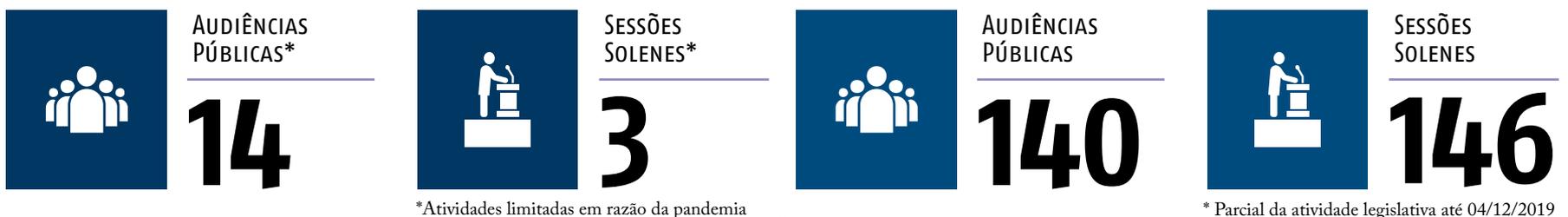
AUTISMO ENTENDA O RITMO DE CADA UM

SIGA @SOBREAUTISMO E SAIBA MAIS.

Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

PRODUÇÃO LEGISLATIVA

62ª LEGISLATURA



*Atividades limitadas em razão da pandemia

* Parcial da atividade legislativa até 04/12/2019



SERVIÇOS LEGISLATIVOS

ESCOLA DA ASSEMBLEIA

A ESCOLA DA ASSEMBLEIA **OFERECE CURSOS DE GESTÃO** A SERVIDORES PÚBLICOS, APERFEIÇOANDO SUA FORMAÇÃO, ALÉM DE ATIVIDADES ABERTAS À COMUNIDADE, COMO **CURSOS DE IDIOMAS**. A ESCOLA DA ASSEMBLEIA FUNCIONA NA RUA ASSU, Nº 426.
TEL: 3232.1001

SETOR DE SAÚDE

SERVIÇO HUMANIZADO, COM O FOCO NO BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA. SÃO ENFERMEIROS, DENTISTAS, FARMACÊUTICO, NUTRICIONISTA, FONOAUDIÓLOGOS, PSICÓLOGOS, FISIOTERAPEUTAS, EDUCADORES FÍSICOS, ASSISTENTES SOCIAIS, TÉCNICOS DE ENFERMAGEM E TÉCNICOS EM SAÚDE BUCAL.
TEL: 3232.6964

PROCON LEGISLATIVO

INTEGRA O SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR. ALÉM DE DEFENDER A ECONOMIA POPULAR, **REALIZA UM TRABALHO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO PARA OS CONSUMIDORES E AS EMPRESAS.**
O PROCON LEGISLATIVO FUNCIONA NA RUA JUNDIAÍ, Nº 481.
TEL: 3232.2706

ASSEMBLEIA E VOCÊ

PROJETO DO LEGISLATIVO ESTADUAL QUE LEVA ATENDIMENTOS E AÇÕES GRATUITAS NAS ÁREAS SOCIAIS, DE EDUCAÇÃO, CULTURAL, SAÚDE E CIDADANIA PARA TODAS AS REGIÕES DO ESTADO. ATUA DE FORMA ITINERANTE, DEMOCRATIZANDO OS SERVIÇOS DA CASA LEGISLATIVA E BENEFICIANDO TAMBÉM A POPULAÇÃO DO INTERIOR DO RN.
TEL: 3232.2694

MEMORIAL LEGISLATIVO

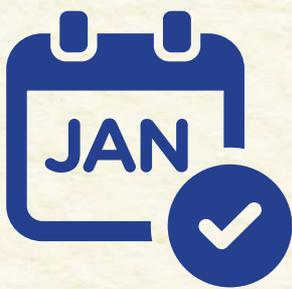
REÚNE DOCUMENTOS, FOTOGRAFIAS E OUTROS ITENS DE **RELEVÂNCIA HISTÓRICA**, COMPONDO UM ACERVO USADO NOS TRABALHOS DA CASA E QUE, SE ENCONTRA DISPONÍVEL PARA PESQUISADORES, ESTUDANTES E O PÚBLICO EM GERAL. INSTALADO NA SEDE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, NA CIDADE ALTA.
TEL: 3232.5961

ASSISTÊNCIA JURÍDICA E PROCURADORIA JUDICIÁRIA

A ALRN OFERECE GRATUITAMENTE ASSISTÊNCIA JURÍDICA À POPULAÇÃO. O ATENDIMENTO É VIA ENCAMINHAMENTO PELO SERVIÇO SOCIAL DA CASA E VOLTADO AO DIREITO DA FAMÍLIA, COM ORIENTAÇÃO E ENCAMINHAMENTO PARA OUTROS SETORES DA JUSTIÇA.
TEL: 3232-2869
A PROCURADORIA JUDICIÁRIA EXERCE A REPRESENTAÇÃO JUDICIAL NOS PROCESSOS EM QUE INTERAGE.
TEL: 3611.1871

LINHA DO TEMPO

ASSEMBLEIA 2020



- 21/01** – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA LANÇA CARTILHA COM ORIENTAÇÕES ELEITORAIS
- 22/01** – MODELO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA É APRESENTADO PARA O LEGISLATIVO DO MARANHÃO
- 31/01** – CONEXÃO ENEM APROVA 30 ALUNOS EM UNIVERSIDADES DO NORDESTE ATRAVÉS DO SISU



- 03/02** – ASSEMBLEIA RECEBE MENSAGEM GOVERNAMENTAL E RETOMA ATIVIDADES
- 11/02** – SERVIDORES DA ALRN DISCUTEM IMPLANTAÇÃO DO LEGIS RH EM SÃO PAULO
- 13/02** – REFORMA DA PREVIDÊNCIA DO ESTADO INICIA TRAMITAÇÃO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
- 18/02** – ASSEMBLEIA RN RECEBE PRÊMIO DE 1º LUGAR EM GESTÃO CONFERIDO PELA UNALE



- 13/03** – ASSEMBLEIA ADOTA MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO CORONAVÍRUS E SUSPENDE ATIVIDADES
- 20/03** – DEPUTADOS APROVAM CALAMIDADE PÚBLICA NO RN
- 26/03** – ASSEMBLEIA DIVULGA CARTILHA COM INFORMAÇÕES SOBRE COVID-19 E SAÚDE MENTAL
- 27/03** – ASSEMBLEIA INSTITUI SESSÃO REMOTA PARA VOTAÇÃO PARLAMENTAR



- 01/04** – ALRN LIBERA ATENDIMENTO VIRTUAL PARA ENCAMINHAMENTO DE DECRETOS DE CALAMIDADE
- 07/04** – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REALIZA PRIMEIRA SESSÃO REMOTA DA HISTÓRIA
- 13/04** – TV ASSEMBLEIA RN E SITE TRANSMITEM AO VIVO COLETIVAS SOBRE NOVO CORONAVÍRUS
- 22/04** – CORONAVÍRUS: PARLAMENTARES DESTINAM EMENDAS DE R\$ 200 MIL PARA DETER COVID-19



- 12/05** – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SEGUE COM ATIVIDADES REMOTAS
- 14/05** – NA ALRN, CLASSE PRODUTIVA PEDE PLANEJAMENTO PARA RETOMADA DA ECONOMIA
- 21/05** – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DEFINE MEMBROS DA CPI DA ARENA DAS DUNAS
- 28/05** – ASSEMBLEIA CRIA COMITÊ DE SERVIDORES PARA PREVENÇÃO E COMBATE À COVID-19

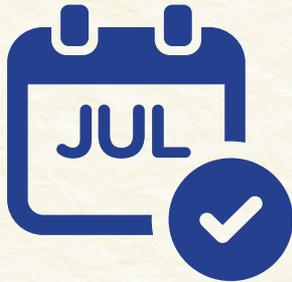


03/06 – DOAÇÃO DE EPIS E ÁLCOOL PELA ASSEMBLEIA BENEFICIARÁ SAÚDE E SEGURANÇA

03/06 – TÉCNICOS DAS FORÇAS ARMADAS FAZEM DESINFECÇÃO NO LEGISLATIVO POTIGUAR

25/06 – FERRAMENTA DA AL DISPONIBILIZA À POPULAÇÃO VÍDEOS DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA

26/06 – DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA RESSALTA AVANÇOS DO TELETRABALHO



02/07 – ASSEMBLEIA DIVULGA E-MAIL DE RECEBIMENTO DE EXPEDIENTES LEGISLATIVOS

03/07 – EM SESSÃO ESPECIAL, DEPUTADOS DEBATEM COM SECRETÁRIO COMPRA DE RESPIRADORES

07/07 – DOAÇÃO DE ÁLCOOL PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19 É ENTREGUE EM MUNICÍPIOS DO RN

08/07 – DEPUTADOS APROVAM SUSPENSÃO DO RECESSO PARLAMENTAR PREVISTO NO REGIMENTO INTERNO



07/08 – DE FORMA PIONEIRA, ASSEMBLEIA LANÇA CAMPANHA EM AMBIENTE VIRTUAL

11/08 – GESTORES DE ESCOLAS PRIVADAS PEDEM APOIO DO LEGISLATIVO PARA RETOMADA DE AULAS

26/08 – ALRN DISPONIBILIZA ATENDIMENTO PSICOLÓGICO PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

31/08 – COMISSÃO DO CORONAVÍRUS DEBATE SOLUÇÕES PARA RECUPERAÇÃO DO SETOR TURÍSTICO



10/09 – EDUCAÇÃO E CIDADANIA FORAM TEMAS ABORDADOS EM LIVES DA AL NO SETEMBRO CIDADÃO

18/09 – SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA DA ALRN COMO DESTAQUE EM EVENTO DIGITAL INTERNACIONAL

29/09 – PREVIDÊNCIA: ASSEMBLEIA DO RN CONCLUI SEGUNDO TURNO DA VOTAÇÃO; PEC É PROMULGADA

30/09 – ASSEMBLEIA REDUZ DESPESAS E CHEGA A MENOR NÍVEL DE COMPROMETIMENTO COM A FOLHA



01/10 – SISTEMA DE DELIBERAÇÕES REMOTAS DA ALRN É APRESENTADO A CASAS DE SP E SC

05/10 – LIVE DESTACA IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO E DO DIAGNÓSTICO PRECOCE DO CÂNCER DE MAMA

20/10 – DEPUTADOS APROVAM LDO PARA ORÇAMENTO DE 2021

21/10 – PARLAMENTARES APROVAM REFIS COM NOVOS PRAZOS PARA TRIBUTOS ESTADUAIS

21/10 – ASSEMBLEIA APROVA POR UNANIMIDADE LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA



04/11 – DEPUTADOS LAMENTAM VIOLÊNCIA DURANTE PERÍODO ELEITORAL NO INTERIOR

10/11 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO SERVIDOR DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA APROXIMA-SE DOS 90%

11/11 – PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA SOLICITA AO TRE REFORÇO NA SEGURANÇA DAS ELEIÇÕES 2020



17/12 – VOTAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CRESCER 258% ESSE ANO. DAR UM BASTA NISSO É UM DEVER DE TODOS.

Violência doméstica é mais comum do que imaginam e pode estar acontecendo com alguém próximo a você. Idosos, mulheres, crianças e até homens podem ser vítimas de agressões físicas, morais, sexuais e patrimoniais. Informe-se. Denuncie. Ajude a dar um basta nisso.



DENÚNCIAS
LIGUE 180
WHATSAAP
(84) 98831-8984



**VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA.
PRECISAMOS
DAR UM
BASTA NISSO.**

Acesse al.rn.leg.br/violencia-domestica e siga @assembleiarn



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

ELES *fazem* A ASSEMBLEIA



WESLEY SANTOS E CARLOS ATILA CARVALHO
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



SIDNEY DE MACEDO
COORDENADORIA DE REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS



DIRETORIA LEGISLATIVA
GUSTAVO BRITO E SAMYA ABY LINHARES



EDILEUZA SOARES E CELIANE NASCIMENTO
ASSEMBLEIA E VOCÊ



ILANY MACIEL, ROSELIE PAIVA, LUCIANA TARGINO E RENATA CAMPOS
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO



MARIA GILZA DE OLIVEIRA E MARIA ISABEL
CEFO



SUZAN DANTAS, ZULEIDE GONÇALVES E ARLINDA ARAÚJO
CERIMONIAL



MORVANILDO FIRMINO E ANTÔNIO OSIR
CONTROLADORIA



DELKISLINE ALVES
DIAF



PATRICIA FERREIRA
DIAF



LUMENA BULHÕES
DJAF



AUGUSTO CARLOS VIVEIROS
DIRETORIA GERAL



JOÃO MARIA DE LIMA E KÁSSIA KAMILA DE MOURA
ESCOLA DA ASSEMBLEIA



KÉCILENE PEREIRA
DIRETORIA GERAL



ANA CLÁUDIA RIBEIRO
DIVISÃO DE CONTRATOS



THIAGO ANTUNES
LICITAÇÃO



ANTÔNIO ERIBERTO DA SILVA
COPA



LAURA MIRANDA
GESTÃO DE PESSOAS



RAPHAELLE BRITES
GESTÃO DE PESSOAS



VOLTAIRE MAIA
ARQUIVO



JOANA DARC RODRIGUES
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS



BRENO HENRIQUE, ANDREA DE MELO E JAIR ALVES
ARQUITETURA



PEDRO MIGUEL DA COSTA
TRANSPORTE



JOÃO MARIA DA SILVA
MANUTENÇÃO



CESAR AUGUSTO DA COSTA E KLEBET CARVALHO
PROCURADORIA



ALMIRA DANTAS, HELGA TORUJATO E THALES FERNANDES
SETOR MÉDICO



OSMIR MOURA FILHO
PROTÓTIPO



FRANCISCO CANINDÉ
COMUNICAÇÃO



GERSON DE CASTRO E OHARA OLIVEIRA
TV ASSEMBLEIA

DEPUTADOS ESTADUAIS

62ª LEGISLATURA

(Fevereiro/2019 a fevereiro/2023)



ALBERT DICKSON

PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL (PROS)

“O ANO LEGISLATIVO FOI BASTANTE ATÍPICO POR CAUSA DA PANDEMIA DA COVID-19, MAS A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA CONSEGUIU CUMPRIR SUAS AGENDAS COM SESSÕES REMOTAS E O TRABALHO NÃO FOI PREJUDICADO, SEM FALAR QUE OS DEPUTADOS CONTRIBUÍRAM MUITO COM DESTINAÇÃO DE EMENDAS PARA AUXILIAR NO COMBATE À DOENÇA. PORTANTO, A CASA ESTÁ DE PARABÉNS EM CONCLUIR SUAS ATIVIDADES SEM DEIXAR PENDÊNCIAS, APESAR DE TODAS AS DIFICULDADES VIVENCIADAS POR TODOS NÓS NESSE PERÍODO DIFÍCIL”.



ALLYSON BEZERRA

SOLIDARIEDADE (SDD)

“NOSSO SEGUNDO ANO DE MANDATO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA É MARCADO POR MUITO TRABALHO E REFORÇO NO COMPROMISSO FIRMADO COM A POPULAÇÃO. APRESENTAMOS PROJETOS DE LEI E DESTINAMOS EMENDAS PARLAMENTARES PARA O COMBATE À COVID-19 EM MOSSORÓ E OUTROS MUNICÍPIOS POTIGUARES. MEU MANDATO FOI PROPOSITIVO, MANTIVEMOS A COERÊNCIA EM DEFESA DO SERVIDOR PÚBLICO, LUTAMOS POR MELHORIAS NA SEGURANÇA PÚBLICA, EDUCAÇÃO, EMPREGO E RENDA E TIVEMOS UM PAPEL FISCALIZADOR”.



CORONEL AZEVEDO

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO (PSC)

“A PANDEMIA DA COVID-19 PODE ATÉ TER ATRAPALHADO, MAS FOI INEGÁVEL A BOA PRODUÇÃO PARLAMENTAR E O SALUTAR CONFRONTO DE IDEIAS. APRESENTEI PROJETOS COMO O DA TRANSPARÊNCIA NA SEGURANÇA PÚBLICA E NOS CONTRATOS EMERGENCIAIS. CONTINUAREI TRABALHANDO EM DEFESA DOS SERVIDORES ESTADUAIS E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS”.



CRISTIANE DANTAS

SOLIDARIEDADE (SDD)

“2020 FOI UM ANO DESAFIADOR E DE TRABALHO INTENSO. MESMO DE FORMA REMOTA, NOSSO MANDATO ESTEVE PRESENTE NAS ATIVIDADES PARLAMENTARES, ONDE APRESENTEI PROJETOS DE LEI E CENTENAS DE REQUERIMENTOS VOLTADOS ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO, ESPECIALMENTE, PARA A MELHORIA DO ATENDIMENTO NA SAÚDE PÚBLICA DURANTE A PANDEMIA. O ATUAL CENÁRIO TAMBÉM EVIDENCIOU O TRABALHO DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, ALÉM DE REFORÇARMOS A ATUAÇÃO NAS CAUSAS SOCIAIS. TEMOS ESPERANÇA DE QUE DIAS MELHORES VIRÃO E CONTINUAREI DISPOSTA A FAZER CADA VEZ MAIS PELO RIO GRANDE DO NORTE”.



DR. BERNARDO

AVANTE

“O ANO ESTÁ MARCADO COMO UM DOS MAIS INTENSOS E TENSOS DAS NOSSAS VIDAS. A LEGISLATURA DESTES ANOS, IDEM. CUMPRIMOS, COMO REPRESENTANTES DO POVO, O PAPEL DE OBSERVAR, RECOMENDAR, ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS. NOSSA CASA LEGISLATIVA ESTÁ DE PARABÉNS COM TODOS OS COLEGAS PARLAMENTARES INTEGRADOS E EMPENHADOS NAS SOLUÇÕES DE COMBATE À PANDEMIA. DESTACAMOS TAMBÉM OS SERVIDORES, DEDICADOS NO TRABALHO REMOTO OU PRESENCIAL, QUE GARANTIRAM A CELERIDADE DA ASSEMBLEIA. FOI UM ANO PARA CUIDAR MAIS DE NOSSA GENTE”.



EUDIANE MACEDO

REPUBLICANOS

“ESSE TEM SIDO UM ANO DESAFIADOR PARA TODOS NÓS, NO QUAL TODAS AS AÇÕES SE VOLTARAM PARA A MINIMIZAÇÃO DOS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19. ADOTAMOS UM NOVO MODO DE TRABALHAR COM SESSÕES REMOTAS E, NESSE PERÍODO, NOSSO MANDATO APRESENTOU NOVE PROJETOS DE LEI, COM SEIS LEIS SANCIONADAS, DENTRE OS QUAIS O QUE CRIA O APLICATIVO SOS MULHER, PAGAMENTO DA CONTA DA CAERN COM CARTÃO DE CRÉDITO E DE DÉBITO E AFIXAÇÃO DE CARTAZ NOS TRANSPORTES PÚBLICOS INFORMANDO SOBRE O CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL. TAMBÉM DESTINAMOS EMENDAS PARA REFORÇAR AS AÇÕES DE SAÚDE EM NATAL E NO INTERIOR”.



EZEQUIEL FERREIRA

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB)

“APESAR DO ANO ATÍPICO E DOS MUITOS PREJUÍZOS CAUSADOS PELA PANDEMIA, A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA CONSEGUIU MANTER A PRODUTIVIDADE. DEU EXEMPLO PARA OUTRAS CASAS LEGISLATIVAS PELO SISTEMA TECNOLÓGICO ADOTADO. EM MOMENTOS IMPORTANTES NO COMBATE AO CORONAVÍRUS, A CASA DO POVO ESTEVE PRESENTE DANDO A SUA CONTRIBUIÇÃO. E, MESMO COM TANTAS DIFICULDADES, O LEGISLATIVO FOI PROTAGONISTA DE DEBATES IMPORTANTES PARA O RN EM 2020, COMO NA QUESTÃO SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E DA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA”.



FRANCISCO DO PT

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

“EM 2020, A ALRN DEMONSTROU, MAIS UMA VEZ, QUE ESTÁ MUITO BEM ALINHADA COM AS NECESSIDADES E OS ANSEIOS DE NOSSA POPULAÇÃO. ALÉM DE TER APROVADO LEIS QUE MELHORAM SIGNIFICATIVAMENTE A VIDA DAS PESSOAS, AINDA FOI UMA FORTE ALIADA DO GOVERNO DO RN NO COMBATE À PANDEMIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS. OS DIAS NÃO TÊM SIDO FÁCEIS, MAS A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DEMONSTROU QUE O POVO POTIGUAR PODE CONTAR COM ELA”.



GALENO TORQUATO

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

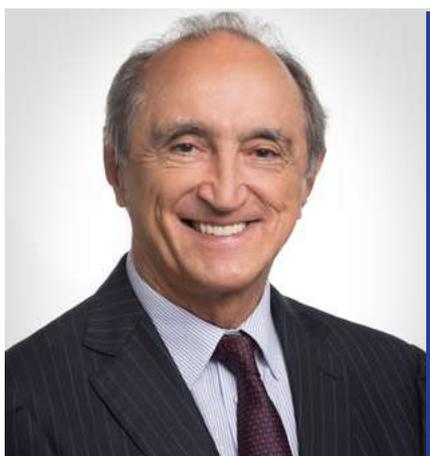
“O ANO FOI MARCADO PELA EPIDEMIA OCACIONADA PELO CORONAVÍRUS, O QUE ENSEJOU DIVERSAS MUDANÇAS NOS HÁBITOS DA POPULAÇÃO, NÃO SÓ NO BRASIL, COMO NO MUNDO TODO, ATRAVÉS DO ISOLAMENTO E DA PARALISAÇÃO DE DIVERSOS TRABALHOS E NAS MAIS DIVERSAS ÁREAS. DIANTE DESTES CENÁRIO, O PODER LEGISLATIVO SOUBE SE ADAPTAR E SE MANTER ATUANTE DIANTE DOS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO NORTE-RIO-GRANDENSE, SE MANTENDO ATIVO ATRAVÉS DE SESSÕES REMOTAS E HÍBRIDAS, ONDE FORAM OBSERVADAS A CONTINUIDADE DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES IMPORTANTES PARA O NOSSO POVO”.



GEORGE SOARES

PARTIDO LIBERAL (PL)

“COM A PANDEMIA QUE DESESTABILIZOU TODA INFRAESTRUTURA PÚBLICA E PRIVADA, MUITAS ADVERSIDADES SURTI- RAM REPENTINAMENTE E TIVEMOS QUE APRENDER MAIS SOBRE NÓS MESMOS. FICOU O ENSINAMENTO QUE SÓ COM A UNIÃO DE FORÇAS PODEMOS SUPERAR AS DIFICULDADES. SENTIMOS QUE ESTAMOS VENCENDO ESSE MOMENTO DIFÍCIL E ISSO PROVA QUE NOSSO RIO GRANDE DO NORTE E O NOSSO PAÍS SÃO FORTES. COMO PARLAMENTAR NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, TIVEMOS UM ANO PRODUTIVO COM MUITAS AÇÕES REALIZADAS NA ÁREA DA SAÚDE E VISANDO O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. ÀS PERSPECTIVAS PARA 2021 SÃO DE CRESCIMENTO E ESPERAMOS SEMPRE BOAS NOTÍCIAS PARA NOSSO POVO TÃO HONRADO E TRABALHADOR”.



GETÚLIO RÊGO

DEMOCRATAS (DEM)

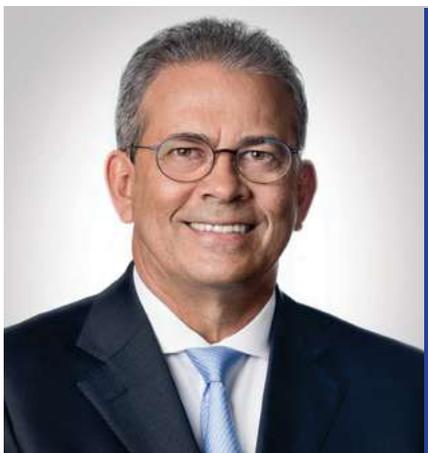
“CHEGAMOS AO FIM DO DESAFIADOR ANO DE 2020 COM A SENSÇÃO DE DEVER CUMPRIDO EM FAVOR DA POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE. EM MEIO A UM MOMENTO TÃO ADVERSO, OS TRABALHOS LEGISLATIVOS FORAM DIRECIONADOS PARA INICIATIVAS REMOTAS, COM AS QUAIS NOSSO MANDATO SE ENVOLVEU DIRETAMENTE NO QUE DIZ RESPEITO AO COMBATE À PANDEMIA. COMO MEMBRO DA COMISSÃO DE SAÚDE E DA COMISSÃO DE FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, COBRAMOS A INSTALAÇÃO DE RESPIRADORES EM HOSPITAIS PÚBLICOS, O CORRETO DIRECIONAMENTO DOS RECURSOS, A CONTRATAÇÃO DE LEITOS E OUTRAS INICIATIVAS, ABRINDO SEMPRE O DIÁLOGO COM OS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS, REPRESENTANTES DAS CADEIAS PRODUTIVAS E, CLARO, COM O POVO POTIGUAR”.



GUSTAVO CARVALHO

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB)

“FOMOS SURPREENDIDOS, 2020 FOI UM ANO DIFERENTE DE TUDO QUE PODERÍAMOS IMAGINAR VIVER. MAS NOSSO MANDATO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA CONTINUOU ATIVO, LUTANDO PELOS MUNICÍPIOS DE FORMA CONSTANTE E PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DE TODOS, EM DEFESA DA SAÚDE E DA TRANSPARÊNCIA DOS ATOS EXECUTADOS PELO GOVERNO DO ESTADO”.



HERMANO MORAIS

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

“NESTE ATÍPICO ANO DE PANDEMIA, A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RN E OS DEPUTADOS INVESTIDOS NA LEGISLATURA ESTÃO TODOS DE PARABÉNS POR APROVEITAREM OS RECURSOS TECNOLÓGICOS PARA NÃO CESSAR OS TRABALHOS E DAR ANDAMENTO AOS PROJETOS DE INTERESSE DO POVO POTIGUAR. SEJA DE FORMA REMOTA OU DE FORMA HÍBRIDA, O COMPROMISSO COM O TRABALHO FOI O PRINCIPAL MOTIVO PARA A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES, NAS QUAIS DEVE-SE RESSALTAR O EMPENHO DE TODOS OS SETORES DA CASA”.



ISOLDA DANTAS

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

“UM ANO DIFERENTE. MAS, MESMO DIANTE DA CRISE DO NOVO CORONAVÍRUS, DE FORMA REMOTA, APRESENTAMOS MAIS DE 160 INICIATIVAS TAIS COMO O PROJETO DE LEI QUE INSTITUIU A DELEGACIA VIRTUAL DA MULHER E REQUERIMENTOS COMO DISTRIBUIÇÃO DE QUINTINHAS PELOS RESTAURANTES POPULARES, O CRÉDITO PARA JOVEM EMPREENDEDOR E REDIRECIONAMOS R\$ 1,5 MILHÃO EM EMENDAS PARA O ENFRENTAMENTO À COVID-19 NO ESTADO. NÃO NOS AUSENTAMOS DAS ATRIBUIÇÕES DE DEPUTADA, PARTICIPANDO DAS SESSÕES E APROVANDO PROJETOS IMPORTANTES COMO A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. O TRABALHO POR UM RN MAIS FORTE NÃO PARA!”.



JOSÉ DIAS

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB)

“2020 FICARÁ MARCADO NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE, TANTO QUE AINDA É IMPOSSÍVEL TERMOS O DISTANCIAMENTO NECESSÁRIO PARA BEM AVALIÁ-LO CORRETAMENTE. NA ASSEMBLEIA, CREIO QUE NÓS, DEPUTADOS, ASSIM COMO OS DEMAIS SERVIDORES, SOUBEMOS DESEMPENHAR NOSSAS FUNÇÕES, SEGUINDO RIGIDAMENTE O ESPÍRITO DEMOCRÁTICO QUE NOS MOVE E EXERCENDO, COM AFINCO, NOSSO DEVER, COM A TRANSPARÊNCIA E SERIEDADE DEVIDAS À POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE”.



KELPS LIMA

SOLIDARIEDADE (SDD)

“O ANO FOI COMPLICADO POR CAUSA DA PANDEMIA. MAS, APESAR DAS DIFICULDADES, PREFIRO OLHAR AS COISAS SOB UMA PERSPECTIVA POSITIVA. AS DIFICULDADES SANITÁRIAS TROUXERAM PARA O PARLAMENTO A VISÃO DE QUE É INDISPENSÁVEL CRIAR UMA ROTINA DE AVANÇOS TECNOLÓGICOS NO DIA A DIA DA ASSEMBLEIA. A CONSEQUÊNCIA DESSA IMPOSIÇÃO SERÁ O ACOLHIMENTO MAIS RÁPIDO DAS EXIGÊNCIAS QUE O NOVO MUNDO ESTÁ IMPONDO: TRANSPARÊNCIA, INCLUSÃO, OTIMIZAÇÃO DE CUSTOS E HETEROGENEIDADE DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA. O PARLAMENTO É IMPORTANTE PARA A SOCIEDADE”.



KLEBER RODRIGUES

PARTIDO LIBERAL (PL)

“VIVEMOS UM ANO MUITO ADVERSO, MAS, EM MEIO A PANDEMIA DA COVID-19 E A EXIGÊNCIA DE DISTANCIAMENTO SOCIAL, O NOSSO MANDATO CUMPRIU O SEU PAPEL COM BOA PRODUTIVIDADE, INTENSOS DEBATES E A ENTREGA DE PROJETOS DE LEI. O ANO DE 2020 FOI EMBLEMÁTICO PARA A ECONOMIA POTIGUAR PELO DIVISOR INSTALADO A PARTIR DA APROVAÇÃO DA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA, UM MARCO NA HISTÓRIA DO EMPREENDEDORISMO POTIGUAR. COMO PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR QUE REPRESENTA O SETOR, COORDENAMOS O APERFEIÇOAMENTO DO PROJETO ORIGINÁRIO DO GOVERNO DO ESTADO E, COMO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ) NA CASA, CONSEGUIMOS ZERAR A PAUTA DA VOTAÇÃO DOS PROJETOS COM A REALIZAÇÃO DE REUNIÕES SEMANAIS”.



NELTER QUEIROZ

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB)

“FOI UM PERÍODO DE MUITOS DESAFIOS PARA TODOS NÓS. CONSEGUIMOS SUPERAR OS DIFÍCEIS ANOS SEGUIDOS DE ESTIAGEM, PORÉM NOS DEPARAMOS COM UM MAL MAIOR CHAMADO CORONAVÍRUS. A PANDEMIA MUDOU A VIDA DE TODOS. NOSSO MANDATO DIRECIONOU DIVERSAS PROPOSIÇÕES AO GOVERNO DO ESTADO, ALÉM DE EMENDAS PARLAMENTARES NA ÁREA DA SAÚDE, PARA AJUDAR NO COMBATE À DOENÇA. OUTRA GRANDE LUTA TRAVADA POR NOSSO MANDATO FOI EM DEFESA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO POTIGUAR COM O DEBATE E VOTAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA. TAMBÉM DIRECIONAMOS ESFORÇOS PARA QUE O EXECUTIVO ESTADUAL COLOQUE EM DIA OS SALÁRIOS DOS SERVIDORES. A RECUPERAÇÃO DAS RODOVIAS ESTADUAIS QUE ESTÃO EM SITUAÇÃO DEPLORÁVEL TAMBÉM PAUTOU NOSSAS AÇÕES AO LONGO DE 2020”.



RAIMUNDO FERNANDES

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB)

“O ANO DE 2020 FOI DE GRANDES DESAFIOS PARA O LEGISLATIVO POTIGUAR. POR CAUSA DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS, A ASSEMBLEIA TEVE QUE ADOTAR PROTOCOLOS DE SEGURANÇA PARA OS PARLAMENTARES E FUNCIONÁRIOS. NESTE ANO TAMBÉM, TIVEMOS GRANDES VOTAÇÕES NA CASA, COMO A QUESTÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA ESTADUAL, DA QUAL FUI RELATOR E TIVEMOS APROVAÇÃO PELOS DEPUTADOS. PRÓXIMO ANO VAMOS TER NOVOS DESAFIOS E TRABALHOS EM FAVOR DA POPULAÇÃO E DOS MUNICÍPIOS POTIGUARES”.



SANDRO PIMENTEL

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL)

“UM ANO INTENSO E CHEIO DE DESAFIOS PARA TODOS OS POTIGUARES. DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA TRABALHAMOS PARA APRESENTAR PROJETOS QUE DIMINUÍSSEM O IMPACTO SOCIAL CAUSADO PELA COVID-19. DESTINAMOS EMENDAS PARA COMPRAS DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA NATAL E CEARÁ-MIRIM. NOSSO MANDATO É COMPROMISSADO COM AS CAUSAS POPULARES, COM OS ANIMAIS E EM DEFESA DA CLASSE TRABALHADORA. VOTAMOS CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA ESTADUAL. NOSSO MANDATO POPULAR, APESAR DAS ADVERSIDADES, MOSTROU MUITO TRABALHO EM 2020 E TERMINAMOS O ANO COM O MAIOR NÚMERO DE LEIS APROVADAS POR UM DEPUTADO NESTA LEGISLATURA. TENHO IMENSO ORGULHO DE TER CONTRIBUÍDO PARA O MEU ESTADO, LUGAR QUE TANTO AMO”.



SOUZA

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

“MESMO EM UM ANO ATÍPICO, ONDE VIVENCIAMOS UMA PANDEMIA MUNDIAL, A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA CUMPRIU SEU PAPEL EM DEFESA DOS PRINCIPAIS INTERESSES DO RIO GRANDE DO NORTE, FAZENDO USO DE INSTRUMENTOS INOVADORES E VALORIZANDO SEU CORPO TÉCNICO-OPERACIONAL”.



TOMBA FARIAS

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB)

“COM A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS, O PARLAMENTO ESTADUAL PRECISOU SE ADEQUAR À NOVA REALIDADE QUE O MUNDO VIVENCIA, MAS CONTINUAMOS O TRABALHO LEGISLATIVO DE FORMA REMOTA. COMO MEMBRO DA COMISSÃO DO CORONAVÍRUS, DEBATEMOS SOLUÇÕES E COBRAMOS AÇÕES DO GOVERNO ESTADUAL PERANTE A PANDEMIA, SEMPRE DEFENDENDO OS INTERESSES E A SAÚDE DA POPULAÇÃO. MESMO DURANTE AS SESSÕES REMOTAS E HÍBRIDAS, A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA CONTRIBUIU COM TODOS OS MUNICÍPIOS POTIGUARES, COM A APROVAÇÃO DOS DECRETOS DE CALAMIDADE, DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS PARA O COMBATE À COVID-19, ALÉM DA APROVAÇÃO DE TEMAS IMPORTANTES PARA AS FINANÇAS DO RN, COMO A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E A APROVAÇÃO DA LEI GERAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS”.



UBALDO FERNANDES

PARTIDO LIBERAL (PL)

“TIVEMOS QUE NOS ADAPTAR AOS TRABALHOS REMOTOS. FOI GRATIFICANTE SABER QUE NOSSO LEGISLATIVO DEU EXEMPLO AO APRESENTAR O SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA (SDR) INTEGRADO AO ELEGIS EM EVENTO INTERNACIONAL. NOSSO MANDATO CONTOU COM A SANÇÃO DE PROJETOS IMPORTANTES PARA A SOCIEDADE NORTE-RIO-GRANDENSE, COMO O QUE CRIA O PROGRAMA DE FOMENTO À RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA; A CAMPANHA DE PREVENÇÃO AOS CRIMES DE ESTELIONATO CONTRA O IDOSO; O DIA ESTADUAL DO DESAPEGU SOLIDÁRIO E O PROGRAMA DE PREVENÇÃO AO ABUSO SEXUAL E VIOLÊNCIA NO TRANSPORTE COLETIVO. SEM DÚVIDA, VIVEMOS UM ANO ATÍPICO, QUE NOS EXIGIU ADAPTAÇÃO, INOVAÇÃO E MUITA PRODUTIVIDADE”.



VIVALDO COSTA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

“NESSE ANO FOI NECESSÁRIO QUE NÓS, QUE SOMOS OS LEGÍTIMOS REPRESENTANTES DO POVO NORTE-RIO-GRANDENSE, PRECISÁSSEMOS NOS REINVENTAR, DIRECIONANDO A ATUAÇÃO PARLAMENTAR PARA AS QUESTÕES MAIS URGENTES DA NOSSA SOCIEDADE. A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA CUMPRIU O SEU PAPEL COM COMPROMISSO E CELERIDADE, SEJA NA VOTAÇÃO DE PROJETOS DE LEI RELATIVOS ÀS MEDIDAS DA SAÚDE PÚBLICA, SEJA FISCALIZANDO E ACOMPANHANDO AS AÇÕES DO GOVERNO, BEM COMO DANDO ANDAMENTO AOS DEMAIS PROJETOS QUE FAZEM PARTE DA ROTINA DO PARLAMENTO. COMO MÉDICO QUE TAMBÉM SOU, FOQUEI MEUS PROJETOS E PRONUNCIAMENTOS NO COMBATE E PREVENÇÃO À SAÚDE DO POVO POTIGUAR”.

SESSÃO ORDINÁRIA



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

WWW.AL.RN.LEG.BR

f t @ ASSEMBLEIARN